



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA

Lihla Zaslavsky Gomes

Os caminhos da política institucional: Estratégia e atuação do Clube de 25 em meados do século XX

Florianópolis
2025

Lihla Zaslavsky Gomes

Os caminhos da política institucional: Estratégia e atuação do Clube de 25 em meados do século XX

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela e Licenciada em História.

Orientador (a): Profa. Dra. Beatriz Gallotti Mamigonian

Florianópolis

2025

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Gomes, Lihla Zaslavsky

Os caminhos da política institucional : Estratégia e atuação do Clube de 25 em meados do século XX / Lihla Zaslavsky Gomes ; orientadora, Beatriz Mamigonian, 2025.
116 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História, Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. História. 2. Associativismo Negro. 3. Clube de 25. 4. Pós-Abolição. 5. Florianópolis. I. Mamigonian, Beatriz . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ATA DE DEFESA DE TCC

Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às catorze horas e trinta minutos, no Laboratório de História Social do Trabalho do Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pela Professora Beatriz Gallotti Mamigonian, Orientadora e Presidente, pela Professora Gláucia Cristina Candian Fraccaro, Titular da Banca, e pela Professora Luana Teixeira, também Titular, designadas pela Portaria nº 33/2025/HST/CFH do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de arguirem o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica **Lihla Zaslavsky Gomes**, subordinado ao título: **“Os caminhos da política institucional: Estratégia e atuação do Clube de 25 em meados do século XX”**. Aberta a Sessão pela Senhora Presidente, a acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo a candidata recebido da Professora Beatriz Gallotti Mamigonian a nota final 9,5, da Professora Gláucia Cristina Candian Fraccaro a nota final 9,5 e da Professora Luana Teixeira a nota final 9,5; sendo aprovada com a nota final 9,5. A acadêmica deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital, à Coordenadoria do Curso de História até o dia oito de dezembro de dois mil e vinte e cinco. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

Florianópolis, 1 de dezembro de 2025.

Banca Examinadora:

Prof.a Beatriz Gallotti Mamigonian



Documento assinado digitalmente

Beatriz Gallotti Mamigonian

Data: 02/12/2025 11:08:53-0300

CPF: ***.998.109-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.a Gláucia Cristina Candian Fraccaro



Documento assinado digitalmente

Gláucia Cristina Candian Fraccaro

Data: 02/12/2025 11:26:43-0300

CPF: ***.025.748-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.a Luana Teixeira



Documento assinado digitalmente

LUANA TEIXEIRA

Data: 02/12/2025 14:09:04-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Candidata **Lihla Zaslavsky Gomes**



Documento assinado digitalmente

LIHLA ZASLAVSKY GOMES

Data: 02/12/2025 11:14:43-0300

CPF: ***.874.849-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico (a) Lihla Zaslavsky Gomes, matricula n.º 20101315, entregou a versão final de seu TCC cujo título é: **Os caminhos da política institucional: Estratégia e atuação do Clube de 25 em meados do século XX**, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 04 de dezembro de 2025.



Documento assinado digitalmente
Beatriz Gallotti Mamigonian
Data: 04/12/2025 17:03:11-0300
CPF: ***.998.109-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Orientador (a)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à minha família. Aos meus pais, Mauro e Guitel, meus irmãos Nicolas e Luana, minhas avós Clarice e Ruth, minhas tias Ida, Mirela, Moema e Mauren, minhas sobrinhas Clara e Angelina e minha cunhada Carol, por sempre me apoiarem, por acompanharem cada passo desta jornada com paciência, interesse. Nada disso seria possível sem vocês.

Aos camaradas da militância, em especial da Resistência-PSOL e do Afronte!, meu agradecimento por não me deixarem sonhar sozinha. Ao Movimento Estudantil da UFSC, especialmente ao Centro Acadêmico Livre de História (CALH), por ter me ensinado tanto que o espaço de sala de aula não é capaz. O Movimento Estudantil foi, para mim, uma segunda formação.

À minha orientadora, a Professora Beatriz Gallotti Mamigonian, meu respeito e admiração. Agradeço imensamente pela paciência ao longo dos anos e pela capacidade sutil e dedicada de sempre me puxar para novas reflexões e problemáticas. É uma honra ter sido orientanda de uma pesquisadora tão incrível.

À Professora Gláucia Cristina Candian Fraccaro, agradeço por todas as trocas ao longo desta jornada, desde a sua contratação até o momento da minha banca de defesa. Tenho certeza de que seguiremos juntas. Meu agradecimento especial por ter me puxado para o projeto Caminhos do Trabalho. Aproveito para estender esse agradecimento à Professora Lilian Ghizoni e a todos os membros que passaram pelo projeto. Estes dois anos de Caminhos foram fundamentais na minha formação e sempre fez muito sentido para mim estar com vocês. Um dia eu volto!

Por fim, e de forma especial, meu agradecimento ao Seu Silvio de Souza e à Dona Néia de Souza, por terem compartilhado comigo um pedacinho da história incrível do Clube de 25. E à Priscila, neta do Seu Silvio, pela ponte e por permitir que esta entrevista, que se tornou a fonte central deste trabalho, fosse possível. A luta pela memória de vocês é a continuidade da nossa luta.

RESUMO

O presente trabalho investiga a trajetória e a atuação política da União Recreativa Cultural 25 de Dezembro, o Clube de 25, associação negra fundada em 1933 em Florianópolis, Santa Catarina. Situado em um contexto de segregação espacial e busca por distinção racial pela elite branca local no pós-abolição, o Clube de 25 se consolidou não apenas como um espaço de sociabilidade e resistência cultural, mas também como um agente ativo de intervenção na política institucional, especialmente entre as décadas de 1950 e 1980. O problema central da pesquisa reside em compreender como o Clube, enquanto espaço de agência política negra em um cenário de clientelismo, negociou seus "termos de inclusão" com a elite política de Florianópolis. A hipótese que orienta a análise é que essa relação não se deu por submissão passiva, mas por uma tática política ativa, trabalhada a partir do conceito de "contrateatro plebeu" de E. P. Thompson, que explorava as regras do clientelismo local para transformar demandas comunitárias em moeda de troca eleitoral, garantindo conquistas urbanas e estruturais. A investigação se apoia na triangulação de fontes, com destaque para a história oral, através da entrevista com um dos líderes e articulador político do Clube entre as décadas de 1950 e 1980, o Senhor Silvio de Souza, confrontada com os Estatutos do Clube (de 1934 e 1976) e a historiografia especializada. O arcabouço teórico mobiliza a história social de E.P. Thompson, com o conceito de "teatro do poder", e a historiografia do pós-abolição, com a noção de "termos de inclusão" de Paulina Alberto. O estudo conclui que o "contrateatro plebeu" foi uma estratégia sofisticada de agência negra, mediando a relação entre a comunidade e o poder público, e que o declínio do Clube sinaliza a fragilidade desses termos de inclusão diante da persistência do racismo estrutural.

Palavras-chave: Associativismo Negro; Clube de 25; Pós-Abolição; Florianópolis.

ABSTRACT

This study investigates the trajectory and political action of the União Recreativa Cultural 25 de Dezembro, the Clube de 25, a black association founded in 1933 in Florianópolis, Santa Catarina. Situated in a context of spatial segregation and the local white elite's pursuit of racial distinction in the post-abolition era, the Clube de 25 consolidated itself not only as a space for sociability and cultural resistance but also as an active agent of intervention in institutional politics, especially between the 1950s and 1980s. The central research problem lies in understanding how the Club, as a space for black political agency in a scenario of clientelism, negotiated its "terms of inclusion" with the political elite of Florianópolis. The hypothesis guiding the analysis is that this relationship was not one of passive submission, but rather an active political tactic, analyzed through E. P. Thompson's concept of the "plebeian counter-theater," which exploited the rules of local clientelism to transform community demands into electoral bargaining chips, securing urban and structural gains. The investigation relies on the triangulation of sources, with emphasis on oral history, through an interview with one of the Club's leaders and political articulators between the 1950s and 1980s, Mr. Silvio de Souza, confronted with the Club's Statutes (from 1934 and 1976) and specialized historiography. The theoretical framework mobilizes E.P. Thompson's social history, with the concept of the "theater of power," and post-abolition historiography, with Paulina Alberto's notion of "terms of inclusion." The study concludes that the "plebeian counter-theater" was a sophisticated strategy of black agency, mediating the relationship between the community and public power, and that the Club's decline signals the fragility of these terms of inclusion in the face of persistent structural racism.

Keywords: Black Associativism; Clube de 25; Post-Abolition; Florianópolis.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 CAPÍTULO 1: A trajetória histórica do Clube de 25.....	28
2 1.1. A Florianópolis da primeira metade do Século XX.....	30
2 1.2 A História do Clube de 25.....	37
2 1.3 O Estatuto como documento para a escrita da história do Clube de 25.....	42
3 CAPÍTULO 2: Memória, política e território: o Clube de 25 na narrativa da comunidade.....	46
3 2.1. História de vida de Seu Silvio e do Clube de 25.....	49
3 2.2. A atuação das mulheres no Clube.....	51
3 2.3. A presença de brancos no Clube.....	53
3 2.4. Relação com a política institucional.....	56
3 2.5. Memória, ruínas e futuro.....	66
3 2.6. Considerações sobre a entrevista e temas emergentes.....	68
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS.....	74
ANEXO A: Estatuto da União Recreativa-Cultural 25 de Dezembro de 1934.....	78
ANEXO B: Estatuto Social da União Recreativa-Cultural 25 de Dezembro de 1976....	105

1 INTRODUÇÃO

A história do Brasil no pós-abolição é marcada por estratégias de resistência negra que se desdobraram em diversas frentes, entre elas o associativismo. A criação de clubes e associações negras, ainda no século XIX, foi uma resposta direta à exclusão social, cultural e política imposta à população negra mesmo após a abolição formal da escravidão. Esses espaços, inicialmente voltados para a assistência mútua, foram se transformando em locais de afirmação racial, sociabilidade, lazer e também de luta política. No sul do Brasil, e particularmente em Florianópolis, esse processo também se consolidou – ainda que de forma menos conhecida na historiografia nacional – com a formação de clubes negros em territórios periféricos. Um desses clubes, a União Recreativa Cultural 25 de Dezembro, ou simplesmente Clube de 25, é o objeto de estudo deste trabalho.

Fundado em 1933 no Morro do 25, região da Agrônômica, o Clube de 25 surge em meio ao processo de segregação espacial que expulsava a população negra do centro urbano da cidade. Reagindo a essas transformações, o clube se constitui como espaço de sociabilidade para pessoas negras, em um contexto marcado pela busca de distinção e valorização da branquitude por parte das elites e pelo avanço de políticas higienistas. Sua história, porém, vai além da resistência simbólica: ao longo das décadas, o Clube de 25 se consolidou como agente ativo na vida da comunidade, espaço de articulação social e, sobretudo, de atuação política, constituindo um território negro de resistência, negociação e intervenção direta na política institucional. É justamente essa dimensão que se pretende investigar neste trabalho, com foco especial na sua atuação no século XX, entre as décadas de 1950 e 1980, principais anos de funcionamento do Clube.

O problema central que move esta investigação é compreender como o Clube de 25, enquanto espaço de agência política negra em um contexto de segregação e clientelismo, negociou seus “termos de inclusão” com a elite política de Florianópolis, e quais foram os limites e as consequências desse modelo de relação. A expressão “termos de inclusão”, de Paulina Alberto, será explicada mais à frente, mas desde já apontamos que se refere à forma como a população negra no pós-abolição negociou com a elite branca sua inclusão, mesmo que parcial, na nova sociedade pós-escravista, e as diferentes estratégias utilizadas para tal.

Já o clientelismo entendemos aqui com um sistema político e cultural que estabelece uma relação de troca assimétrica e pessoal entre elites e classes populares, onde o favor é encenado como generosidade e a dependência é mascarada como lealdade. Essa dinâmica, no

contexto de Florianópolis nas décadas de 1950 e 1960, manifestava-se através da cultura assistencial, que percebia as classes populares como destinatárias da caridade, mas transformava os atos de favor em uma arena de negociação. É justamente nessa lógica, que se apresenta como a regra nas relações de poder local, que a agência do Clube de 25 se manifesta, buscando subverter a lógica da submissão.¹

A hipótese que orienta a análise é que a relação do Clube com a política institucional não se deu pela via da mera submissão ou do assistencialismo passivo, mas sim por meio de uma tática política ativa, baseada na exploração das regras do clientelismo local. Essa tática, aqui analisada como "contrateatro plebeu"², permitiu que as demandas da comunidade fossem transformadas em moeda de troca eleitoral, garantindo conquistas urbanas e visibilidade política em um cenário hostil. O conceito de "contrateatro plebeu", trabalhado a partir do ensaio *Patrícios e Plebeus*, de E. P. Thompson, será explicado mais à frente, mas pode ser resumido de forma breve como a resposta da "plebe" (classes populares) ao "teatro do poder" representado pela elite, ou seja, uma forma de utilizar as dinâmicas de controle social e político ao seu favor.

Assim, o presente estudo busca compreender o papel político desempenhado pelo Clube de 25 em Florianópolis, considerando a complexidade de suas formas de inserção na política institucional, suas estratégias de sobrevivência e negociação, e sua função enquanto mediador entre a comunidade negra local e o poder público. A investigação parte da premissa de que a política praticada por sujeitos negros em contextos periféricos não se resume à atuação partidária, mas envolve formas informais de organização, articulação comunitária e construção de redes de confiança e solidariedade.

Para desvendar essa complexa dinâmica, o trabalho se apoia em uma fonte primária de inestimável valor: a entrevista com o Senhor Silvio de Souza, conhecido como Seu Silvio, um dos líderes e articuladores políticos mais importantes do Clube, tendo atuado entre os anos 1950 e 1980, e representando hoje o principal guardião da memória do 25 de Dezembro. A história oral permite o acesso a dimensões da vida social que raramente são registradas em documentos oficiais, capturando a subjetividade, as motivações e as táticas de sobrevivência dos grupos subalternizados. Neste trabalho, a fonte oral não é tratada como um repositório de

¹ ARAÚJO, C. B. **Os pobres em disputa**: urbanização, política e classes populares no Morro da Caixa d'Água, Florianópolis – Anos 1950 e 1960. 170f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, 2006.

² THOMPSON, E.P. *Patrícios e Plebeus*. IN: **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular e tradicional. Companhia das Letras, São Paulo, 2005. p. 25 - 85.

verdades factuais, mas sim como uma narrativa em disputa, um campo de construção de sentidos sobre o passado.

A entrevista com Seu Silvio, realizada em 2025, é o pilar da análise. Sua memória, embora marcada pelo protagonismo individual e por possíveis lacunas, é de uma riqueza extraordinária. Ela nos permite ouvir a voz da experiência, revelando a lógica interna do "contrateatro plebeu" e a forma como a comunidade do Morro do 25 percebia e se engajava na política, revelando as tensões, as ambiguidades e a persistência da luta negra por reconhecimento e direitos na capital catarinense. Através de sua memória, reconstroem-se não apenas episódios da trajetória do clube, mas também sentidos atribuídos à política, ao território e às relações comunitárias.

Contudo, a fonte oral não é utilizada de forma isolada. Para conferir maior densidade e rigor à análise, a narrativa de Seu Silvio é constantemente confrontada e contextualizada com outras fontes. Em primeiro lugar, os Estatutos do Clube de 25, de 1934³ e 1976⁴, são analisados como documentos que revelam as transformações institucionais, as disputas internas e a própria autopercepção do clube ao longo do tempo. Em segundo lugar, a pesquisa dialoga intensamente com a produção historiográfica sobre o associativismo negro em Santa Catarina, com destaque para a tese de Karla Rascke⁵, e sobre as diversas formas de organização experimentadas pela população negra catarinense no pós-abolição e com a dissertação de Maria das Graças Maria⁶, autora que mergulhou na história do Clube de 25 e buscou compreender seu lugar na história da cidade, a partir de entrevistas realizadas no final da década de 1990 e de atas de reuniões do clube. Essa triangulação de fontes – oral, documental e bibliográfica – permite construir uma interpretação mais crítica e multifacetada da trajetória do Clube de 25.

Para sustentar a análise proposta, esta monografia mobiliza um arcabouço teórico assentado na história social, a partir de E.P. Thompson⁷, na historiografia do pós-abolição e na

³ União Recreativa-Cultural 25 de Dezembro, Fundada em 25 de Dezembro de 1933. **Estatuto**. Livraria Moderna, 1934.

⁴ União Recreativa-Cultural 25 de Dezembro, Fundada em 25 de Dezembro de 1933. **Estatuto Social**, publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina no. 11705, 1976.

⁵ RASCKE, K. L. **Entre a caneta e o pandeiro**: letras e enredos de agremiações afrodescendentes em Florianópolis – SC (1920 a 1950). Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2018.

⁶ MARIA, M. das G. **Imagens invisíveis de Áfricas presentes**: experiências das populações negras no cotidiano da cidade de Florianópolis (1930-1940). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 1997.

⁷ THOMPSON, op. cit.

historiografia de Santa Catarina sob a república, em especial a partir dos textos de Reinaldo Lohn⁸.

O ensaio *Patrícios e Plebeus*, publicado originalmente em 1974 e inserido na coletânea *Costumes em Comum*⁹, é uma das contribuições mais influentes de Edward Palmer Thompson para a historiografia social, notadamente para a compreensão das relações de poder na Inglaterra do século XVIII. Thompson desenvolve o conceito de "teatro do poder" para descrever a forma como as elites (patrícios) mantinham sua hegemonia através de uma performance ritualística de deferência e paternalismo, que, por sua vez, era aceita e manipulada pelas classes populares (plebeus) para obter concessões e negociar limites. O texto é crucial para a análise de como a dominação era exercida e, simultaneamente, contestada em um ambiente de ausência de direitos formais.

Assim, o poder não se manifesta apenas em leis e instituições, mas também em rituais e performances que visam a legitimação e a manutenção da ordem. O clientelismo, nesse sentido, pode ser visto como um ritual desse teatro, onde o favor é encenado como generosidade e a dependência é mascarada como lealdade. O conceito de "teatro do poder" será empregado neste trabalho como a base metodológica para a análise da relação entre o Senhor Silvio de Souza e Esperidião Amin. A entrevista com Seu Silvio será examinada como a evidência empírica dessa performance, onde a "amizade" e a troca de favores entre a liderança negra (plebeu) e o político de elite (patrício) constituíam uma negociação instrumental.

A agência da comunidade, por sua vez, se manifesta no "contrateatro plebeu", uma inversão tática do ritual dominante. Ao aceitar o favor, mas exigir a contrapartida (como a água encanada ou a luz elétrica), os líderes do Clube de 25 transformaram o que era para ser um ato de benevolência em um direito negociado, explorando a necessidade eleitoral do político para obter conquistas concretas. Essa perspectiva permite que a análise do clientelismo vá além da condenação moral, focando em suas dimensões táticas e performáticas. A lente thompsoniana nos ajuda a desvendar a complexidade dessa relação, mostrando que o clientelismo era um jogo de poder com regras implícitas, onde a agência do

⁸ LOHN, R. L.; AREND, S. M. F. Estado e populações pobres no Brasil: a espacialização da desigualdade social em Florianópolis - SC (décadas de 1930-1950). *Geosul*, v. 28, n. 56, p. 33–64, 2013.

LOHN, R. L. Limites da utopia: cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950). *Revista Brasileira de História*, v. 27, p. 297–322, jun. 2007

LOHN, R. L. **Pontes para o futuro**: relações de poder e cultura urbana Florianópolis, 1950 a 1970. Tese (Doutorado em História - Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS). Porto Alegre, 2002.

LOHN, R. L.. A utopia dos direitos humanos na cidade. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, n. 36, p. 07–30, 18 dez. 2020.

⁹ THOMPSON, op. cit..

Clube de 25 se manifestava na capacidade de manipular a performance para obter ganhos, e cuja ruptura sinaliza uma mudança nas dinâmicas de poder em Florianópolis.

Importante para nosso trabalho, dentro da historiografia do pós-abolição, se destaca o livro “Termos de Inclusão: Intelectuais negros brasileiros no século XX”¹⁰ (2017) de Paulina L. Alberto que insere-se na historiografia que busca reinterpretar a ideologia da democracia racial brasileira a partir da perspectiva da agência negra. A obra analisa a atuação de intelectuais e ativistas negros em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador ao longo do século XX, demonstrando que a população afrodescendente não foi passiva diante do discurso de harmonia racial. Pelo contrário, esses intelectuais se apropriaram do ideal de inclusão para cobrar do Estado a promessa de cidadania plena, utilizando a própria ideologia nacional como ferramenta de luta contra o racismo. A autora, assim, oferece uma nova chave de leitura para a história das relações raciais no Brasil, focando na complexidade das estratégias de resistência e negociação.

O conceito de "termos de inclusão" permite interpretar a busca por apoio político e recursos, liderada pelo Senhor Silvio de Souza, como uma luta por reconhecimento, dignidade e cidadania dentro do contexto de Florianópolis. Alberto argumenta que a luta negra no pós-abolição não se restringiu à busca por direitos formais, mas centrou-se na disputa sobre quais seriam os termos dessa inclusão na sociedade nacional. O Clube de 25, ao negociar com o poder público, estava ativamente engajado nessa disputa: a inclusão que buscavam não era a assimilação silenciosa, mas sim o reconhecimento de suas demandas específicas como comunidade negra e periférica. Essa lente teórica será utilizada para demonstrar que a negociação do Clube não se resumia à obtenção de favores, mas era uma estratégia política para redefinir o lugar do negro na sociedade, e que o declínio do Clube pode ser lido como a exposição da fragilidade desses termos de inclusão diante da persistência do racismo estrutural.

A bibliografia acerca do associativismo no Brasil é bastante vasta, inclusive no que diz respeito aos clubes negros. Buscaremos aqui tratar um pouco do conceito de associativismo negro, bem como das funções e atribuições dos clubes negros para, em seguida, apresentar um breve balanço bibliográfico da historiografia acerca do associativismo negro no Brasil, desde os primeiros estudos até um panorama geral do campo hoje. Nesta apresentação inicial do campo, buscaremos dar foco nas obras e autores que trabalham com os clubes em Florianópolis, especialmente o 25 de Dezembro, objeto de estudo deste trabalho, com

¹⁰ ALBERTO, op. cit.

destaque para Maria das Graças Maria¹¹, pioneira nos estudos mais aprofundados sobre clube, ainda na década de 90, e Karla Rascke¹² já nos anos 2010. Neste mesmo sentido, apresentaremos também a dissertação de mestrado de Camilo Buss¹³, que com abordagem e temática semelhante ao empreendido em nossa pesquisa, aborda a realidade do Morro da Caixa D'água na década de 1950.

Para iniciarmos nossas discussões acerca dos Clubes Negros, trazemos as contribuições de Petrônio Domingues, incluídas no “Dicionário da escravidão e liberdade”¹⁴, que nos apresenta um breve histórico do movimento associativista negro desde o período colonial até os dias de hoje, tratando de diversos formatos de associações com diversos objetivos. O autor aponta, de forma geral, como o objetivo central das formas de associativismo negro ainda antes da abolição (malta de capoeira, terreiros de candomblé, associações de ajuda mútua, irmandades religiosas, entre outras), era “satisfazer necessidades sociais, econômicas, culturais, religiosas e humanas de um segmento populacional que vivia em condições adversas”.¹⁵ Petrônio prossegue apontando como, no pós-abolição, a principal manifestação do movimento associativista negro foram os clubes negros, que poderiam ter diversas funções, desde o assistencialismo e grupos religiosos, até a atuação política, educativa e organização de festas e eventos esportivos.

Ainda sobre as funções das associações negras, Rita Felix parece resumir bem o sentimento do momento, trazido também no primeiro enxerto de Petrônio:

Os Clubes sociais negros (CSN) fizeram aquilo que o estado deixou de fazer: prestaram apoio material, psicológico, implantaram escolas, aglutinou o grupo. Exerceram a função de assistência social, previdenciária, administrativa, educacional, financeira, entre outras funções¹⁶.

Agora que partimos de uma compreensão inicial de o que eram os clubes e suas funções, podemos seguir para uma breve exploração na historiografia acerca do associativismo negro no Brasil. O primeiro trabalho acadêmico encontrado a discutir os clubes negros no país foi Arthur Ramos, em seu artigo “O espírito associativo do negro brasileiro”, publicado em 1938¹⁷. Neste trabalho, Ramos trata centralmente dos grupos e associações negras surgidas ainda no período da escravidão, relacionados especialmente a

¹¹ MARIA, op. cit., 1997.

¹² RASCHE, op. cit., 2018.

¹³ ARAÚJO, op.cit.

¹⁴ DOMINGUES, P. Associativismo negro. In: GOMES, Flávio dos Santos; SCHWARCZ, Lília Moritz (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 117-124.

¹⁵ Ibidem. p. 117.

¹⁶ FÉLIX, R. C. S. **Damas de Ébano nos Clubes Sociais Negros**: Trancinhas e Batom. Piracicaba: Comunicações, v. 21, n. 1, p. 39–53, 30 jun. 2014. p. 42.

¹⁷ RAMOS, A. O espírito associativo do negro brasileiro. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, São Paulo, n. 47, p. 105-126, 1938.

questões religiosas e recreativas, criando um “espírito de grupo” que se desenvolveria para o pós-abolição. Ramos aponta ainda que o objetivo central destas associações era a afirmação racial e proclamação dos direitos iguais, no plano econômico, político e cultural, de negros e brancos.

A década de 1950 pode ser entendida como central no debate acerca da questão racial no Brasil, sendo um terreno fértil também no campo do associativismo. Isso se deu, centralmente, como resultado das cenas assustadoras da Segunda Guerra Mundial e do impacto produzido pelo genocídio nazista no pensamento moderno. Ainda em 1949 quando da criação da agenda de combate ao racismo da ONU, os olhos internacionais se voltaram ao Brasil, visto quase como uma anti-Alemanha nazista, sob forte influência da teoria das três raças e da democracia racial¹⁸. Fruto deste contexto foi o Projeto UNESCO dedicado à investigação das questões raciais no Brasil, sendo um dos resultados deste projeto o trabalho coordenado por Roger Bastide e Florestan Fernandes e publicado em 1955 sob o título de “Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo”¹⁹. Vale destacar que, esse novo olhar ao Brasil produziu uma historiografia marcada pelo questionamento à teoria da democracia racial e à harmonia das raças que iniciaram o movimento.

A obra coordenada por Bastide e Fernandes, que conta com trabalhos de diversos pesquisadores da questão racial no Brasil na época, como Virgínia Leone Bicudo e Aniela Ginsberg, nos traz também o primeiro trabalho a tratar da trajetória de um clube negro no Brasil, o trabalho de Oracy Nogueira intitulado “Relações raciais no município de Itapetininga”.²⁰ Neste trabalho, Nogueira dedica-se a explorar a trajetória do Clube Recreativo 13 de Maio, fundado em 1911 e cuja função central, segundo o autor, seriam as atividades recreativas e os festejos anuais do 13 de Maio. O autor explora, ainda, a íntima relação entre o Clube e a Irmandade Nossa Senhora do Rosário sendo uma das funções estatutárias do clube, inclusive, ceder sua sede aos festejos “profanos” da irmandade.

O Projeto UNESCO de 1955 abriu caminho para diversos outros trabalhos inovadores sobre a temática racial e o associativismo negro no Brasil. Merece destaque o clássico “Cor e Mobilidade Social no Sul do Brasil”, de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni (1960)²¹

¹⁸ MAIO, M. C. O contraponto paulista: os estudos de Florestan Fernandes e Oracy Nogueira no projeto Unesco de relações raciais. *Antíteses*, v. 7, n. 13, p. 10–39, 2014.

¹⁹ BASTIDE, R.; FERNANDES, F. (orgs). **Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo**. São Paulo: Editora Anhembi, 1955.

²⁰ NOGUEIRA, O. Relações raciais no município de Itapetininga. In: BASTIDE, R.; FERNANDES, F. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Ed. Anhembi, 1955.

²¹ CARDOSO, F. H.; IANNI, O. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional. São Paulo: Brasiliense, 1960.

que representa uma das primeiras contribuições acerca do associativismo e da organização dos negros no sul do país. Cardoso e Ianni inclusive expõem na pesquisa alguns aspectos do Clube de 25, juntamente com outros clubes catarinenses da época, detendo-se especialmente na discussão de dados de seus membros.

Após esse rico período das décadas de 1950 e 1960, parece haver um hiato na historiografia acerca do associativismo negro, muito influenciado por um movimento historiográfico de priorizar os grandes eventos estruturais às questões do cotidiano. Este silêncio viria a ser rompido apenas na década de 1990 com uma nova proliferação de pesquisas acerca da temática do associativismo no Brasil. Dentre estas, é fundamental comentarmos sobre o trabalho de Maria das Graças Maria, que abordou a história das associações recreativas em Florianópolis, com centralidade para o Clube de 25, de forma bastante pioneira. Em seu mestrado “Imagens invisíveis de Áfricas presentes” (1997)²², a autora busca dar ênfase às experiências individuais e cotidianas de pessoas comuns, dando centralidade aos afrodescendentes em Florianópolis para contar sua própria história.

Em sua dissertação, Maria das Graças Maria já aponta pistas acerca da articulação política dos clubes negros em Florianópolis, afirmando inclusive que “as articulações políticas que se constituíram a partir das relações entre diretores dos clubes e os poderes oficiais estabelecidos na cidade eram percebidas como estratégias de convivência social e de sobrevivência enquanto espaço restrito”²³. A autora dedica atenção especial para o Clube de 25 e para o Brinca Quem Pode, apontando essa dimensão de articulação política como presente em ambas as associações, como trataremos mais à frente.

Pensando em uma historiografia mais recente, a partir dos anos 2000, é possível dizer que muito se tem produzido acerca do associativismo negro nas mais diversas áreas do conhecimento, seguindo uma tendência de cada vez mais profissionalização da área e aprofundamento em temáticas, especialmente no que diz respeito a exploração das minúcias das histórias dos clubes²⁴. Dentre as diversas obras que mereceriam destaque, apontaremos algumas que nos parecem mais fundamentais aos nossos objetivos aqui.

A dissertação de Camilo Buss Araújo “Os pobres em disputa: urbanização, política e classes populares no Morro da Caixa d’Água, Florianópolis – Anos 1950 e 1960”²⁵ (2006) é um estudo de caso paralelo de grande valor para a nossa análise. Ao investigar as dinâmicas

²² MARIA, op. cit., 1997.

²³ Ibidem. p. 175.

²⁴ DOMINGUES, P. Clubes negros no Brasil: puzzle de um campo emergente. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 15, p. 1–22, 17 out. 2023.

²⁵ ARAÚJO, op. cit.

de urbanização, política e clientelismo no Morro da Caixa d'Água, o autor fornece um contraponto empírico à experiência do Clube de 25. O trabalho de Buss reforça a ideia de que o clientelismo era uma prática generalizada nas comunidades pobres de Florianópolis, e que as lideranças (mesmo que ligadas à Igreja e não a um clube social) atuavam como mediadores políticos, buscando ganhos para a comunidade.

A dissertação de Júlio César Rosa “Sociabilidades e territorialidade: a construção de sociedades de afrodescendentes no sul de Santa Catarina (1903-1950)”²⁶ é útil para ampliar a perspectiva regional do associativismo negro, inserindo a experiência de Florianópolis em um contexto mais amplo do Sul de Santa Catarina. Ao analisar as sociedades de afrodescendentes em Laguna, com destaque para a Sociedade Recreativa União Operária (1903) e o Clube Literário Cruz e Sousa (1906), o autor permite uma comparação com o Clube de 25, especialmente no que tange às estratégias de sociabilidade, territorialidade e as relações com o poder político. O texto reforça a ideia de que a organização negra era uma resposta à exclusão e que a busca por reconhecimento era uma pauta central no pós-abolição sulista.

Sobre a dimensão política, o autor nos dá algumas pistas de caminhos que podemos seguir para compreender as associações negras como espaços não só de autoafirmação e resistência, mas de luta ativa por direitos, cidadania e ascensão social. O autor caracteriza esses espaços como territórios onde seus membros “construíram sua autoestima, formaram famílias, ascenderam socialmente, lutaram por cidadania, visibilidade e respeitabilidade”²⁷. Dessa forma, o foco do autor está justamente em compreender esse elemento da ascensão social, que coloca como objetivo central da associação, ensaiando inclusive expandir para outras experiências, como veremos em seguida.

Ainda do mesmo ator, o artigo intitulado “Clubes Negros em Santa Catarina nas Primeiras Décadas do Século XX: histórias, memórias e trajetórias”²⁸ nos traz mais pistas sobre a dimensão política da atuação desses clubes. Destacadamente, o autor trabalha com associações como o Centro Cívico Cruz e Sousa, fundado em Lages em 1918, o Clube de 25 e o Brinca Quem Pode, ambos fundados em Florianópolis na década de 1930, o Clube 13 de Maio, fundado em 1961 em Tijucas, a Sociedade Beneficente Sebastião Lucas, fundada em 1952 em Itajaí, a Sociedade Recreativa União Operária, fundada em 1903 em Laguna e ainda o Clube Literário Cruz e Souza, fundado em 1906 também em Laguna.

²⁶ ROSA, J. C. da. **Sociabilidades e territorialidade**: a construção de sociedades de afrodescendentes no sul de Santa Catarina (1903-1950). Dissertação (Mestrado em História)—Florianópolis: Universidade Estadual de Santa Catarina, 2011.

²⁷ Ibidem. p. 93.

²⁸ ROSA, J. C. da. Clubes Negros em Santa Catarina nas primeiras décadas do século XX: Histórias, Memórias e Trajetórias. **Revista Historiar**, v. 10, n. 18, p. 247–265, 15 out. 2018.

O autor aponta que havia uma preocupação por parte dos clubes com a situação econômica, cultural e educacional de seus membros e que, seu caráter muitas vezes assistencial e educativo era também uma tática para promover a ascensão social de seus membros, mesmo em uma situação extremamente adversa. Segundo o autor, “uma parcela dessas associações apresentava como objetivo a educação formal e a formação profissional de homens, mulheres e crianças, ações que interferiram nas condições daqueles sujeitos, possibilitando perspectiva de melhoria de vida”²⁹.

Em “As heranças do Rosário”, Sayão (2015)³⁰ trata também da Sociedade Recreativa União Operária (SRUO), trazendo alguns aspectos que nos ajudam a compreender melhor algumas questões apontadas por Rosa. Sayão foca em explorar a SRUO a partir de seu aparente esforço na posituação do elemento da classe e da identidade de trabalhadores em detrimento da questão racial e busca entender o que isso nos diz sobre as organizações negras do pós-abolição. Este trabalho é rico para pensarmos a relação dos indivíduos que compunham os clubes para além do clube, identificando outros espaços de atuação e a própria relação do clube com a cidade e as dinâmicas mais amplas da estrutura social. Além disso, a não afirmação do elemento de raça durante toda a primeira metade do século XX é lida pelo autor como uma estratégia de ascensão social adotada por seus membros, como explicitado em sua leitura de uma fotografia da diretoria da SRUO:

podia-se dizer que o modo de se vestir, o mais “branco” possível, seria a prova visual do branqueamento. No entanto, podemos entender que quando aqueles sócios da Operária reproduzem práticas e cerimoniais aceitos num contexto social e cultural específico, não significa que estavam se branqueando, no sentido de abandonar as heranças afrodescendentes, e sim, agindo estrategicamente.³¹

A dissertação de Karla Rascke “Entre a caneta e o pandeiro: letras e enredos de agremiações afrodescendentes em Florianópolis – SC (1920 a 1950)”³², traz um panorama bastante completo das diferentes formas de associação da população negra em Florianópolis ao longo da primeira década do século XX, explorando desde as irmandades de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, antes mesmo do século XIX, até a imprensa negra, blocos e cordões carnavalescos, Escolas de Samba, cacumbis, blocos, clubes de futebol e as sociedades recreativas, com estudo detido inclusive do Clube de 25 e do Brinca Quem Pode. Dessa forma, a autora contribui para nossa compreensão da diversidade de territórios negros na cidade, inserindo nosso objeto de estudo, o 25 de Dezembro, em um

²⁹ Ibidem. p. 249.

³⁰ SAYÃO, T. J. As heranças do Rosário: associativismo operário e o silêncio da identidade étnico-racial no pós-abolição, Laguna (SC). **Revista Brasileira de História**, v. 35, p. 131–154, jun. 2015.

³¹ Ibidem. p. 142.

³² RASCHE, op. cit., 2018.

contexto muito mais amplo, não explorando, contudo, a dimensão da articulação política, para além de breves considerações sobre o trabalho de Maria das Graças Maria.

Em sua dissertação de mestrado “‘O Lábaro protetor da classe operária’: as associações voluntárias de socorros-mútuos dos trabalhadores em Florianópolis – Santa Catarina (1886-1932)”, Rafaela Leuchtenberger³³ faz um levantamento de 31 associações presentes na cidade no período estudado, identificando seu ano de fundação e grupo organizado. Esse trabalho é relevante em especial para localizarmos o Clube de 25 não como experiência única de associativismo, mas em um contexto mais amplo de organizações e associações. Além disso, o trabalho também nos permite compreender que alguns indivíduos transitavam entre diferentes organizações da cidade, como é o caso de Epaminondas de Carvalho, um dos fundadores do Clube de 25, que era também membro da Liga Operária Beneficente de Santa Catarina e da União Beneficente Recreativa Operária³⁴.

A coletânea “História Diversa: africanos e afrodescendentes na ilha de Santa Catarina” (2013)³⁵, apresenta-se como uma contribuição riquíssima da história social para pensar a agência negra e a história de Florianópolis, integrando de fato esses indivíduos na narrativa, não como um aparte, um capítulo, mas como presença e protagonismo integrado em todo o processo histórico. Em nosso trabalho, abordaremos especialmente o capítulo 12, escrito por Maria das Graças Maria³⁶, intitulado “Clubes e associações de afrodescendentes na Florianópolis das décadas de 1930 e 1940”, que funciona, em alguma medida, como uma atualização de sua dissertação de 1997, apesar do tamanho reduzido.

Já “Pós-Abolição no Sul do Brasil: Associativismo e Trajetórias Negras” (2019)³⁷, merece especial destaque aqui, se localizando como uma contribuição ampla à historiografia do pós-abolição e do ativismo negro, em especial no sul do Brasil. Também orientado no campo da história social, o livro traz um compilado de contribuições sobre diferentes experiências de associativismo e trajetórias negras na região, configurando uma importante obra para compreendermos a densidade e complexidade do tema na nova historiografia. Neste

³³ LEUCHTENBERGER, R.. “**O Lábaro protetor da classe operária**”: as associações voluntárias de socorros-mútuos dos trabalhadores em Florianópolis – Santa Catarina (1886-1932). Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Campinas, 2009.

³⁴ Ibidem. p. 230.

³⁵ MAMIGONIAN, B.; VIDAL, J. Z. (Org.). **História Diversa**: africanos e afrodescendentes na ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

³⁶ MARIA, M. das G. Clubs e associações de afrodescendentes na Florianópolis das décadas de 1930 e 1940. IN: MAMIGONIAN, B.; VIDAL, J. Z. (Org.). **História Diversa**: africanos e afrodescendentes na ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013. p. 254 - 268.

³⁷ MENDONÇA, J. M. N.; TEIXEIRA, L.; MAMIGONIAN, B. G. (Orgs.). **Pós-Abolição no Sul do Brasil**: Associativismo e Trajetórias Negras. Salvador: Saggá Editora, 2019.

sentido, dedicamos aqui alguns parágrafos para abordar de forma breve os capítulos que nos parecem mais pertinentes ao nosso trabalho, destacadamente aqueles presentes na primeira parte da obra, intitulada “Associativismo”.

Ainda na apresentação, as autoras constroem um histórico da área de pesquisa no pós-abolição, trazendo diversas contribuições relevantes para a história do campo. Aqui, nos parece relevante destacar onde a própria obra se localiza, como parte do desenvolvimento do Grupo de Trabalho Emancipações e Pós-Abolição da Associação Nacional de História (ANPUH), fundado em 2013 e que, desde então, vem avançando no sentido de

consolidar o Pós-Abolição como campo de pesquisa específico, que toma em consideração as questões relativas à escravidão, ao abolicionismo e às relações raciais. No entanto, isso é produzido conectando-as com as experiências da população negra no período, cujo marco inicial são os processos de Abolição no XIX, e se estendendo até o presente, na medida em que se propõe indagar também sobre a memória da escravidão no presente e sobre o que, neste tempo, refere-se à persistência do racismo e da desigualdade constituída por critérios raciais.³⁸

O capítulo “Negros no Brasil Meridional: associativismo no pós-Abolição”, de Petrônio Domingues³⁹, apresenta um balanço historiográfico do campo do Pós-Abolição, mostrando a evolução dos estudos que passaram a enfatizar a agência e o protagonismo dos sujeitos negros, em contraposição às abordagens anteriores que focavam apenas nos mecanismos de exclusão e na herança da escravidão. O autor defende que as associações negras não tinham apenas um caráter reativo frente a discriminação racial, mas também um aspecto propositivo, autônomo e de autodeterminação, afirmando que:

conhecer o funcionamento, a estrutura e a organização das associações e dos jornais negros torna-se importante para se entenderem aspectos da experiência afro-brasileira no que tange à trajetória de suas lutas e projetos no campo dos direitos e da cidadania, mesmo porque essas associações e esses jornais constituem parte intrínseca dessa luta e com ela por vezes se confundem.⁴⁰

O texto “Clubes negros ao sul do Sul: a mobilização recreativa nas cidades de fronteira Brasil-Uruguai no pós-Abolição (décadas 1920-1950)”, de Fernanda Oliveira⁴¹, analisa as práticas associativas de negros e negras em regiões de fronteira, especificamente entre o Brasil e o Uruguai. A autora explora as experiências do Club 24 de Agosto (Jaguarão, 1918), do Fica Ahí P’rá Ir Dizendo (Pelotas, 1921), do Centro Uruguay (Melo, 1923) e do Zíngaros

³⁸ Ibidem. p. 14.

³⁹ DOMINGUES, P. Negros no Brasil Meridional: associativismo no pós-Abolição. In: MENDONÇA, J. M. N.; TEIXEIRA, L.; MAMIGONIAN, B. G. (Orgs.). **Pós-Abolição no Sul do Brasil: Associativismo e Trajetórias Negras**. Salvador: Sagga Editora, 2019. p. 22 - 37.

⁴⁰ Ibidem. p. 37.

⁴¹ OLIVEIRA, F. Clubes negros ao sul do Sul: a mobilização recreativa nas cidades de fronteira Brasil-Uruguai no pós-Abolição (décadas 1920-1950). In: MENDONÇA, J. M. N.; TEIXEIRA, L.; MAMIGONIAN, B. G. (Orgs.). **Pós-Abolição no Sul do Brasil: Associativismo e Trajetórias Negras**. Salvador: Sagga Editora, 2019. p. 38 - 56.

(Bagé, 1936), mostrando como essas agremiações ultrapassavam os limites nacionais, compartilhando experiências e estratégias de sociabilidade, resistência e luta política.

Sobre essa dimensão política, a autora aponta para duas preocupações fundamentais dos clubes estudados: a educação de seus membros, marcada pela manutenção de bibliotecas e organização de cursos e projetos formativos, e a luta por uma sede própria, como busca por maior liberdade e, especialmente, estabilidade, uma vez que a falta de verbas e dificuldade de pagar aluguel era frequente e sabia-se que fechar a sede, mesmo que temporariamente, poderia levar ao fim da associação. Dessa forma, a autora aponta que “o estímulo à manutenção de bibliotecas e de aulas alerta para o principal fator externalizado nos clubes sociais: a sociabilidade como necessidade para uma existência coletiva, bem como forma de colocar-se politicamente”.⁴²

“Associações afrodescendentes em Florianópolis: articulações, projetos e combate ao racismo (1920-1955)”, de Karla Leandro Rascke⁴³, é um desenvolvimento de sua tese de doutorado, do ano anterior. O texto trabalha em cima do levantamento realizado pela autora das diferentes configurações associativas presentes em Florianópolis na primeira década do século XX, destacando suas articulações, projetos e o papel no combate ao racismo, entendendo a diversidade de formas organizativas como diferentes estratégias de luta política e manutenção da cultura afrodescendente.

Luana Teixeira em “Os homens do Centro: política, classe e raça na Florianópolis dos anos 1920”⁴⁴, examina o Centro Cívico e Recreativo José Boiteux (a partir de 1923 chamado de Centro Cívico e Recreativo Cruz e Sousa), fundado em Florianópolis nos anos 1920. Analisa como a associação se organizava como centro cívico e recreativo, buscando instrução formal, aprimoramento intelectual e cultural. A autora destaca que, logo após a fundação, o Centro Cívico elaborou seu Estatuto e o registrou no cartório e em jornais da cidade, demonstrando dar certa importância ao aparato político e administrativo. O que é interessante aqui é que, em seu Estatuto, o Centro Cívico se coloca expressamente como uma associação exclusivamente de homens de cor, algo muito difícil de vermos na documentação, como veremos mais à frente⁴⁵.

⁴² Ibidem. p. 52.

⁴³ RASCHE, K.L. Associações afrodescendentes em Florianópolis: articulações, projetos e combate ao racismo (1920-1955). In: MENDONÇA, J. M. N.; TEIXEIRA, L.; MAMIGONIAN, B. G. (Orgs.). **Pós-Abolição no Sul do Brasil: Associativismo e Trajetórias Negras**. Salvador: Sagga Editora, 2019. p. 57 - 74.

⁴⁴ TEIXEIRA, L. Os homens do Centro: política, classe e raça na Florianópolis dos anos 1920. In: MENDONÇA, J. M. N.; TEIXEIRA, L.; MAMIGONIAN, B. G. (Orgs.). **Pós-Abolição no Sul do Brasil: Associativismo e Trajetórias Negras**. Salvador: Sagga Editora, 2019. p. 75 - 92.

⁴⁵ Ibidem. p. 78.

Muito relevante aqui também é o debate que a autora faz sobre como o Centro Cívico estabelecia relações com grupos políticos locais, como a aproximação com o governador Hercílio Luz, do Partido Republicano Catarinense (PRC), e Adolpho Konder, do mesmo partido, à época Secretário de Estado da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura de Santa Catarina e, em seguida, Deputado Federal. Essa relação se dava por meio de homenagens prestadas, presença dos membros do Centro Cívico em recepções e envio de telegramas de felicitações, prática bastante comum, para além de apoio eleitoral dos membros da associação aos candidatos do PRC, inclusive com escrita de moções e posicionamentos públicos. Em contrapartida, as figuras do PRC se faziam presentes em sessões solenes no Centro Cívico e apoiavam a associação de diversas formas, com destaque para o suporte a suas ações educacionais.⁴⁶

Ainda, é interessante reforçar o que a autora aponta sobre as contradições dessa relação entre alguns políticos do PRC, com destaque para o governador Hercílio Luz, e os membros do Centro Cívico. Por um lado, a potência de ter o discurso antirracista dos membros da associação repercutido pelos principais políticos da cidade apontava para a força do Centro Cívico, que viam seus aliados do PRC como apoiadores de práticas antirracistas. Por outro lado, é fundamental destacar que foi o próprio Hercílio Luz que deu o pontapé no processo de modernização de Florianópolis, com obras de saneamento e reformas urbanas que tiveram como objetivo e resultado a expulsão das populações negras para as periferias da cidade.⁴⁷ Assim, o capítulo escrito por Luana Teixeira nos traz diversas reflexões valiosas para nosso estudo, em especial para as relações entre associações negras e a política institucional, de forma similar ao que veremos no 25 de Dezembro, demonstrando que este não era um caso isolado.

Já o capítulo “Das lembranças que contei às histórias que esqueci Clube Treze de Maio de Ponta Grossa (1888-2012)”, de Merylin Ricieli dos Santos⁴⁸, explora a trajetória do Clube Treze de Maio, fundado em 1890 em Ponta Grossa (PR). Aqui, é interessante apontar que a fonte central do texto é a entrevista com um de seus antigos líderes, cruzando esta com a bibliografia e fontes documentais, de forma similar ao que realizamos aqui. Neste sentido, a autora faz uma reflexão sobre o papel da memória na historiografia, seus perigos e riquezas:

As relações entre memória e história constantemente nos convidam a refletir sobre a importância dos testemunhos orais no processo de construções historiográficas que

⁴⁶ Ibidem. p. 78 - 80.

⁴⁷ Ibidem. p. 81-82.

⁴⁸ SANTOS, M. R. dos. Das lembranças que contei às histórias que esqueci Clube Treze de Maio de Ponta Grossa (1888-2012). In: MENDONÇA, J. M. N.; TEIXEIRA, L.; MAMIGONIAN, B. G. (Orgs.). **Pós-Abolição no Sul do Brasil: Associativismo e Trajetórias Negras**. Salvador: Saggia Editora, 2019. p. 93 - 117.

colocam em evidência protagonistas até então negligenciados. Sendo elementos distintos e que dialogam de modo nem sempre harmônico, história e memória possuem a capacidade de remontar inúmeras temporalidades por meio de lembranças, esquecimentos, traumas e reparações⁴⁹.

A autora também faz uma discussão sobre os processos de branqueamento e higienização na cidade de Ponta Grossa, refletindo sobre como as políticas de modernização da cidade, unidas ao “medo branco”, também chamado de “haitianismo”, que consistia na preocupação da elite branca com a organização da população negra, levaram a expulsão dos negros para fora dos espaços centrais da cidade. Nesse processo, o Clube 13 de Maio sofreu fortes pressões e se viu obrigado a transferir sua sede para a periferia.⁵⁰ Destacamos esse ponto, também para refletirmos sobre semelhanças e diferenças entre as dinâmicas espaciais e os desafios estruturais enfrentados pelo Clube 13 e pelo Clube de 25, em Florianópolis.

Por fim, tratamos da historiografia catarinense sob a república, com destaque para os trabalhos de Reinaldo Lohn⁵¹ sobre a espacialização da desigualdade e as dinâmicas das elites em Florianópolis. A análise de Lohn sobre a tradição clientelista do PSD em Santa Catarina e a forma como as elites locais geriram a transição política e urbana (especialmente após 1964) fornece o pano de fundo institucional para a atuação do Clube. A segregação espacial que forçou a população negra para os morros não foi um acidente, mas uma política higienista. O Clube de 25, ao se estabelecer no Morro do 25, transformou um espaço de exclusão em um território de poder.

A tese de Reinaldo Lohn “Pontes para o futuro: relações de poder e cultura urbana Florianópolis, 1950 a 1970”⁵² (2002) oferece um panorama detalhado das relações de poder e da cultura urbana em Florianópolis, com foco no período de 1950 a 1970. O trabalho é crucial para a caracterização das elites catarinenses e das dinâmicas políticas que antecedem e se estendem até o período de maior interesse de nossa pesquisa. Além disso, a tese nos auxilia a compreender a reorganização política das elites catarinenses com a reforma partidária que deu origem a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), bem como o seu desmembramento na década de 1980.

O artigo do mesmo autor “Limites da utopia: cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950)”⁵³ é essencial para a contextualização das

⁴⁹ Ibidem. p. 93.

⁵⁰ Ibidem. p. 101 - 106.

⁵¹ LOHN, R. L.; AREND, S. M. F. op. cit.

LOHN, R. L. op. cit., 2007

LOHN, R. L. op. cit., 2002.

LOHN, R. L. op. cit., 2020.

⁵² LOHN, R. L. op. cit., 2002.

⁵³ LOHN, R. L. op. cit., 2007

transformações urbanas e políticas de Florianópolis na década de 1950, período crucial para a consolidação do Clube de 25 e a ascensão à diretoria do Senhor Silvio de Souza. Lohn analisa o projeto de modernização desenvolvimentista da cidade, mostrando como a utopia do progresso e da "cidade moderna" se chocou com a realidade das classes populares. O texto ajuda a entender o pano de fundo da segregação espacial e a lógica das elites que definiam o "futuro" da cidade, fornecendo a base para a análise da exclusão que motivou a criação e a atuação do Clube.

Já o artigo “Estado e populações pobres no Brasil: a espacialização da desigualdade social em Florianópolis - SC (décadas de 1930-1950)”⁵⁴, ainda de Lohn, em parceria com Silvia Arend, aprofunda a discussão sobre a formação das periferias e a segregação espacial em Florianópolis. Os autores demonstram a ausência de políticas públicas de habitação para as classes populares, o que levou à ocupação dos morros e à necessidade de as comunidades criarem suas próprias estratégias de sobrevivência. O texto é fundamental para compreensão da emergência do Clube de 25 como uma dessas estratégias e, principalmente, para introduzir a ideia de que as relações entre o Estado e as classes populares eram pautadas por mecanismos caritativos e práticas de reciprocidade.

Ainda, o artigo mais recente de Lohn “A utopia dos direitos humanos na cidade”⁵⁵ (2020), é vital para a ampliação do recorte temporal e para a análise do declínio do Clube. Ao abordar o período de 1964 a 2004, o autor contextualiza a ascensão de Esperidião Amin e as novas dinâmicas político-empresariais e as reformas urbanas que marcaram a cidade. O texto permite analisar o fechamento do ciclo de clientelismo, mostrando como a nova dinâmica capitalista e a disputa pelo direito à cidade tornaram as antigas redes de apoio menos necessárias para as elites, influenciando o destino do Clube de 25.

A partir do diálogo estabelecido entre estas obras, buscamos demonstrar que a trajetória do Clube de 25 será analisada em uma perspectiva multidimensional, que articula a história urbana e a segregação espacial de Florianópolis (Lohn, Arend, Araújo)⁵⁶ com a tradição do associativismo negro (Maria⁵⁷, Rascke⁵⁸, Rosa⁵⁹) e, fundamentalmente, com as

⁵⁴ LOHN, R. L.; AREND, S. M. F. op. cit.

⁵⁵ LOHN, R. L. op. cit., 2020.

⁵⁶ LOHN, R. L.; AREND, S. M. F. op. cit.

LOHN, R. L. op. cit., 2007

LOHN, R. L. op. cit., 2002.

LOHN, R. L. op. cit., 2020.

ARAÚJO, op. cit.

⁵⁷ MARIA, op. cit., 1997.

⁵⁸ RASCKE, op. cit., 2018.

⁵⁹ ROSA, op. cit., 2011.

relações de poder e as disputas raciais. O referencial teórico-metodológico, ancorado no "teatro do poder" de Thompson⁶⁰ e nos "termos de inclusão" de Alberto⁶¹, fornecerá as ferramentas analíticas necessárias para desvendar a complexidade da atuação política do Clube e do Senhor Silvio de Souza, permitindo que o trabalho avance para a análise das fontes empíricas.

O trabalho está estruturado em dois capítulos principais, que avançam da contextualização histórica para a análise aprofundada da fonte oral. O Capítulo 1, "A trajetória histórica do Clube de 25", dedica-se a construir o cenário histórico no qual o clube emerge e atua. A primeira seção reconstitui a Florianópolis da primeira metade do século XX, marcada pelas reformas urbanas de caráter higienista e pela política de segregação espacial que empurrou a população negra para os morros da cidade, discutindo também as disputas bipartidárias entre o Partido Social Democrata (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN). Em seguida, o capítulo narra a fundação e a consolidação do Clube de 25 como um território negro, espaço de sociabilidade e resistência. A terceira seção analisa os estatutos do clube, documentos que revelam as normas, os objetivos e as tensões que moldaram a instituição.

O Capítulo 2, "Memória, política e território: o Clube de 25 na narrativa da comunidade", constitui o núcleo analítico da monografia. Mergulhando na entrevista com Senhor Silvio de Souza, o capítulo desvenda as dinâmicas políticas e sociais do clube a partir da memória de seu principal articulador, que esteve à frente da diretoria do Clube entre os anos 1950 e 1980, período de maior atividade do Clube. A primeira seção explora a história de vida de Seu Silvio, entrelaçando-a com a própria história do clube. As seções seguintes abordam temas emergentes da entrevista, como a atuação das mulheres e a criação do MONJURE, e a complexa questão da presença de brancos no clube. A seção 2.4, a mais densa do capítulo, dissecar a relação com a política institucional, analisando a fundo a cultura assistencialista vinda do PSD e do "grupo dos Ramos" e a figura de Esperidião Amin, à luz do arcabouço teórico sobre o teatro do poder e o clientelismo. As seções finais refletem sobre o declínio e a ruína física do clube e trazem breves reflexões sobre a entrevista e temas emergentes.

Ao centrar-se na história do Clube de 25 e na memória de seus sujeitos, esta pesquisa busca contribuir para a historiografia sobre o associativismo negro em Santa Catarina, evidenciando as formas pelas quais a população negra de Florianópolis se organizou, resistiu

⁶⁰ THOMPSON, op. cit.

⁶¹ ALBERTO, op. cit.

e atuou politicamente, mesmo diante de adversidades estruturais. Mais do que recuperar a memória de um clube em ruínas, este trabalho se propõe a reconhecer e valorizar a agência política negra no espaço urbano do Sul do Brasil, demonstrando como a exploração tática do teatro do poder se constituiu em uma estratégia de sobrevivência e conquista. Esta monografia, ao final, buscará sintetizar os resultados desta análise, reafirmando a importância do Clube de 25 como um ator histórico incontornável para a compreensão da política e da luta por termos de inclusão na capital catarinense.

2 CAPÍTULO 1: A trajetória histórica do Clube de 25

A história do Brasil no pós-abolição é marcada por novas estratégias de resistência e luta política do povo negro. Dentre essas formas, ganha considerável destaque o associativismo negro, com a formação de clubes e associações negras por todo o país. Essas associações, nascidas ainda antes da abolição, inicialmente com funções mais ligadas a assistência direta a seus membros e apoio a comunidade, foram se desenvolvendo ao longo dos anos e adquirindo novos papéis como agentes educativos, disseminadores da cultura e do esporte, criando um senso de identidade e pertencimento entre seus membros. Além disso, estes clubes foram se tornando cada vez mais espaços de luta política, com reuniões e assembleias onde eram debatidas as questões centrais da comunidade⁶². Em Santa Catarina não foi diferente, sendo o período marcado pela fundação e consolidação de diversos clubes negros, um desses clubes, a União Recreativa Cultural 25 de Dezembro, ou simplesmente Clube de 25, é objeto de estudo deste trabalho.

A Florianópolis da década de 1930 é profundamente marcada pelas reformas urbanas do período que, sob a égide da modernização e do higienismo, visavam o embranquecimento dos espaços centrais e a consequente segregação espacial da população negra e pobre para as periferias. Essa política de exclusão não foi acidental, mas uma estratégia de poder que, conforme demonstram Lohn e Arend, reorganizou o território em função dos interesses das elites. Os autores detalham como o avanço do capital imobiliário e as políticas de saneamento resultaram na expulsão da população negra e pobre para as periferias, consolidando a segregação espacial e a marginalização socioespacial. É a partir dessa conclusão historiográfica que se torna possível compreender o surgimento do associativismo negro como uma resposta territorializada à exclusão⁶³.

Foi justamente deste contexto, da formação das periferias, que surgiu uma renovada necessidade do movimento negro de se reorganizar em novos modelos sendo um deles o associativismo no formato de Clubes Negros. Maria das Graças Maria (1997) e Karla Rascke (2018), em seus estudos sobre as agremiações afrodescendentes em Florianópolis, demonstram que esses clubes eram espaços de sociabilidade, solidariedade e articulação política, essenciais para a construção de uma identidade negra positiva e para a luta por cidadania.⁶⁴ É nesse cenário de adversidade que o Clube de 25 surge, transformando um

⁶² DOMINGUES, op. cit., 2018, p. 117-124.

⁶³ LOHN, AREND, op. cit. p. 38 - 39.

⁶⁴ MARIA, op. cit., 1997.

RASCHE, op. cit., 2018.

espaço de exclusão – o Morro do 25 – em um território negro de agência, uma inversão tática que se coaduna com a ideia de contrateatro plebeu, onde a plebe reorganiza suas táticas de sobrevivência e visibilidade.

Dessa forma, fundada no chamado Morro do 25, lar de trabalhadores, a União Recreativa Cultural 25 de Dezembro já inicia sua história de forma singular, como um clube de e para pessoas negras, apresentando diversas restrições firmes quanto a presença e associação de pessoas brancas. Segundo Maria das Graças Maria, “aquele local foi, durante muito tempo, espaço exclusivo de diversão dos negros, e onde não era permitida a entrada de pessoas brancas na pista de dança, sendo permitida a sua presença apenas no bar”⁶⁵. Essa característica faz com que olhemos para o Clube de 25 de forma diferenciada, buscando compreender a potência que representava um clube de pessoas negras em uma Florianópolis da década de 1930, sendo um espaço que ia para além da resistência, mas se tornando mesmo uma afronta a sociedade catarinense branca e com políticas de segregação e higienismo.

Essa característica apresentada pelo 25 de Dezembro conferiu ao clube um poder de representação e mobilização que o tornou alvo de interesse das elites políticas brancas, especialmente em períodos eleitorais. A visita de políticos ao clube, buscando votos e apoio, revela a natureza ambivalente da relação: se, por um lado, expunha a necessidade do poder hegemônico em negociar com a liderança negra, por outro, demonstrava a fragilidade dos termos de inclusão que estavam sendo negociados, baseados na utilidade eleitoral e no favor. A história do Clube, portanto, é a história dessa negociação constante entre a agência negra e a tradição clientelista local, que será o foco analítico do Capítulo 2.

Para estabelecer as bases dessa análise, este primeiro capítulo se propõe a traçar a trajetória histórica do Clube de 25 em três momentos distintos. Iniciaremos com a contextualização da Florianópolis entre as décadas de 1930 e 1960, marcada pelas transformações urbanas, a segregação socioespacial e pelo bipartidarismo entre o Partido Social Democrata (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN) (1.1). Em seguida, apresentaremos a história da fundação e do estabelecimento do Clube de 25 na região do Morro do 25 (1.2). O terceiro momento será uma análise comparativa dos Estatutos Sociais do Clube (1934 e 1976), utilizando-os como documentos que revelam as disputas e as estratégias de preservação institucional ao longo do tempo (1.3). Ao concluir este panorama, o leitor estará munido do contexto histórico e das referências conceituais necessárias para a análise

⁶⁵ MARIA, op. cit., 1997. p. 179.

aprofundada da memória do Senhor Silvio de Souza e da política do favor, desenvolvida no Capítulo 2.

2 1.1. A Florianópolis da primeira metade do Século XX

Para compreender a gênese e o desenvolvimento do Clube de 25, é fundamental realizar um breve panorama da história de Florianópolis no século XX, em especial em sua primeira metade. A partir desse movimento, pretende-se apresentar tanto as condições objetivas que levaram à formação e consolidação das associações negras nos morros da periferia da cidade, como também introduzir as disputas políticas que contribuíram para o local geográfico e político que estes clubes ocuparam na capital catarinense. Iniciaremos, então, por contextualizar a Florianópolis do início do século XX, um período marcado por profundas transformações urbanas e sociais que impactaram diretamente a população negra e pobre da cidade.

Nas primeiras décadas do século XX, a paisagem urbana e a economia de Florianópolis eram moldadas por empresas com ramos de atividades diversificados, baseadas no comércio e no transporte marítimo. O Porto Rita Maria recebia todos os dias navios com mercadorias de outras capitais e inclusive do exterior, em especial produtos agropecuários e madeira, exportados para o exterior⁶⁶.

A dinâmica portuária de Florianópolis não se limitava ao comércio internacional, funcionando também como um entreposto fundamental para a produção do interior da Ilha e do continente, consolidando a capital como o principal ponto de escoamento e distribuição da província. A capital provincial exercia uma centralidade econômica sobre as regiões produtoras do litoral e do interior do estado, que se subordinavam a ela, sendo o Porto Rita Maria o ponto de convergência dos produtos vindos do interior e o ponto de partida para a exportação⁶⁷.

O principal produto de subsistência e de exportação da Ilha de Santa Catarina era, desde os tempos da escravidão, a farinha de mandioca, cuja produção era concentrada em engenhos, notadamente na região da Lagoa da Conceição e do Ribeirão da Ilha. A farinha, além de ser a base da alimentação local, era motivo de intensa disputa comercial, sendo

⁶⁶ MARIA, op. cit., 1997, p. 58

ARAÚJO, op. cit. p. 30.

⁶⁷ POPINIGIS, F. Africanos e descendentes na história do primeiro mercado público de Desterro. In: MAMIGONIAN, B. G.; VIDAL, J. Z. (Org.). **História diversa**: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013. p. 163 - 169.

frequentemente exportada para outras províncias, como as do Norte, ou requisitada para o abastecimento de tropas no Sul. Além da farinha, o porto recebia outros gêneros alimentícios produzidos na Ilha e no continente, como milho, arroz, feijão, legumes e frutas, que eram comercializados no Mercado Público, onde haviam negros que se estabeleciam como proprietários de quitandas, armazéns e bancas de verdura, vendendo seus produtos⁶⁸.

O movimento portuário e os contatos com fornecedores estrangeiros eram a base que permitia que importadores atacadistas, como Hoepcke, Wendhausen, Horn, Meyer, Moellmann e Busch, expandissem seus negócios, chegando a abrir algumas indústrias de bens de consumo⁶⁹.

Neste contexto, é importante localizar a fundação da União Beneficente dos Trabalhadores, na década de 1910, uma associação de classe de estivadores, marítimos, empregados em depósitos, trapiches e descarregadores de carvão mineral, categorias compostas em sua grande maioria por homens negros⁷⁰. Contudo, a centralidade econômica de Florianópolis foi sendo reconfigurada com o passar das décadas. O desenvolvimento de outros polos econômicos, como os municípios de colonização alemã (Joinville e Blumenau, com indústria têxtil e madeireira) e o crescimento de Criciúma (com a exploração de carvão), fez com que estas regiões diminuíssem sua subordinação à capital, excetuando-se os aspectos administrativos⁷¹.

Um marco desse período foi a inauguração da Ponte Hercílio Luz em 1926, que representou um avanço político e econômico ao reduzir o isolamento da capital. A obra fazia parte de um esforço governamental mais amplo para consolidar o controle do território e a administração estadual, especialmente após a resolução da questão de limites com o Paraná, no contexto do Contestado. A ponte era, portanto, um instrumento estratégico para expandir a rede rodoviária, otimizar a gestão populacional e assegurar a posição de Florianópolis como capital⁷².

Apesar do dinamismo econômico inicial, a cidade representava uma luta constante para a população empobrecida que migrava do interior. Em um estado cuja população total,

⁶⁸ BASTOS, Ana Carla. Escravidão nos engenhos de farinha da Lagoa da Conceição. In: MAMIGONIAN, B. G.; VIDAL, J. Z. (Org.). **História diversa**: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013. p. 73 - 75.

POPINIGIS, op. cit. p. 163 - 169.

LOHN; AREND, op. cit. p. 36

MARIA, op. cit., 1997. p. 90

⁶⁹ LOHN; AREND, op. cit. p. 34.

⁷⁰ RASCHE, op. cit., 2018. p. 58.

MARIA, op. cit., 1997, p. 73.

⁷¹ ARAÚJO, op. cit. p. 43.

⁷² LOHN; AREND, op. cit., p. 34 - 35.

no Censo de 1920, era de aproximadamente 1,1 milhão de habitantes, com a população negra (pretos e pardos) representando menos de 6%⁷³, esse movimento migratório era impulsionado pela falta de recursos e capital nas terras destinadas aos negros no interior, que eram em sua maioria improdutivas e insuficientes para o desenvolvimento da produção. A agricultura de subsistência não era suficiente para o sustento familiar, forçando os filhos a buscarem novas oportunidades na cidade. Em muitos casos, os pais acabavam se transferindo também para a capital para morar com os filhos, reforçando os laços de parentesco como estratégia de inserção social⁷⁴.

Essas famílias negras, oriundas de regiões adjacentes a Florianópolis, como Biguaçu e Alto Biguaçu (atuais municípios de Biguaçu e Antônio Carlos, respectivamente), protagonizaram um movimento de migração interna que se intensificou a partir do final dos anos 1920. A busca pela capital, motivada pela precariedade econômica e pela esperança de melhores condições de vida e trabalho, levou-as a se estabelecer em localidades como o Morro da Caixa d'Água (hoje Mont Serrat), Morro do Chapecó (hoje Morro do 25), Morro da Mariquinha e Morro do Mocotó. Essa ocupação dos morros por migrantes negros, frequentemente discriminados e relegados às margens por desafiarem a identidade europeia local, ocorreu em grande parte por meio de redes de parentesco, o que lhes garantia um suporte social inicial na nova territorialidade.⁷⁵ Segundo Maria das Graças Maria (1997):

As populações negras que chegaram do interior a partir dos anos 20 e até os anos 40 encontraram uma cidade cujos projetos de modernização ainda estavam por ser concretizados; sobretudo nos morros onde eles se instalaram a carência de infraestrutura era maior. Com poucos recursos financeiros disponíveis, pois haviam abandonado suas terras à procura de trabalho, estes trabalhadores negros viviam em Florianópolis as tensões comuns do meio urbano, o desemprego, o subemprego, a discriminação e o preconceito racial⁷⁶.

A segregação socioespacial era uma política de exclusão que vinha desde o final do século XIX, visando afastar os pobres e não-brancos do centro da cidade, espaço de poder das elites. Essa política se apresentava por meio da expulsão direta dos pobres, com demolição de suas casas e valorização imobiliária decorrente do aumento no número de funcionários do estado e dos serviços públicos.⁷⁷ O racismo atuava como estratégia de poder, promovendo a discriminação e a segregação racial. Esse processo resultou no gradual embranquecimento dos

⁷³ MAMIGONIAN, B. G. BISSIGO, D. N.. População de Origem Africana. In: **Atlas Geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora UFSC, 2018, Tabela 4. Os dados do Censo de 1920 para Santa Catarina indicam 94,4% de brancos, 5,2% de pardos e 0,4% de pretos.

⁷⁴ MARIA, op. cit., 1997. p. 52.

⁷⁵ ARAÚJO, op. cit. p. 11.
MAMIGONIAN; BISSIGO, op. cit. p. 84 - 85.

⁷⁶ MARIA, op. cit., 1997, p. 56.

⁷⁷ LOHN; AREND. op. cit. p. 35-38.

espaços centrais, deslocando para a periferia as populações consideradas perigosas — primordialmente negros e pobres. Tal transferência foi justificada por um discurso eugênico que promovia a higienização dos espaços, buscando construir uma cidade "civilizada" e "limpa", o que tornava a população pobre socialmente invisível nos morros⁷⁸.

Aqui, nos parece interessante localizar quais agremiações afrodescendentes já estavam presentes em Florianópolis, para nos ajudar a localizar o Clube de 25 também nesta história dos territórios negros da cidade. Em 1914 é fundado o Centro Literário e Recreativo Castro Alves, responsável pela editoração do jornal O Literário, grupo do qual fazia parte Trajano Margarida, importante liderança negra da cidade⁷⁹.

Já na década de 1920 é fundado o Centro Cívico e Recreativo José Boiteux, posteriormente chamado de Centro Cívico e Recreativo Cruz e Souza, associação de homens de cor que organizava reuniões dançantes e trabalhava na alfabetização de seus membros, entre outras atividades. Este é um marco importante na história do associativismo e dos territórios negros de Florianópolis, construindo as bases que formariam, posteriormente, diversas outras associações na cidade, como o próprio Clube de 25, já na década de 1930.

Também data deste período o Cacumbi, composto

de uma devoção a Nossa Senhora do Rosário, semelhante ao que acontecia nas irmandades afros, destacando um cortejo celebrativo e religioso, formado por capitão e marujos que ‘disputavam a fé’ em encenação dramática. Em Florianópolis esta prática remonta a populações de áreas rurais de municípios das redondezas que, no pós-abolição, migraram em direção à capital em busca de oportunidades de trabalho e condições de vida.⁸⁰

A partir de 1930 e dos desdobramentos das políticas varguistas de desenvolvimento, a economia de Florianópolis passou por significativas mudanças. Ocorreu uma longa transição socioeconômica que culminou no abandono gradual de atividades produtivas e comerciais em favor da exploração do mercado imobiliário⁸¹. A primeira etapa dessa transformação foi a diminuição da importância do porto de Florianópolis, tornando as atividades políticas e administrativas o centro das funções da cidade. Esse processo de transição viria a culminar, já em 1965, no fechamento oficial do porto, com a entrada em vigor do código florestal⁸².

A capital deixou de ser um entreposto atacadista de produtos agropecuários transportados por cabotagem, priorizando-se o transporte rodoviário. Essa nova dinâmica econômica, centrada na expansão de um mercado de terras e no abandono da produção,

⁷⁸ MARIA, op. cit., 1997. p. 17-18.

⁷⁹ RASCHE, op. cit., 2018. p. 58.

⁸⁰ Ibidem. p. 67.

⁸¹ LOHN; AREND. op. cit., p. 35.

⁸² LOHN, op. cit., 2002. p. 289 - 292.

marginalizou a cidade em relação aos principais eixos econômicos industrializados do país. Consequentemente, Florianópolis oferecia poucas oportunidades de emprego, mantendo uma área urbana modesta e com traçado que ainda exibia vestígios coloniais⁸³. “Este cenário econômico desfavorável certamente afetava as diferentes camadas sociais que habitavam Florianópolis. Todavia, para as populações pobres as repercussões do mesmo foram sentidas sobremaneira no seu cotidiano”⁸⁴

Assim, a década de 1940 consolidou uma distinção socioeconômica clara, com a população de alta renda e as camadas médias concentrando-se na planície triangular central, delimitada pelas Avenidas Mauro Ramos, Bocaiúva e pela Rua Conselheiro Mafra. Enquanto isso, a população pobre — composta por descendentes de açorianos, ex-escravos e migrantes — era relegada a áreas periféricas e aos morros centrais, como o Morro do Mocotó e o Morro da Caixa D’Água, onde a ausência de infraestrutura básica, como água encanada e energia elétrica, era a regra⁸⁵.

As políticas de "modernização" e saneamento atuaram como um mecanismo de segregação, visando o "embranquecimento" dos espaços centrais e a exclusão dos corpos considerados indesejáveis. Este processo resultou na expulsão da população negra e pobre do centro para as regiões elevadas que formam o Maciço do Morro da Cruz. Essa reorganização territorial foi intensificada por um fluxo migratório específico, notavelmente de mulheres e filhos de outras regiões de Santa Catarina (Oeste, Planalto Serrano e Meio Oeste), que se deslocavam para Florianópolis a fim de permanecerem próximos de seus parentes detidos na Penitenciária da Pedra Grande, inaugurada em 1926. Tais famílias se instalaram, sobretudo, nas ruas Chapecó (atual Padre Schrader, local de fundação do Clube de 25), Curitibanos (atual Clemente Rôvere) e Lages (atual General Vieira da Rosa)⁸⁶. Assim,

a partir do triunfo das reformas urbanas, que embranqueceram os espaços centrais da cidade e empurraram a população negra e pobre do centro para as regiões elevadas que formam o Maciço do Morro da Cruz, coube à essa população construir novos espaços de sociabilidade como o Clube Brinca Quem Pode e a União Recreativa 25 de Dezembro, ambos fundados na primeira metade da década de 1930.⁸⁷

Apesar dessas transformações urbanas, a economia da cidade permaneceu precária e dependente da administração pública e do comércio. Contudo, essa base econômica era

⁸³ LOHN; AREND, op. cit. p. 35 - 39.

⁸⁴ Ibidem. p. 39.

⁸⁵ Ibidem. p. 38 - 39.

⁸⁶ Ibidem. p. 39 - 45.

⁸⁷ BARTHOLOMAY FILHO, F. **A memória da abolição em Santa Catarina**: imprensa, cultura histórica e comemorações (1889-1930). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014. p. 127.

sustentada por uma força de trabalho diversificada, incluindo uma parcela significativa da população negra, historicamente concentrada em atividades como as ligadas ao porto, como vinhos. As melhorias urbanas, no entanto, foram parciais e localizadas. Na periferia, a população pobre, que compunha essa força de trabalho, continuava sem infraestrutura básica, como eletricidade e água encanada, o que evidenciava a exclusão estrutural a que estavam submetidos. O desenvolvimento da cidade só seria retomado de forma mais consistente na década de 1950⁸⁸.

No início da década de 1950, Florianópolis, apesar de capital estadual, ainda possuía características mais rurais do que urbanas. Sua dinâmica econômica apoiava-se na função administrativa, carecendo de grandes indústrias ou de um porto eficiente. Essa realidade levou alguns políticos a defender a mudança da capital, argumentando que a cidade não possuía os requisitos necessários para ser a principal de Santa Catarina. Em resposta a esse "marasmo", grupos políticos e econômicos iniciaram a elaboração de projetos para desenvolver a cidade. Havia visões antagônicas: alguns projetos defendiam uma cidade industrial, com porto e setor empresarial forte; outros sonhavam com uma capital turística. Esses confrontos refletiam a disputa político-partidária entre a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD)⁸⁹.

O Plano Diretor de Florianópolis, elaborado a partir de 1952 por uma equipe de Porto Alegre (Demétrio Ribeiro, Edgar Graeff e Edvaldo Pereira Paiva), tinha como principal preocupação diagnosticar e superar o "atraso" da cidade. O conceito de atraso era central, buscando separar um Brasil "moderno" de um "tradicional". O diagnóstico enquadrava Florianópolis na parte atrasada, indicando a necessidade de industrialização e transformação em um grande centro urbano como caminho para o progresso⁹⁰.

As soluções propostas pelos urbanistas visavam criar uma nova ordem urbana voltada para a produção e o desenvolvimento moderno. Contudo, o diagnóstico também criticava a especulação imobiliária das elites locais. Uma das propostas radicais do Plano era a desapropriação de grandes chácaras na direção da baía norte para criar bairros residenciais populares e promover o adensamento populacional do centro⁹¹. Além disso, alguns defendiam também a revalorização e centralidade da função portuária de Florianópolis, com a construção de um grande ponto para a entrada de navios de grande calado⁹².

⁸⁸ MARIA, op. cit., 1997. p. 39.

⁸⁹ ARAÚJO, op. cit., p. 14 - 19.

⁹⁰ ARAÚJO, op. cit. p. 45 - 47.

LOHN, op. cit., 2007. p. 310.

⁹¹ LOHN, op. cit., 2007. p. 310 - 312.

⁹² LOHN, op. cit., 2002. p. 80-81.

A arena política pós-1946 era dominada por grupos com nítidas feições oligárquicas, remanescentes da Primeira República, abrigados no PSD e na UDN. O sistema partidário configurava um bipartidarismo quase absoluto, disputando o poder dentro de um espectro conservador, sem alternativas viáveis. Esses grupos consolidaram sua influência por meio de práticas assistenciais e caritativas, reforçando uma "cultura assistencial" paternalista, na qual os trabalhadores eram vistos meramente como receptores de donativos dos grupos abastados⁹³.

O Plano Diretor, com sua proposta de crescimento técnico e racional e de integração à economia industrial, ameaçava os interesses consolidados dessa oligarquia. No conflito entre o projeto de desenvolvimento socioeconômico e os interesses dominantes, focados na expansão do mercado de terras, prevaleceram os últimos. Em vez da industrialização, os grupos dirigentes e empresariais impuseram o turismo como opção de desenvolvimento. Essa escolha estratégica beneficiava as elites, valorizando imóveis e terrenos, muitos dos quais haviam sido obtidos em antigos campos comunais⁹⁴.

Essa reestruturação urbana, conduzida pelos políticos ligados ao PSD e à UDN, resultou no alargamento do perímetro urbano e na valorização intensa dos terrenos de praia, impulsionando loteamentos e desalojando a população mais pobre. As intervenções públicas tinham o objetivo de favorecer interesses privados, reforçando fortunas individuais e mantendo o controle da cidade nas mãos de alianças entre políticos e empresários⁹⁵.

Nesse contexto, a constituição dos territórios negros se deu de forma não organizada e silenciosa, marcada por conflitos, resistências e códigos sociais no cotidiano. A reflexão sobre a formação desses territórios permite a percepção dos diferentes valores culturais que permeavam as relações entre os indivíduos. Nesses espaços, as tradições culturais africanas se entrecruzavam com os valores da cultura branca predominante. Essa interculturalidade contribuiu para a definição do perfil desses lugares, demonstrando a dinâmica das experiências humanas e o intercâmbio de valores entre as diferentes culturas nas relações sociais⁹⁶.

Uma de suas expressões que ganhou força neste período foram os blocos carnavalescos, como o Flor da Mocidade, fundado em 1923, o Tira a Mão, fundado em 1930 e onde atuava Ildefonso Juvenal, importante liderança negra da cidade, o Mocotó vem Abaixo,

⁹³ ARAÚJO, op. cit. p. 16 - 19.

LOHN, op. cit., 2007. p. 302.

⁹⁴ ARAÚJO, op. cit., p. 44 - 48.

⁹⁵ LOHN, op. cit., 2007. p. 315 - 316.

⁹⁶ MARIA, op. cit., 1997. p. 122 - 125.

fundado em 1935, o próprio Grêmio Recreativo e Carnavalesco Brinca Quem Pode, também fundado em meados da década de 1930 e Os Bororós, fundado em 1939. Já na década de 1940, fortaleceu-se a fundação propriamente de Escolas de Samba, como a Narciso e Dião, em 1947, a Protegidos da Princesa e a Alvim Barbosa, ambas em 1948 e a Embaixada Copa Lord, já em 1955⁹⁷. Localizar essa importante mobilização dos territórios negros em diversas partes da cidade nos ajuda também a compreender o Clube de 25 não como um fenômeno isolado, mas como parte de um cenário mais amplo de fortalecimento e disseminação de formas de associativismo negro em Florianópolis.

Ainda pensando na organização da arena política de Florianópolis no período, daremos um breve panorama do desenvolvimento dos grupos organizados no PSD (grupo dos Ramos) e na UDN (grupo dos Konder-Bornhausen) entre as décadas de 1960 e 1980. Ainda no começo da década de 1960, PSD e UDN começaram a testar possibilidade de unidade e, ao invés de disputarem as eleições para o governo de estado entre si, faziam um jogo combinado entre governador e vice-governador. Segundo Reinaldo Lohn, essa unidade entre os dois partidos teria seu auge nas eleições de 1965 quando

o vencedor ao governo do Estado foi Ivo Silveira, do PSD, tendo como vice Francisco Daligna, de novo do PTB. Este último logo teria seu mandato cassado, sendo substituído por Jorge Bornhausen, da UDN, filho do ex-governador Irineu Bornhausen e diretor do Banco Inco. Assim, seria selada a articulação definitiva entre os dois grandes partidos conservadores, que se cristalizaria com a reforma política imposta pela ditadura e a formação da Arena (Aliança Reformadora Nacional).⁹⁸

Dessa forma, com a reforma política, todos os grupos se encontraram de fato na ARENA, os Ramos, os Konder, os Bornhausen e inclusive Esperidião Amin, que iniciou sua participação na política partidária em 1969. Com o fim da ditadura militar e a nova reorganização partidária, em 1980 todos os grupos (Ramos, Konder, Bornhausen e Amin) participam do processo de fundação do PDS (Partido Democrático Social), um dos descendentes da ARENA, mantendo sua unificação aparente⁹⁹.

2 1.2 A História do Clube de 25

A fundação e o desenvolvimento da União Recreativa 25 de Dezembro, popularmente conhecida como Clube de 25, estão intrinsecamente ligados às histórias de vida de seus

⁹⁷ RASCKE, op. cit., 2018. p. 59-60.

⁹⁸ LOHN, op. cit., 2002. p. 360.

⁹⁹ Ibidem. p. 360 - 396.

fundadores e ao contexto de segregação socioespacial da Florianópolis da primeira metade do século XX. A história do Clube de 25 tem suas raízes na migração de famílias negras do interior para a capital. Muitos dos que chegaram a Florianópolis vieram de regiões como o Alto Biguaçu (atual município de Antônio Carlos), uma área de características rurais habitada por famílias negras (como os Cardoso, Veloso, Barbosa, Farias, Cristóvão, Rosa e Pereira) e brancas (em grande parte descendentes de alemães), e que, segundo pesquisadores, foi um reduto de quilombos durante o período escravista¹⁰⁰. Como aponta Maria das Graças Maria, explicando a vinda das populações negras do Alto Biguaçu para Desterro:

A questão de terras no pós-abolição promoveu o processo migratório das populações de descendência africana do interior para os centros urbanos. O êxodo rural foi provocado pela prática da desigualdade no qual se incluem o processo de exclusão dos negros, em cujas bases estão assentadas a herança racista presente em nossa sociedade. A propriedade da terra produtiva continuava nas mãos de alguns poucos privilegiados brancos. Os negros ficavam quase sempre com as terras improdutivas ou com nenhuma terra. Os poucos recursos de que dispunham para a produção não permitiam que permanecessem muito tempo como proprietários. Acabavam tendo que ceder as suas terras e migrar (...).¹⁰¹

Ramiro Farias, estivador natural do Alto Biguaçu, e sua esposa Marcolina, parteira, chegaram à capital em 1930 e se estabeleceram no Morro do 25, na rua Padre Schroeder (antiga rua Chapecó), exercendo atividades laborais informais para compor a renda familiar e enfrentando as dificuldades do cotidiano urbano. Em um contexto onde a população negra e pobre era marginalizada e expulsa do centro, a necessidade de espaços de lazer e sociabilidade próprios tornou-se evidente¹⁰².

Aqui é importante apontar que, apesar de periférica, a região da Agrônômica, onde se localiza o Clube de 25 desde sua fundação, foi uma região que recebeu considerável investimento estatal entre as décadas de 1930-1950. Este investimento se deu no contexto de uma reorganização urbana e social mais ampla de Florianópolis, impulsionada por um pensamento médico-higienista que buscava afastar as "classes perigosas" do centro da cidade. A Agrônômica, portanto, se tornou um polo de instituições de controle e disciplinarização. A principal delas foi a Penitenciária Pedra Grande, inaugurada em 1926, que serviu como um dos pilares para a instalação do sistema penitenciário no estado¹⁰³.

Além da Penitenciária, a região recebeu a criação de outras instituições destinadas ao controle e segregação de indivíduos considerados "indesejáveis" para a nova ordem urbana,

¹⁰⁰ ARAÚJO, op. cit. p. 31

¹⁰¹ MARIA, op. cit., 1997. p. 51-52.

¹⁰² MARIA, op. cit., 1997. p. 49.

¹⁰³ REBELO, Fernanda. **A Penitenciária de Florianópolis e a Medicalização do Crime (1935 – 1945)**. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. p. 29 - 36.

como o Abrigo de Menores da Congregação dos Maristas, fundado em 1940. A criação de instituições, que também incluíram o Hospital Nereu Ramos (1943), e já na década de 1950 o Hospital Naval e a instalação da residência oficial do governador, reforça a tese de que a área, embora distante do centro, representava uma espécie de periferia central. De toda forma, mesmo relativizando a periferação da região da Agrônômica, é importante localizar o 25 na periferia dentro do bairro, localizado no Morro do 25¹⁰⁴.

Assim, a União Recreativa-Cultural 25 de Dezembro, segundo seu estatuto social¹⁰⁵, foi fundada em 25 de Dezembro de 1933 por Ramiro Farias e Tertuliano Fernandes. O objetivo era criar um clube exclusivo para negros, permitindo que os residentes da rua Chapecó tivessem diversão sem precisar se deslocar para outros lugares. A criação desse espaço de lazer, como outras formas de organização social da época, surgiu da necessidade de um local onde a comunidade pudesse se reunir, compartilhar problemas e falar de suas expectativas e sonhos¹⁰⁶.

O Clube de 25 teria derivado do antigo Aimoré Recreativo Esporte Clube, uma associação de vida curta, que aceitava indiferentemente sócios negros e brancos. Essa conformação levaria a uma cisão e a fundação da União Recreativa 25 de Dezembro, apenas aceitando sócios negros, e do Clube Recreativo Concórdia, apenas para brancos¹⁰⁷. Segundo Maria das Graças Maria:

Os conflitos raciais definiam-se como um jogo de poder que se refletia na não aceitação de um grupo pelo outro. A história das disputas entre os clubes Recreativo Concórdia e União Recreativa 25 de Dezembro permitiu perceber-se a falácia do discurso da democracia racial vigente no País. Tais conflitos refletem os da estrutura social brasileira permeada de práticas racistas.¹⁰⁸

O Clube de 25 apresentava uma estrutura administrativa organizada, com presidente, tesoureiro, secretário, grêmio feminino, atas, regimento interno e estatutos. Os códigos de moralidade estabelecidos pelo Clube eram uma expressão dos valores institucionais vigentes na sociedade florianopolitana da época. Essas normas reguladoras, no entendimento da política do clube, conferiam-lhe dignidade étnica, autonomia e respeitabilidade social, integrando as formas de resistência adotadas para a sobrevivência do espaço¹⁰⁹.

¹⁰⁴Ibidem. 29 - 36.

ARAÚJO, op. cit. p. 47-48.

¹⁰⁵ União Recreativa-Cultural 25 de Dezembro, Fundada em 25 de Dezembro de 1933. **Estatuto**. Livraria Moderna, 1934.

¹⁰⁶ MARIA, op. cit., 1997. p. 64.

¹⁰⁷ RASCHE, op. cit., 2018. p. 148-149.

¹⁰⁸ MARIA, op. cit., 1997. p. 181.

¹⁰⁹ Ibidem. p. 181 - 185.

O confinamento destas comunidades, ao mesmo tempo em que era uma forma de defesa do espaço territorial necessário à sua sobrevivência enquanto grupo, também servia aos interesses da sociedade branca racista, que via facilitado o controle sobre tais comunidades. O período da ditadura Vargas, marcado pela efervescência política e pelas políticas assistencialistas do poder dominante, intensificou o controle e a vigilância rígida sobre a população civil. Os clubes, principalmente aqueles frequentados por afro-brasileiros, tornaram-se alvos visados¹¹⁰.

É relevante tratarmos aqui também de como, por muito tempo, o Clube de 25, assim como outras associações negras, como o Clube Brinca Quem Pode, era procurado pela elite da cidade, que frequentava seus eventos e contribuía financeiramente com o clube, buscando apoio e influência política naquela parcela da população com quem, de outra forma, não teriam contato¹¹¹. Maria das Graças Maria destaca que “as articulações políticas que se constituíram a partir das relações entre diretores dos clubes e os poderes oficiais estabelecidos na cidade eram percebidas como estratégias de convivência social e de sobrevivência enquanto espaço restrito”¹¹². Além disso, Maria aponta que “tais laços sociais e políticos se justificariam como maneiras de garantir prestígio e de manutenção dos territórios negros enquanto espaço social”¹¹³.

Paradoxalmente, as normas que promoviam a autonomia e a respeitabilidade pública dos clubes também podiam ser interpretadas como maneiras sutis de desvio do controle do poder público. As resistências e acomodações dos territórios negros, em um espaço normatizado pelas elites brancas, configuraram-se como movimentos que permitiram a redefinição e a conquista de lugares na cidade, deixando suas marcas no contexto urbano¹¹⁴.

Embora a diretoria executiva do Clube de 25 fosse constituída exclusivamente por homens negros, a atuação das mulheres, enquanto integrantes do Grêmio Feminino, foi de grande importância. O Flor de Maio, fundado em 1934, foi um dos primeiros Grêmios Femininos da história da sociedade recreativa. As mulheres exerciam a função de fiscais de salão, atuando como guardiãs da ordem e da moralidade. Elas eram responsáveis pela constante vigilância sobre os casais durante os bailes, impondo proibições como beijar no

¹¹⁰ Ibidem. p. 166.

¹¹¹ MARIA, op. cit., 1997. p. 184 - 185.

MARIA, op. cit., 2013. p. 254 - 268.

¹¹² MARIA, op. cit., 1997. p. 175.

¹¹³ Ibidem. p. 184.

¹¹⁴ Ibidem p. 183 - 184.

meio do salão ou moças solteiras saírem desacompanhadas de familiares. Além de fiscalizar o comportamento, elas zelavam para que todos estivessem "decentemente vestidos"¹¹⁵.

O cuidado com o traje social era uma expressão de distinção e dignidade para os associados, e servia como uma forma de contraditar o estereótipo construído do afro-brasileiro como sujo e mal vestido. Mesmo com baixo poder aquisitivo, os membros procuravam trajar-se de acordo com os rigores da moda, pois o padrão de bem vestir era um critério que conferia status social e dignidade no contexto urbano. Os registros fotográficos da época evidenciam o esmero no vestuário dos homens e mulheres negros¹¹⁶.

Paulina Alberto, em *Termos de Inclusão* localiza o tema a partir do conceito de "respeitabilidade". A autora aponta que, nas primeiras décadas do século XX, a busca por respeito e reconhecimento de uma pequena parcela de elite negra era a tática central de luta dos afrodescendentes:

Em sociedades recreativas e em suas publicações, esses homens inicialmente manifestaram a esperança de que demonstrações de respeitabilidade, educação e patriotismo fossem ajudá-los a superar o preconceito racial que persistia e ainda impedia até mesmo os afrodescendentes de classe média a ocupar determinados postos de trabalho e espaços públicos¹¹⁷.

Contudo, a partir de meados da década de 1920, temos a primeira grande mudança de tática da negociação dos termos de inclusão, segundo a autora. Neste período, a tática central parece mudar e a busca pela respeitabilidade se transforma na afirmação da negritude e na busca por confrontar mais abertamente o racismo institucional e social. Segundo a autora:

Eles se tornaram intelectuais ativistas que usaram a caneta para lutar contra as injustiças e usavam o conhecimento - de etnografia, história, direito e política - para dissipar ideias sobre estrangeiridade e lutar por sua inclusão simbólica. Eles não mais se consideravam uma elite ou classe "de cor", mas parte de um grupo racial definido como "preto" ou "negro", em nome do qual assumiram a posição de oradores¹¹⁸.

Aqui nos parece importante pontuar que, ao longo de suas primeiras décadas de funcionamento, o 25 de Dezembro parece ter reforçado os códigos de moralidade como reflexos dos valores da cultura branca dominante, apesar de também coexistirem com atitudes de resistência exercidas pelos associados. A vigilância das mulheres fiscais de salão, buscando controlar o comportamento individual e coletivo, era um reflexo do momento de repressão política e social, onde expressões como "algazarra", "bagunça" e "embriaguez" eram frequentemente associadas aos descendentes de africanos. As normas reguladoras desses

¹¹⁵ Ibidem p. 185 - 189.

¹¹⁶ Ibidem p. 185 - 189.

¹¹⁷ ALBERTO, op. cit. p. 41,

¹¹⁸ Ibidem. p. 94.

territórios negros eram plenas de ambiguidades, pois, ao mesmo tempo em que controlavam os associados, as sociedades também resistiam à dominação dos poderes autorizados¹¹⁹. De toda forma, como veremos, a partir da década de 1950, de fato a forma como se negociou os termos de inclusão, a partir especialmente da atuação do Senhor Silvio de Souza, parece ter se transformado.

Ainda assim, mesmo em suas primeiras décadas de funcionamento, as festividades e a cultura promovida pelo Clube de 25 eram elementos centrais na sua projeção social. Os bailes, como o Baile da Rainha do Clube e o Baile da Rainha da Primavera, eram eventos de destaque. Nesses bailes, os participantes usavam trajes sociais de festa, como homens de terno azul marinho e sapatos envernizados, e mulheres de vestidos longos. A rainha do clube frequentemente visitava outros municípios em festividades, promovendo o nome da União Recreativa¹²⁰. As festas organizadas, além do entretenimento, promoviam o nome do clube na cidade. A presença de representantes de outras entidades nas assembleias ordinárias para a escolha da nova diretoria, geralmente no aniversário de fundação, conferia grande importância à solenidade¹²¹.

Conclui-se, portanto, que a União Recreativa 25 de Dezembro não foi apenas um espaço de lazer, mas uma complexa instituição de resistência e agência política, fundamental para a comunidade negra em um contexto de segregação e repressão. Sua história demonstra como, em meio à exclusão socioespacial imposta pelas elites, a população negra de Florianópolis construiu um território de sociabilidade, dignidade e projeção social.

2 1.3 O Estatuto como documento para a escrita da história do Clube de 25

Agora que já temos uma base sobre a história da fundação do Clube de 25, podemos nos dedicar a explorar o Estatuto Social de do Clube de 25, datado de 1934, ano seguinte ao de sua fundação. Vemos o Estatuto como uma fonte rica para pensarmos a realidade do Clube em sua fundação, observando as questões colocadas como fundamentais. É interessante destacar como, ao longo da nossa pesquisa, ficam evidentes as semelhanças entre o Estatuto Social de 1934¹²² e outros estatutos de clubes de diferentes períodos, como os do Clube

¹¹⁹ MARIA, op. cit., 1997. p. 185 - 189.

¹²⁰ *Ibidem* p. 193 - 197.

¹²¹ *Ibidem* p. 195 - 197.

¹²² União Recreativa-Cultural 25 de Dezembro, Fundada em 25 de Dezembro de 1933. **Estatuto**. Livraria Moderna, 1934. As citações subsequentes vem do mesmo documento.

Sociedade Recreativa União Operária e do Clube Literário Cruz e Sousa¹²³, bem como os do Clube 24 de Agosto¹²⁴, mantendo critérios e questões organizativas num mesmo modelo.

O primeiro ponto que gostaríamos de destacar é a finalidade do clube, como consta em seu estatuto de fundação, de 1934:

Art. 2. São seus fins:

§ 1. Pugar pelo desenvolvimento dos associados;

§ 2. Manter em sua sede diversões de salão e promover festas para melhor confraternização de seus associados e famílias

É interessante observar como, em seu Estatuto fundante, a preocupação central do Clube e sua função parece ser a de conformar de fato um espaço de sociabilidade e convivência, realizando festas e outras atividades para a comunidade. Apesar disso, destacamos a preocupação também com o desenvolvimento dos associado, preocupação essa que parece bastante fortalecida no Estatuto Social de 1976, do mesmo clube:

Art. 3º - São seus fins:

a) prestar assistência cultural e recreativa aos associados que a integram;

b) promover e estreitar as relações de solidariedade e mútua compreensão quer entre os associados como entre estes e dirigentes;

c) trabalhar pela elevação do nível cultural de seus membros;

d) cooperar pelo bem-estar de associados e seus familiares; e

e) manter uma biblioteca de recreio e instrução.¹²⁵

Aqui já vemos não só mais desenvolvida como mais fortalecida essa função do Clube como espaços não apenas de sociabilidade e festejos, mas também de fortalecimento intelectual e ajuda mútua, uma construção de laços de confiança que, além de traços de convivência parece trazer bastante do político também. De toda forma, é interessante que, explicitamente, a questão da organização política, levantamento de demandas e disputa com as instituições não aparece em nenhum dos textos das finalidades.

Outro ponto que achamos interessante de destacar aqui é a discussão sobre os deveres dos associados do clube, conforme o Estatuto de fundação de 1934:

Art. 6. São deveres dos associados:

§1. Cumprir e fazer cumprir os presentes estatutos.

§2. Contribuir mensalmente com a importância de mil réis (1\$000), a joia de admissão na importância de três mil réis (3\$000).

§3. A joia de admissão entrará em vigor seis meses após a fundação.

§4. Cooperar na medida do possível para o engrandecimento moral e cívico da cor.

§5. Respeitar e ter disciplina no salão.

§6 Acatar as resoluções legais da associação.

§7. Exercer com dedicação os cargos para os quais for eleito ou nomeado.

§8. Comparecer às sessões.

¹²³ ROSA, op. cit., 2011. p. 26 e p. 64-77.

SAYÃO, op. cit., p. 137-138.

¹²⁴ OLIVEIRA, op. cit. p. 45 - 48.

¹²⁵ União Recreativa-Cultural 25 de Dezembro, Fundada em 25 de Dezembro de 1933. **Estatuto Social**, publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina no. 11705, 1976.

§9. Comunicar à secretaria quando transferir sua residência.

§10. Informar a diretoria quando tenha conhecimentos dos maus comportamentos dos associados.

Aqui algumas coisas chamam a nossa atenção. Primeiramente, o fato de já haverem tantos deveres aos associados desde o princípio, em um cenário em que as funções do Clube ainda estavam em uma elaboração tão inicial. Chama atenção também o nível de controle que a direção parece garantir com essas medidas, colocando inclusive os próprios associados para vigiar o comportamento uns dos outros. Nesse sentido, salta aos olhos também a temática da moralidade, uma preocupação que parece central e inclusive justifica em partes o controle dos comportamentos.

Centralmente, de toda forma, queremos discutir o “§4. Cooperar na medida do possível para o engrandecimento moral e cívico da cor.” Algumas coisas nos chamam a atenção nesta passagem. A primeira é a questão da cor, que não aparece em muitos outros momentos do documento e parece ser um momento em que o caráter de associação negra fica mais evidente no Estatuto, uma preocupação real com a população negra e não com os moradores do morro do 25 num geral. Além disso, o caráter cívico também nos chama muito a atenção, pois para além de um entendimento mais próximo ao moral, pode também ser um sentido mais amplo e nos ajudar a compreender a relação do clube com a política mais institucional.

Aqui, menos a título de comparação que de compreensão do desenvolvimento do Clube ao longo dos anos, nos parece positivo trazer os deveres dos associados de acordo com o Estatuto Social de 1976:

Art. 7º - São deveres dos associados:

- a) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- b) Acatar as determinações e deliberações da Diretoria e Assembleia Geral;
- c) Contribuir mensalmente com a mensalidade aprovada pela forma legal;
- d) cooperar na medida do possível para o engrandecimento da associação;
- e) respeitar a disciplina no recinto Social;
- f) exercer com dedicação os cargos para os quais forem eleitos ou nomeados;
- g) comparecer às sessões de Assembleia Geral e outras reuniões de caráter obrigatório que forem designadas;
- h) comunicar à Secretaria quando transferir sua residência;
- i) comunicar a Diretoria quando tenha conhecimento de comportamento irregular, prejudicial à entidade, por parte de associado;
- j) cooperar para o desenvolvimento da entidade;
- k) informar a Diretoria de má situação de saúde do associado;
- l) zelar e fazer zelar pelo patrimônio da “URC 25 de Dezembro”.

Analisando o texto da perspectiva das mudanças ao longo desses mais de 40 anos de história, algumas coisas nos chamam a atenção. A primeira delas é novamente como se desenvolveu mais o Estatuto ao longo dos anos, adicionando diversos novos pontos, apesar de

uma manutenção bastante considerável do que já se tinha em 34. Outro ponto, de forma mais central, é que onde antes falava “§4. Cooperar na medida do possível para o engrandecimento moral e cívico da cor.”, agora fala “cooperar na medida do possível para o engrandecimento da associação;”. Aqui a mudança nos parece bastante drástica, pelo menos na escrita, passando de uma preocupação geral com a população negra para uma defesa do clube em si. Nos faz refletir quais os desafios enfrentados pelo clube nesse período podem ter gerado essa necessidade de defesa, que também aparece no último ponto dos deveres “zelar e fazer zelar pelo patrimônio da ‘URC 25 de Dezembro’”, ficando claro que alguém o estava atacando.

Em suma, os estatutos do Clube de 25 não são meros documentos burocráticos; eles são testemunhos históricos que revelam as prioridades, os desafios e as estratégias de uma instituição fundamental para a comunidade negra de Florianópolis. A análise de suas disposições, especialmente as que tratam dos fins e deveres dos associados, permite inferir a complexa relação do clube com a institucionalidade, tanto em termos de sua busca por reconhecimento e influência quanto em sua necessidade de auto proteção e preservação em um ambiente social e político em constante transformação. Esses documentos, portanto, são chaves para desvendar as nuances da atuação política do Clube de 25, que se manifestava não apenas em ações diretas, mas também na própria construção de sua identidade e de seu papel social.

3 CAPÍTULO 2: Memória, política e território: o Clube de 25 na narrativa da comunidade

Se o Capítulo 1 se dedicou a construir o contexto histórico e historiográfico da emergência do Clube de 25, o presente capítulo se volta para o núcleo analítico desta monografia: o estudo da agência política do clube através da memória de um de seus principais protagonistas. A entrevista com o Senhor Silvio de Souza, conhecido como Seu Silvio, constitui a fonte primária que permite o acesso direto à experiência vista de baixo, revelando as dinâmicas internas do clube e, crucialmente, as táticas de negociação utilizadas pela comunidade do Morro do 25 para intervir na política institucional de Florianópolis. A memória de Seu Silvio, carregada de um forte protagonismo individual, é aqui tratada não como um registro factual inquestionável, mas como um documento de agência, que expõe a lógica do "contrateatro plebeu" e a forma como as demandas da comunidade eram transformadas em moeda de troca no sistema clientelista local.

A escolha pela História Oral como metodologia central neste capítulo não é fortuita. Ela reflete o esforço em resgatar as vozes que foram historicamente silenciadas pela documentação oficial, garantindo que a perspectiva dos sujeitos subalternizados sobre o poder e a política seja integrada à historiografia. A narrativa de Seu Silvio, ao abordar as articulações com figuras políticas como Esperidião Amin¹²⁶, oferece o material empírico perfeito para a aplicação do arcabouço teórico. É através de sua fala que podemos desvendar como o Clube de 25 negociou seus "termos de inclusão", e como essa inclusão, baseada no favor e na utilidade eleitoral, se mostrou contingente e frágil diante das reconfigurações das elites catarinenses.

Assim, no dia 9 de maio de 2025, às 14h, foi realizada uma entrevista com o Seu Silvio, residente da Rua Padre Schroeder, no Morro do 25, região onde também se localiza a sede do Clube de 25, hoje desativada, apenas duas casas ao lado da residência do entrevistado. Seu Silvio reside em uma das três casas do terreno, sendo a sua a dos fundos, e mora com sua neta, que serviu como ponte para o agendamento da entrevista. A neta esteve presente durante

¹²⁶ Esperidião Amin Helou Filho, nascido em 1947 em Florianópolis é formado em Administração pela Escola Superior de Administração e Gerência (ESAG) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Foi prefeito de Florianópolis entre 1975-1978 (ARENA) e 1989-1990 (PDS), foi Governador do Estado de Santa Catarina entre 1983 e 1987(PDS), Deputado Federal entre 1979 e 1983 (ARENA) e Senador entre 1991 e 1998 (PDS, PPR e PP) e desde 2019 cumpre mandato, finalizando em 2027(PP).

FONTE: SENADO FEDERAL. Perfil — Senador Esperidião Amin. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/22>. Acesso em 16 nov. 2025.

a conversa, mas manteve-se discreta, dedicando-se a outras tarefas e oferecendo café, o que garantiu um ambiente de intimidade e conforto para o relato.

Com 93 anos de idade, o Seu Silvio atuou como diretor do Clube entre as décadas de 1950 e 1980 e é amplamente reconhecido como uma liderança local de referência. A entrevista ocorreu em sua residência e, posteriormente, nas dependências do próprio clube, totalizando uma duração aproximada de duas horas e quinze minutos, gravada em áudio com autorização prévia. Na mesma ocasião, também conversamos com a Senhora Neia de Souza, prima do Seu Silvio, conhecida como Dona Néia, que reside na casa da frente do terreno e deu um testemunho oral espontâneo durante a entrevista com seu primo. Buscamos posteriormente realizar uma entrevista completa com Dona Néia, mas, infelizmente, não foi possível.

O objetivo principal da entrevista foi compreender, a partir da memória do Seu Silvio, os vínculos entre o Clube de 25 e a política institucional, com especial atenção à forma como essas relações se constituíram e foram mediadas por sujeitos específicos. A narrativa de Silvio perpassa diferentes dimensões da história do clube: desde sua origem e funcionamento cotidiano até sua situação atual de desuso e abandono. Também foram abordados temas como a participação das mulheres no Clube, a sua própria trajetória enquanto agente ativo na comunidade e a transformação do território ao longo das décadas.

Dentre os pontos centrais da entrevista, destaca-se a recorrente menção à figura do ex-governador Esperidião Amin. Seu Silvio afirmou ter mantido uma relação de proximidade com o político, a quem se referiu em diversos momentos como amigo pessoal. Relatou, por exemplo, que Amin frequentava sua casa – inclusive tomando café na mesma mesa onde a entrevista estava sendo realizada – e que o considerava um aliado político na região. A frase “o Amin é meu amigo”¹²⁷ foi repetida uma dezena de vezes, evidenciando não apenas uma lembrança afetiva, mas uma percepção de pertencimento e de influência no cenário político local.

Além da relação com Esperidião Amin, foram mencionadas outras figuras políticas, como Dário Berger¹²⁸ e Ângela Amin¹²⁹, vinculadas a momentos específicos da atuação do

¹²⁷SOUZA, Sílvio de. **Sílvio de Souza (depoimento, 2025)**. Entrevista concedida à autora. Florianópolis, SC, 9 de maio de 2025.

¹²⁸ Dário Elias Berger, nascido em Bom Retiro (SC) em 1956, é formado em administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Foi prefeito de São José entre 1997 e 2004 (PFL e PSDB) e de Florianópolis entre 2005 e 2012 (PSDB e MDB) e senador de 2015 a 2023 (MDB e PSB).

FONTE: SENADO FEDERAL. Perfil — Senador Dário Berger. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/5537>. Acesso em: 16 nov. 2025.

¹²⁹ Ângela Regina Heinzen Amin Helou, nascida em Indaial (SC) em 1953, é formada em matemática pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e casada com Esperidião Amin. Foi prefeita de Florianópolis

entrevistado como mediador de demandas comunitárias. Segundo o Seu Silvio, por meio dessas conexões institucionais, foi possível articular conquistas concretas para o Morro do 25, como obras de calçamento, melhoria da iluminação pública e até mesmo a criação de uma nova linha de transporte coletivo que atende à região.

Durante a visita ao Clube de 25, foi possível observar e registrar, por meio de fotografias, o estado atual de abandono e deterioração do espaço. Nesse momento, fomos abordados pela Dona Néia, prima do Seu Silvio e moradora da casa da frente, que ao nos avistar dirigindo-nos ao clube demonstrou interesse em revisitar o local.

A entrevista com o Seu Silvio se constitui como uma importante fonte oral para este trabalho, permitindo acessar não apenas dados objetivos, mas também sentidos atribuídos à trajetória do clube, à experiência política e ao território por sujeitos diretamente envolvidos com sua história. A partir dessa escuta, torna-se possível observar como relações pessoais e afetivas operaram como canais de articulação entre demandas coletivas e políticas públicas, muitas vezes em contextos onde a institucionalidade formal é permeada por práticas informais de mediação.

A narrativa de Silvio nos remete à importância da memória como instrumento de análise das formas de participação política em territórios populares. Sua trajetória revela como o Clube de 25 funcionou, em diferentes momentos, como espaço de encontro, articulação e visibilidade para a comunidade do Morro do 25. Também aponta para a centralidade das lideranças locais na mediação entre demandas comunitárias e ações do poder público, frequentemente ancoradas em redes de confiança e proximidade pessoal. Na sequência deste capítulo, será aprofundada a análise das falas do Seu Silvio em diálogo com a bibliografia, buscando compreender de que forma essas práticas se inscrevem nas dinâmicas do associativismo negro no Brasil.

Para isso, este capítulo está estruturado em seis seções que avançam da história de vida do entrevistado para a análise das dinâmicas políticas e sociais do clube. A seção 2.1 explora a história de vida de Seu Silvio, entrelaçando-a com a fundação e a trajetória do Clube de 25. As seções 2.2 e 2.3 abordam temas emergentes da entrevista, como as tensões de gênero na atuação das mulheres e a complexa questão da presença de brancos no Clube, revelando as contradições internas da luta por inclusão. A seção 2.4, que constitui o cerne da análise, dissecar a relação com a política institucional, analisando, a partir do conceito de “contrateatro

entre 1997 e 2004 (PPB e PP) e Deputada Federal de 1991 a 1995 (PDS e PPR), de 2007 a 2011 (PP) e de 2019 a 2023 (PP).

FONTE: CÂMARA DOS DEPUTADOS. Biografia — Deputada Ângela Amin. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/73696/biografia>. Acesso em: 16 nov. 2025.

plebeu”, o clientelismo como tática. Por fim, as seções 2.5 e 2.6 tecem considerações sobre a memória e a ruína do clube como símbolo do fechamento do ciclo clientelista e a reflexão final sobre os limites e as potências da fonte oral. Ao final deste capítulo, o leitor poderá vislumbrar caminhos para compreender a agência política negra em Florianópolis, vista pela lente da memória e da experiência de um de seus mais importantes líderes.

3 2.1. História de vida de Seu Silvio e do Clube de 25

A história de Seu Silvio é profundamente entrelaçada com a do Clube de 25. Ele conta que se mudou para o Morro do 25 ainda criança, aos doze anos de idade, em 1944. Naquele tempo, segundo sua lembrança, a região era ainda pouco habitada: "quando eu vim morar pra cá, o 25 era um mato, tudo mato. Isso aqui era uma casinha de madeira"¹³⁰. O território onde hoje se localiza o clube era, naquela época, um espaço em formação, tanto física quanto social. Ele afirma que a região era marcada por um ambiente de precariedade e ausência de infraestrutura.

Logo ao chegar, ainda muito novo, Silvio começou a se envolver com a construção do clube. Seu engajamento precoce se deu de forma prática: "ajudava eles. Depois abriram um armazém lá embaixo [...] e nós trazia tudo de carrinho de mão"¹³¹. Desde muito jovem, atuou em funções de apoio logístico e operacional, revelando um vínculo afetivo e comunitário desde os primeiros anos.

Esse envolvimento foi crescendo e, aos 17 anos assumiu a presidência do clube. Essa nomeação precoce, pode apontar para o reconhecimento comunitário de sua liderança. Seu Silvio permaneceu por muitos anos na presidência do clube, e com orgulho afirma: "nunca perdi uma eleição ali"¹³². Segundo conta, em sua gestão, o Clube de 25 se tornou um espaço central da vida comunitária, com atividades diversas que iam do lazer à assistência social. Ele destaca: "tinha futebol, tinha diretoria de moças, tinha diretoria de homem, tinha médico pra comunidade"¹³³. Seu relato mostra como o Clube ultrapassava a dimensão recreativa e assumia um papel multifuncional: promovia bailes, campeonatos, programas infantis e até mesmo atendimentos de saúde.

A presença do Dr. Mário, médico da comunidade, é um exemplo dessa função ampliada: "o Dr. Mário trabalhava ali no clube de graça"¹³⁴. A oferta de serviços médicos

¹³⁰ SOUZA, op. cit.

¹³¹ SOUZA, op. cit.

¹³² SOUZA, op. cit.

¹³³ SOUZA, op. cit.

¹³⁴ SOUZA, op. cit.

dentro de um clube fundado por e para pessoas negras é uma expressão direta da precariedade da presença estatal e da força das redes comunitárias. A atuação de Silvio era marcada por essa capacidade de fazer com poucos recursos e muita articulação.

A história do Clube de 25, em sua fase de maior atuação política e social, confunde-se intrinsecamente com a trajetória de seu líder, Seu Silvio. A análise da entrevista revela que a memória do Clube é narrada a partir de um forte protagonismo individual, onde a figura do líder se sobrepõe, em determinados momentos, à história coletiva da instituição. Essa ênfase no "eu fiz" e "eu criei" ("quando eu cheguei aqui não tinha nada, esse clube não existia", "MONJURE fui eu que criei"¹³⁵) não deve ser lida como mera vaidade, mas sim como um ato político de construção de memória e de legitimação de sua liderança em um contexto de disputa histórica.

Essa postura de Seu Silvio dialoga diretamente com a análise de Maria das Graças Maria¹³⁶ sobre a cúpula dos clubes negros, que se constituía como um grupo de poder que buscava prestígio e reconhecimento. A narrativa de protagonismo de Seu Silvio serve como um mecanismo de validação para a sua atuação como mediador político, conferindo-lhe a autoridade necessária para negociar com as elites e atuar como "cabo eleitoral". Ao se apresentar como o responsável pela existência e pelas conquistas do Clube, Seu Silvio constrói uma persona que é, simultaneamente, o líder comunitário e o interlocutor privilegiado do poder branco.

A memória, neste sentido, é uma ferramenta de agência. Ao recontar a história do Clube a partir de sua perspectiva, Seu Silvio assegura que a narrativa da comunidade e de suas conquistas não seja apagada. A ênfase no seu papel de fundador é uma forma de garantir que a história do Clube de 25, e a luta da comunidade do Morro, seja registrada e reconhecida, combatendo o silenciamento imposto pela historiografia oficial de Florianópolis.

O protagonismo de Seu Silvio deve ser analisado como uma tática essencial dentro do "teatro do poder". Para que a negociação clientelista com os políticos fosse eficaz, era imperativo que o líder do Clube fosse percebido como uma figura de autoridade inquestionável e o único capaz de entregar o capital político da comunidade (os votos). A insistência de Seu Silvio em seu papel central não apenas reforça sua importância, mas também sublinha a natureza instrumental de sua atuação. Ele se posiciona como o único pivô dessa troca, o que maximiza seu poder de barganha e a capacidade de forçar os políticos a cumprirem o papel paternalista em troca de apoio. Essa centralidade na mediação, como

¹³⁵ SOUZA, op. cit.

¹³⁶ MARIA, op. cit., 1997. p. 184.

demonstrado por Camilo Buss¹³⁷ em seu estudo sobre o clientelismo no Morro da Caixa d'Água, é uma característica da liderança comunitária que emerge em contextos de exclusão institucional, onde o favor pessoal substitui o direito universal.

Ademais, o protagonismo de Seu Silvio é inseparável da luta por "termos de inclusão". Em uma sociedade que historicamente negou o reconhecimento e a cidadania à população negra, a auto afirmação do líder como o responsável pelas conquistas da comunidade é um ato de resistência epistêmica. Ao narrar a luta por luz, ônibus e médico como frutos de sua intervenção, Seu Silvio não está apenas contando sua história, ele está reivindicando o direito à cidade e a visibilidade para uma comunidade que era deliberadamente marginalizada. Sua memória, portanto, atua como um contraponto à narrativa hegemônica, garantindo que as conquistas do Clube de 25 sejam lembradas como o resultado de uma agência negra ativa e persistente, e não como mera caridade política. O registro de sua história de vida, neste TCC, torna-se, assim, um ato de reparação histórica que garante a permanência da memória de luta do Clube.

3 2.2. A atuação das mulheres no Clube

A participação das mulheres no Clube de 25 aparece na entrevista de Silvio como uma dimensão relevante, ainda que marcada por limitações. Ele afirma que criou uma estrutura específica para as moças: "elas tinham o MOJURE que eu chamava. Movimento da Juventude Renovadora. Trabalhava com as moças"¹³⁸. O MOJURE, criado sob sua gestão, tinha como foco a juventude feminina e parece ter sido uma tentativa de ampliar os espaços de atuação das mulheres dentro do clube. O Estatuto Social do Clube de 1976 contribui com a fala de Seu Silvio:

CAPÍTULO XI: Da Criação do Movimento da Juventude Renovadora

Art. 43 - Para a promoção e desenvolvimento do conagraçamento e espírito de participação do que deve nortear aos jovens, fica instituído pela atual Diretoria o MOVIMENTO DA JUVENTUDE RENOVADORA, iniciado em 21 de abril de 1974, de caráter indissolúvel, enquanto vigorar o presente Estatuto, tendo como sigla "MOJURE".

Art. 44 - O "MOJURE" terá uma diretoria composta por 9 (nove) associados do sexo feminino, subordinada ao Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva (...)

Art. 45 - Aplicam-se ao "MOJURE" as seguintes disposições:

(...)

d) As atribuições da Diretoria do "MOJURE" bem como as normas atinentes às suas atribuições serão determinadas por Regulamento Interno elaborado e aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da "URC 25 de Dezembro";

(...)

¹³⁷ ARAÚJO, op. cit. p. 135 - 139.

¹³⁸ SOUZA, op. cit.

f) todos os associados de sexo masculino do “MOJURE”, ao completar 18 anos de idade, passarão a fazer parte do Quadro Social da “URC 25 de Dezembro”, com os direitos e deveres pertinentes aos associados em geral.¹³⁹

A leitura do estatuto de 1976, especialmente do Capítulo XI: Da Criação do Movimento da Juventude Renovadora, reforça os limites da participação feminina no Clube de 25. Ainda que se reconheça a importância das mulheres e sua presença na vida associativa, a forma como o MOJURE é institucionalizado deixa evidente uma lógica de tutela e subordinação.

O artigo 44, ao determinar que a diretoria do MOJURE seria composta por “9 (nove) associadas do sexo feminino”¹⁴⁰, delimita um espaço formal exclusivo para mulheres. No entanto, esse mesmo espaço é subordinado, por estrutura, à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo – ambos compostos por homens. O artigo 45d é explícito ao afirmar que as atribuições do MOJURE seriam determinadas por um regulamento interno, elaborado e aprovado por instâncias superiores masculinas, o que esvazia a autonomia do grupo feminino.

Mais significativo ainda é o inciso 45f, que estipula que os rapazes, ao completarem 18 anos, são automaticamente incorporados ao Quadro Social do clube com plenos direitos. Para as moças, não há menção equivalente, o que sugere uma barreira formal à transição para os espaços de maior poder decisório. Essa assimetria revela uma concepção de juventude diferenciada segundo o gênero: os meninos são preparados para a inserção plena na vida do Clube, enquanto as meninas permanecem restritas a uma participação controlada.

A formalização do MOJURE, portanto, não indica exatamente uma ruptura com a estrutura de exclusão das mulheres, mas antes uma forma de organizar, canalizar e limitar sua presença. O grupo feminino é reconhecido, mas rigidamente enquadrado dentro de regras impostas por instâncias de poder masculino. Assim, a leitura do estatuto dialoga com o que foi dito por Silvio na entrevista: “não, elas não participavam das reuniões da diretoria. (...) era meio estranho que a gente não convidava”¹⁴¹. As falas do entrevistado encontram respaldo na documentação, evidenciando que a exclusão das mulheres do centro político do clube não era apenas uma prática informal, mas institucionalizada e normatizada.

A criação do MOJURE pode ser lida como uma tentativa de responder a demandas por participação feminina, sem que isso significasse uma mudança real na lógica de poder do Clube. Ainda assim, o fato de ter sido criado mostra que as mulheres tinham presença

¹³⁹ União Recreativa-Cultural 25 de Dezembro, Fundada em 25 de Dezembro de 1933. **Estatuto Social**, publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina no. 11705, 1976.

¹⁴⁰ *Ibidem*

¹⁴¹ SOUZA, op. cit.

significativa, mesmo que restrita, e que sua atuação foi reconhecida como fundamental para o funcionamento do clube, ainda que não em condição de igualdade, segregadas em espaços específicos e com pouca participação nos centros de poder.

A lembrança do MONJURE demonstra que havia uma certa valorização da presença feminina, ainda que dentro de papéis definidos pelos homens. Silvio menciona também uma tentativa de criar um time feminino de futebol: "eu tava criando um feminino. Conversando com as moças da Nova Trento que jogam num time né"¹⁴². Essa iniciativa, que não chegou a se consolidar, foi interrompida por motivos de saúde: "mas aí fiquei doente na época... e aí levaram tudo aí no clube e eu não me envolvi mais"¹⁴³.

A atuação das mulheres no clube parece ter se dado, principalmente, no campo das festividades e eventos sociais. Embora não apareça com destaque na fala de Silvio, é possível perceber que elas estavam presentes na vida do clube e que sua exclusão das instâncias formais não impedia uma participação afetiva e prática no cotidiano.

É também significativo que Dona Néia, prima de Silvio, tenha demonstrado interesse imediato ao ver a entrevista sendo realizada. Ela se aproximou espontaneamente e começou a descrever os espaços do clube e a rememorar os bailes, explicando como funcionava cada parte do 25, o que ficava onde e como eram os eventos. Sua atitude demonstra uma conexão emocional e uma memória vívida da importância do clube. O desejo de Néia de revisitar o espaço indica que as mulheres também construíram vínculos profundos com aquele território simbólico.

Embora os relatos revelem que o espaço institucional do clube não era partilhado com equidade entre homens e mulheres, há indícios de que a presença feminina era constante, e que as mulheres exerceram formas de atuação e resistência mesmo nos limites impostos pela organização masculina.

3 2.3. A presença de brancos no Clube

Um dos aspectos interessantes acerca do Clube de 25 é a presença de pessoas brancas. Isso porquê, apesar de não constar em nenhum dos Estatutos a que tivemos acesso, diversas fontes falam da proibição de associados brancos e mesmo de pessoas brancas utilizarem os espaços de dança no Clube. Em “Cor e Mobilidade Social”, por exemplo, Cardoso e Ianni destacam:

¹⁴² SOUZA, op. cit.

¹⁴³ SOUZA, op. cit.

Esse clube de negros e mulatos, aliás, é um dos melhor organizados da comunidade, entre aqueles de "elementos de côr". Mantém as mesmas normas rígidas estabelecidas na década de 30, quando foi fundado. Não aceita brancos como sócios; apenas visitantes, que são autorizados a fazer gastos no bar, mas não a dançar. Somente a branca casada com negro ou mulato pode dançar livremente. Um branco, casado com mulher "de côr", não pode, já que lhe é vedado tornar-se sócio. Outra situação em que o branco pode dançar é aquela ligada a uma festividade especial, promovida por um ou outro sócio, quando é este o responsável pelo baile, tendo seus próprios convidados, brancos ou negros e mulatos¹⁴⁴.

Maria das Graças Maria também reforça que “aquele local foi, durante muito tempo, espaço exclusivo de diversão dos negros, e onde não era permitida a entrada de pessoas brancas na pista de dança, sendo permitida a sua presença apenas no bar.”¹⁴⁵ Para além das citações, também contribui para esta ideia de que as pessoas brancas não seriam permitidas enquanto sócias no Clube a própria história de sua fundação, a partir do desmembramento do Clube Aimoré, onde convivam pessoas negras e brancas, no Clube de 25, para pessoas negras, e no Clube Concórdia, para pessoas brancas:

Os dois clubes originaram-se da cisão ocorrida no Aimoré. O Concórdia congregava os brancos, enquanto o 25 de Dezembro aglutinava agremiados de origem africana, mantendo regras de funcionamento vigentes desde a década de 1930. As tensões raciais motivaram a divisão do clube misto, visto que o racismo contra “negros e mulatos” era prática recorrente nas dependências daquele espaço de dança, lazer e esporte. Mesmo um clube surgido no morro mantinha traços da sociedade racialmente hierarquizada do período, em que lugares sociais e espaços eram delimitados a partir da cor/raça.¹⁴⁶

Todos esses indícios, além da própria fala de Silvio, apontam para a tentativa de construção de um clube exclusivo para pessoas negras, pelo menos enquanto membros plenos e com possibilidade de associação. Apesar disso, é importante reforçar que não foi encontrado, tanto no Estatuto de 1976¹⁴⁷ quanto no de 1934¹⁴⁸ qualquer citação à impossibilidade de associados brancos no clube. Sobre esse ponto, Fernanda Oliveira traz uma questão interessante, quando aponta que a escolha de não registrar a exclusividade ou preferência de pessoas negras nas associações pode ter a ver com uma questão legal,

principalmente depois dos anos 1930, com a campanha de nacionalização instituída pelo governo de Getúlio Vargas, especialmente durante o Estado Novo (1937-1943). Essa campanha fortaleceu o discurso do caldeamento e da assimilação (...) em uma retórica que advogava em favor do nacional, porém mantendo uma exclusão de base racial em relação aos negros, indígenas e grupos étnicos indesejados.¹⁴⁹

¹⁴⁴ CARDOSO; IANNI, op. cit., p. 180.

¹⁴⁵ MARIA, op. cit., 1997. p. 179.

¹⁴⁶ RASCKE, op. cit., 2018. p. 149.

¹⁴⁷ União Recreativa-Cultural 25 de Dezembro, Fundada em 25 de Dezembro de 1933. **Estatuto Social**, publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina no. 11705, 1976.

¹⁴⁸ União Recreativa-Cultural 25 de Dezembro, Fundada em 25 de Dezembro de 1933. **Estatuto**. Livraria Moderna, 1934.

¹⁴⁹ OLIVEIRA, op. cit., p. 41.

Além disso, a entrevista com Silvio revela que essa configuração foi, com o tempo, sendo alterada. Ele afirma: "eu que dei a liberdade"¹⁵⁰. A decisão de permitir a entrada de pessoas brancas no clube parece ter sido uma iniciativa pessoal de Silvio, tomada no contexto de sua gestão. Ele explica: "coloquei branco na diretoria e tudo"¹⁵¹. Essa inclusão, embora pontual, foi significativa o bastante para que ele a mencionasse como um marco.

A inserção de brancos em uma diretoria de um clube negro fundado como espaço de afirmação racial é um gesto complexo. Por um lado, pode ser lido como uma tentativa de ampliação de alianças, de abertura institucional e de inserção mais ampla no cenário político local. Por outro, pode ter gerado conflitos e tensões internas, colocando em xeque os princípios fundantes do clube.

Silvio não aprofunda os motivos que o levaram a permitir essa entrada, mas o fato de que a decisão partiu dele e de que ele tenha considerado importante mencioná-la indica que essa mudança foi vista, ao menos por ele, como uma ação estratégica. O que fica evidente é que Silvio exercia um poder considerável dentro da organização, a ponto de poder tomar decisões estruturais como essa. A inclusão de brancos no clube pode ter representado, em sua visão, uma tentativa de ampliar horizontes.

A decisão de Seu Silvio de "dar a liberdade"¹⁵² para a entrada de brancos na diretoria, e o fato de ele a mencionar como um marco, deve ser analisada como uma tática de negociação dos "termos de inclusão". A presença de brancos, especialmente em cargos de diretoria, servia como um atestado de respeitabilidade e legitimidade perante a sociedade hegemônica. Em um contexto onde o racismo estrutural questionava a capacidade de autogestão e a moralidade das associações negras, a inclusão de brancos era uma forma de sinalizar que o Clube de 25 havia atingido um patamar de organização e seriedade que merecia o reconhecimento e o apoio da elite. Essa estratégia, já observada por Maria das Graças Maria na cúpula de clubes negros, demonstra a ambivalência da agência negra: forçar o reconhecimento através da adaptação às expectativas da sociedade branca¹⁵³.

Essa abertura, no entanto, não era um gesto de assimilação passiva, mas sim uma instrumentalização dentro do "teatro do poder". Ao incluir brancos na diretoria, Seu Silvio estava, na prática, ampliando suas alianças políticas e fortalecendo sua posição como mediador. A decisão de Seu Silvio, portanto, pode ser vista como uma manobra tática para aumentar o poder de barganha do Clube, garantindo que o "contrateatro plebeu" fosse mais

¹⁵⁰ SOUZA, op. cit.

¹⁵¹ SOUZA, op. cit.

¹⁵² SOUZA, op. cit.

¹⁵³ MARIA, op. cit., 1997. p. 184.

convvincente e eficaz na obtenção de recursos e favores para a comunidade do Morro do 25. O fato de a decisão ter sido tomada por ele, e não por uma alteração estatutária, sublinha o poder pessoal do líder na gestão dessas estratégias políticas.

3 2.4. Relação com a política institucional

A história do Clube de 25, enquanto território negro de sociabilidade e resistência no Morro do 25, não pode ser compreendida em sua plenitude sem a análise aprofundada de sua complexa e ambígua relação com as esferas do poder político institucional em Florianópolis. Longe de se configurar como um espaço isolado ou meramente recreativo, o Clube, por meio de suas lideranças históricas, notadamente o Senhor Silvio de Souza, atuou como um mediador fundamental entre a comunidade e a elite política catarinense. Esta seção propõe analisar essa dinâmica à luz do conceito de "teatro do poder" de E.P. Thompson¹⁵⁴, complementado pela discussão de "termos de inclusão" de Paulina Alberto¹⁵⁵, e contextualizado pela historiografia local sobre a segregação urbana e o clientelismo (Lohn, Arend e Araújo)¹⁵⁶. A memória de Seu Silvio, constitui fonte fundamental para a análise, indicando caminhos para compreendermos a relação do clube com a política institucional, em especial com Esperidião Amin.

A relevância dessa análise reside no fato de que, historicamente, os dirigentes dos clubes negros estabeleceram laços sociais e políticos com a elite branca no poder, utilizando essa aproximação como uma estratégia para garantir prestígio e a manutenção dos territórios negros enquanto espaços sociais¹⁵⁷. A experiência do Clube de 25, narrada por Seu Silvio, é uma amostra dessa dinâmica, revelando como a política institucional, no nível local, operava a partir de laços de confiança, reciprocidade e troca, fugindo à formalidade dos gabinetes e se enraizando na prática cotidiana.

A figura de Seu Silvio emerge dos relatos da pesquisa como o principal articulador e agente político na interface entre o Clube de 25 e o poder público. Sua atuação, embora desvinculada de um cargo eletivo ou de uma filiação partidária formal, era intensamente política e se autodenomina a de um "cabo eleitoral". Contudo, seu papel transcendia a mera

¹⁵⁴ THOMPSON, op. cit.

¹⁵⁵ ALBERTO, op. cit.

¹⁵⁶ LOHN; AREND, op. cit.

LOHN, op. cit., 2007.

LOHN, op. cit., 2002.

LOHN, op. cit., 2020.

ARAÚJO, op. cit.

¹⁵⁷ MARIA, op. cit., 1997. p. 184 - 185.

mobilização de votos, configurando-se como um negociador que operava na zona de contato entre a institucionalidade e a realidade da periferia negra. Seu Silvio se apresenta como um agente político ativo, embora não formalizado nos quadros partidários. "Eu sempre fui envolvido com políticos. Eu era cabo eleitoral. Fui até convidado pra ser candidato, mas aí não fui. Não quis, situação financeira né, outra história"¹⁵⁸, conta ele.

Seu relato revela que sua inserção no campo político não se deu por meio da filiação ou candidatura, mas por uma atuação constante como mediador e representante de demandas da comunidade. Essa condição de "cabo eleitoral" extrapola o sentido estrito de alguém que mobiliza votos. No caso de Silvio, ser cabo eleitoral significava também ser uma ponte entre a institucionalidade e a realidade do Morro do 25. A informalidade e a pessoalidade são as marcas dessa relação, que se dava sobretudo por meio da figura dele próprio enquanto liderança comunitária.

Quando perguntado se os políticos vinham ao clube, ele responde: "não, com o clube era difícil. Era mais aqui em casa. Eu era cabo eleitoral né"¹⁵⁹. Apesar de os políticos não irem diretamente ao Clube, Seu Silvio nega qualquer tipo de hostilidade ou desconfiança da comunidade com eles "não, não tinha nada disso aí"¹⁶⁰. Dessa forma, fica o questionamento de porque era difícil que os políticos não fossem diretamente ao Clube. O que parece claro é que a casa de Silvio, se torna o espaço da política, onde alianças são firmadas, pedidos são feitos e decisões são encaminhadas. A política não se fazia nos gabinetes, mas na cozinha, na mesa de café.

A relação com o ex-governador Esperidião Amin é um dos pontos centrais de sua narrativa. Repetidas vezes, Silvio afirma com orgulho: "O Amin é meu amigo. Já teve comigo aqui nessa mesa"¹⁶¹. Segundo ele, Amin foi um dos poucos políticos que ajudou a comunidade: "ele que me ajudava. Até conseguindo emprego"¹⁶². Esse tipo de afirmação demonstra como a política institucional, ao menos na experiência de Silvio, operava a partir de relações de confiança, reciprocidade e troca. Ele relata que recorria diretamente a Amin para resolver problemas do clube ou da comunidade: "qualquer coisa que eu precisava eu ia lá"¹⁶³.

¹⁵⁸ SOUZA, op. cit.

¹⁵⁹ SOUZA, op. cit.

¹⁶⁰ SOUZA, op. cit.

¹⁶¹ SOUZA, op. cit.

¹⁶² SOUZA, op. cit.

¹⁶³ SOUZA, op. cit.

Quando perguntado se os políticos eram convidados para os eventos do clube, Silvio esclarece: "no meu tempo eu me comunicava com eles"¹⁶⁴, e completa: "eles sabiam que tinha baile todo sábado. Todo sábado e domingo"¹⁶⁵. Os políticos vinham, segundo ele, sobretudo em época de eleição: "o Amin vinha em época de eleição. Sabe aquela esperança pra nós ir lá e votar? E depois passa"¹⁶⁶, completa Dona Néia, sua prima. Há aqui uma consciência crítica da lógica que pautava essas visitas, mas também uma valorização das ajudas recebidas. A consciência da intermitência da relação – o político vem, obtém o voto e "depois passa"¹⁶⁷ – é o que permite a Seu Silvio transformar a deferência em barganha.

Silvio não apenas recebia políticos em sua casa, como também mobilizava a comunidade para garantir determinadas conquistas. "Mande um ofício pra Angela Amin"¹⁶⁸, relata, quando fala sobre a implantação de uma linha de ônibus no bairro. Essa ação está inserida numa prática recorrente: "a gente mandava ofício"¹⁶⁹, diz ele, e, segundo sua memória, os políticos, em especial Amin, "respondia, sempre respondia"¹⁷⁰. Ainda que o Clube fosse, em suas palavras, "uma diretoria"¹⁷¹, e por isso não recebesse apoio direto, era através de Silvio que essas articulações se realizavam: "tudo a gente passava por diretoria, né. Depende do que que a gente ia pedir pra político"¹⁷²

Essa centralidade de Silvio como figura de articulação fica ainda mais evidente quando ele afirma: "aqui a gente tinha tudo aqui, tinha futebol, tinha carnaval, tudo eu que fundei no clube"¹⁷³. Em outro momento, conta: "tinha médico, programa pras crianças, baile... Era pra comunidade né"¹⁷⁴. As políticas públicas formais parecem ter chegado ao Morro do 25 não por ação do Estado em sua lógica tradicional, mas por meio das articulações pessoais promovidas por Silvio. A intermediação direta com políticos, a elaboração de ofícios e os contatos constantes revelam uma forma de política enraizada na prática cotidiana.

Quando fala sobre as conquistas que obteve com apoio político, Silvio cita como exemplo a chegada de luz elétrica ao bairro, a criação da linha de ônibus e o calçamento da rua. Em todos os casos, há uma narrativa de protagonismo: "eu que arrumei uma porção de

¹⁶⁴ SOUZA, op. cit.

¹⁶⁵ SOUZA, op. cit.

¹⁶⁶ SOUZA, Néia de. **Silvio de Souza (depoimento, 2025)**. Entrevista concedida à autora. Florianópolis, SC, 9 de maio de 2025.

¹⁶⁷ SOUZA, Néia de. **Silvio de Souza (depoimento, 2025)**. Entrevista concedida à autora. Florianópolis, SC, 9 de maio de 2025.

¹⁶⁸ SOUZA, op. cit.

¹⁶⁹ SOUZA, op. cit.

¹⁷⁰ SOUZA, op. cit.

¹⁷¹ SOUZA, op. cit.

¹⁷² SOUZA, op. cit.

¹⁷³ SOUZA, op. cit.

¹⁷⁴ SOUZA, op. cit.

coisa aqui"¹⁷⁵. Sua atuação como liderança não se dá por meio de cargos formais, mas sim por prestígio social, por ser reconhecido pelos moradores e pelos próprios políticos como alguém com capacidade de resolver.

É importante destacar que, embora Silvio mencione outros políticos, como Dário Berger (que inclusive aparece em uma das diversas fotos na parede da casa de Seu Silvio) e Angela Amin, é Esperidião Amin quem ocupa lugar de destaque em sua memória. A relação com Amin extrapola o campo do político e se aproxima do afetivo: "tava me ajudando, ele que me ajudava"¹⁷⁶, diz Silvio, e repete várias vezes a expressão "o Amin é meu amigo"¹⁷⁷. Esse vínculo afetivo, ainda que instrumentalizado politicamente, revela a importância das redes pessoais no funcionamento da política local.

Quando perguntado se já foi candidato, Silvio responde: "fui convidado, mas não concorri, precisa de dinheiro né"¹⁷⁸. A política formal, partidária, é reconhecida como inacessível sem recursos. Essa afirmação é significativa: mostra que, mesmo sendo uma liderança ativa, Silvio reconhece os limites estruturais que impedem que todos acessem plenamente as instituições. A política institucional, portanto, é vivida de forma ambígua: ao mesmo tempo próxima, por meio das relações pessoais com os políticos, e distante, pelas barreiras financeiras e estruturais para participação formal, que serviam como um filtro para que apenas os políticos das famílias tradicionais fossem eleitos, e não os membros das comunidades.

Ainda, é preciso destacar o quanto a atuação política de Silvio se inscreve na própria história do Clube de 25. O clube não era apenas um espaço de lazer ou cultura, mas também um centro de articulação comunitária. Quando Silvio afirma que pretende escrever uma carta para Amin pedindo ajuda para reformar o clube, ele atualiza uma prática histórica de mediação: "eu quero escrever uma carta pro Amin sobre isso daí. Ele tava me ajudando"¹⁷⁹. Mesmo diante do abandono, Silvio insiste na tentativa de mobilizar os mesmos canais que no passado se mostraram efetivos. A memória dessas relações políticas serve, assim, como base para uma possível reconstrução do clube e da dignidade comunitária.

Em síntese, a fala de Silvio revela uma forma de inserção política construída na prática cotidiana, por meio de vínculos pessoais e afetivos, em que o Clube de 25 e sua liderança histórica atuaram como mediadores fundamentais entre a comunidade negra do Morro do 25 e

¹⁷⁵ SOUZA, op. cit.

¹⁷⁶ SOUZA, op. cit.

¹⁷⁷ SOUZA, op. cit.

¹⁷⁸ SOUZA, op. cit.

¹⁷⁹ SOUZA, op. cit.

o poder público. A política institucional, nesse contexto, não se faz nos gabinetes, mas nas cozinhas, nas mesas de café, nos bailes de sábado. É essa política que Silvio viveu, construiu e ainda tenta reativar.

A riqueza dos excertos da entrevista de Seu Silvio apresentados reside na sua capacidade de iluminar as complexas dinâmicas de poder e agência que permeavam a relação entre a comunidade negra do Morro do 25 e a elite política catarinense. Para interpretar essa riqueza empírica, vamos nos debruçar sobre os conceitos de E.P. Thompson¹⁸⁰ de "teatro do poder" e "contrateatro plebeu" e a noção de Paulina Alberto¹⁸¹ acerca da negociação dos "termos de inclusão", demonstrando como a atuação de Seu Silvio se configura como uma estratégia de resistência e barganha.

A análise da relação entre Seu Silvio e políticos de alto escalão, como o ex-governador Esperidião Amin, encontra um arcabouço teórico indispensável na obra de E.P. Thompson, notadamente em sua discussão sobre o "teatro do poder" e o "contrateatro plebeu". Thompson argumenta que, em sociedades hierárquicas, a dominação não se sustenta apenas pela coerção física ou econômica, mas é profundamente dependente de uma performance simbólica encenada pela elite (os patrícios)¹⁸².

O "teatro do poder" é a exibição pública de majestade, caridade e justiça pelos detentores do poder, cujo objetivo primário é a legitimação de sua autoridade e a obtenção da deferência da plebe. No contexto de Florianópolis, a visita de um governador ou de um prefeito a uma comunidade periférica, historicamente marginalizada como o Morro do 25, ou a demonstração pública de "amizade" com um líder comunitário, pode ser interpretada como uma encenação desse teatro¹⁸³. Seu Silvio relata com um misto de orgulho e pragmatismo a proximidade com Amin: "O Amin é meu amigo. Já teve comigo aqui nessa mesa"¹⁸⁴.

O político, ao visitar a casa do líder, ao sentar-se à sua mesa de cozinha – um espaço de intimidade e não de institucionalidade –, ao oferecer ajuda para a comunidade ou ao intervir para conseguir empregos, performa a imagem do benfeitor acessível e do patrono solidário. A política, nesse nível, era um espetáculo onde a presença física do político em um território de exclusão valia mais do que qualquer plataforma formal¹⁸⁵.

Entretanto, a experiência de Seu Silvio demonstra que a plebe, representada por ele e pelo Clube de 25, não era uma audiência passiva, mas sim uma força ativa que reagia à

¹⁸⁰ THOMPSON, op. cit.

¹⁸¹ ALBERTO, op. cit.

¹⁸² THOMPSON, op. cit. p. 48 - 50 e 65 -70.

¹⁸³ Ibidem. p. 48 - 50 e 65 -70.

¹⁸⁴ SOUZA, op. cit.

¹⁸⁵ THOMPSON, op. cit. p. 48 - 50 e 65 -70.

performance da elite. O líder comunitário, ao mesmo tempo que recebia o político em sua casa – transformando o espaço privado em um palco político informal – ativava o "contrateatro plebeu". Este contrateatro, na visão thompsoniana, é a resposta dos de baixo à performance dos de cima, utilizando o simbolismo da negociação, da cobrança e, por vezes, do ridículo¹⁸⁶.

A consciência da lógica eleitoral por trás das visitas é um elemento central desse contrateatro. A fala da prima de Seu Silvio, Dona Néia, é elucidativa: "o Amin vinha em época de eleição. Sabe aquela esperança pra nós ir lá e votar? E depois passa"¹⁸⁷. Essa consciência transforma a esperança em ferramenta de barganha. O líder plebeu aceita participar do teatro (dando o voto e a legitimidade), mas impõe um preço (cobrando as conquistas em termos de infraestrutura e serviços). O político necessita da legitimidade eleitoral, o líder comunitário necessita dos recursos e da atenção do Estado. A relação se estabelece, portanto, não como subordinação pura, mas como uma troca dialógica, na qual ambas as partes se sentem contempladas e onde o conflito social é negociado através dos ritos do clientelismo¹⁸⁸.

A perspectiva thompsoniana sobre o contrateatro é fundamentalmente complementada pela análise de Paulina Alberto¹⁸⁹ sobre a luta por reconhecimento e inclusão social de populações negras na América Latina. Alberto argumenta que a inclusão de grupos historicamente marginalizados não é um processo passivo de aceitação pelo Estado, mas sim uma negociação constante e ativa dos "termos de inclusão". Estes termos definem as condições sob as quais um grupo minoritário é aceito, reconhecido e passa a ter acesso aos direitos e recursos dentro do cenário político e social da cidade.

A atuação de Seu Silvio é um exemplo prático e contundente dessa negociação ativa. Ao exigir a chegada de luz elétrica ou a implantação da linha de ônibus, ele estava, na prática, reivindicando o acesso a direitos básicos que o Estado, em sua lógica formal e segregacionista, não provia espontaneamente para o Morro do 25. O líder não pedia esmola ou caridade, mas sim o reconhecimento de que sua comunidade, enquanto parte da cidade, merecia os mesmos serviços públicos disponíveis em outras áreas.

Seu Silvio, ao mobilizar a comunidade e usar o Clube de 25 como base de articulação ("tudo a gente passava por diretoria, né. Depende do que que a gente ia pedir pra político"¹⁹⁰),

¹⁸⁶ Ibidem. p. 48 - 50 e 65 -70.

¹⁸⁷ SOUZA, Néia de. **Silvio de Souza (depoimento, 2025)**. Entrevista concedida à autora. Florianópolis, SC, 9 de maio de 2025.

¹⁸⁸ ARAÚJO, op. cit. p. 56 - 59.

¹⁸⁹ ALBERTO, op. cit.

¹⁹⁰ SOUZA, op. cit.

estava utilizando o capital social e o peso eleitoral do território negro para forçar o Estado a cumprir sua função. Nesse sentido, o Clube de 25, mediado por Seu Silvío, atuou como uma agência informal de redefinição da cidadania. A cidadania, no Morro do 25, era conquistada não pela via burocrática ou legal, mas pela pressão e pela negociação direta com o poder. Os "termos de inclusão" eram estabelecidos em um acordo tácito: a comunidade negra garantiria a legitimidade eleitoral do político, e este garantiria a infraestrutura e os serviços necessários para mitigar a exclusão social e espacial a que estavam submetidos.

A ambiguidade da posição de Seu Silvío – líder respeitado, mas excluído da política formal por falta de recursos ("precisa de dinheiro né"¹⁹¹) – reforça a tese de que a negociação dos termos de inclusão é um processo contínuo e frágil. O líder consegue abrir a porta da política para a comunidade, mas encontra o teto de vidro quando tenta cruzar o limiar da política partidária e institucional.

A dinâmica de negociação e contrateatro observada na relação entre Seu Silvío e o poder político não pode ser analisada em um vácuo. Ela está profundamente enraizada no cenário político-social de Santa Catarina, um contexto marcado pela persistência do clientelismo e por um processo de segregação espacial que relegou as populações negras e pobres às áreas periféricas. A contextualização na história contada por Reinaldo Lohn e Silvia Arend¹⁹² é, portanto, indispensável para compreender a natureza estrutural da exclusão que o Clube de 25 e sua liderança buscavam mitigar.

A figura de Esperidião Amin e de outros políticos com quem Seu Silvío se relacionava deve ser enquadrada no sistema de clientelismo e na atuação das elites locais que historicamente dominaram o cenário político catarinense. A relação de "amizade" entre Seu Silvío e Amin, embora vista pelo líder comunitário como um trunfo e uma via de acesso, é, no plano estrutural, um sintoma desse sistema clientelista. O político, ao se aproximar do líder comunitário, busca cooptar o voto e a legitimidade de um grupo social que, de outra forma, estaria à margem do seu alcance direto. O líder, por sua vez, utiliza essa proximidade como capital político para obter benefícios para sua comunidade, estabelecendo uma relação de reciprocidade assimétrica.

Essa lógica clientelista se manifesta na cultura assistencial que permeava Florianópolis nas décadas de 1950 e 1960, conforme detalhado por Araújo¹⁹³. A disputa entre as facções políticas pelo voto das classes populares se dava através da distribuição de donativos e da

¹⁹¹ SOUZA, op. cit.

¹⁹² LOHN; AREND, op. cit. p. 34 - 39.

¹⁹³ ARAÚJO, op. cit. p. 56-59.

intervenção caritativa. Segundo o autor: "Construía-se, na Florianópolis dos anos 1950 e 1960, uma cultura assistencial na qual os trabalhadores eram vistos em seus locais de moradia como receptores dos donativos e das intervenções caritativas dos grupos abastados da cidade"¹⁹⁴.

A apropriação dessa cultura assistencial pelo Clube de 25 e por Seu Silvío, transformando o ato de caridade em um campo de disputa e negociação, onde o voto era dado, mas cobrado em termos de infraestrutura e direitos, é uma estratégia de resistência dentro dos limites impostos pelo sistema. O líder e o Clube utilizam a lógica do clientelismo contra o próprio sistema, forçando a elite a investir no território. No entanto, o fato de terem que recorrer a essa lógica para obter o que lhes era de direito (luz, linha de ônibus, calçamento da rua) é um forte indício de um projeto deliberado do Estado em não prover serviços de forma universal e não-mediada.

A dinâmica clientelista era intensificada pelo acirrado antagonismo político entre os partidários do PSD (Partido Social Democrático) e da UDN (União Democrática Nacional) em Santa Catarina. Essa dicotomia política e a aguda rivalidade entre as linhas oligárquicas estaduais (os Ramos e os Konder-Bornhausen) se refletiam diretamente nas disputas locais e na forma como os votos das classes populares eram cobiçados¹⁹⁵.

A atuação de Seu Silvío como "cabo eleitoral" insere-se precisamente nesse contexto, onde a afinidade entre o político e os moradores das áreas empobrecidas poderia pender a balança eleitoral. O Clube de 25, enquanto território negro e base eleitoral em potencial, tornava-se um ponto estratégico. A mediação de Seu Silvío permitia que os políticos acessassem essa base de votos de forma personalizada e eficiente, o que era crucial em um cenário de alternância de poder e rivalidade constante. O clientelismo, nesse sentido, não era apenas um mecanismo de dominação, mas também um canal de comunicação e negociação que se abria em momentos de crise ou disputa eleitoral.

A necessidade de Seu Silvío em atuar como mediador político está indissociavelmente ligada à espacialização da desigualdade em Florianópolis, um processo de segregação socioespacial que relegou as populações negras e pobres às áreas periféricas. O Morro do 25, onde o Clube está localizado, é um território de exclusão que materializa a desigualdade racial e social. Lohn e Arend¹⁹⁶ analisam como o desenvolvimento urbano da capital catarinense foi marcado por um processo de exclusão que empurrou as classes populares para os morros e

¹⁹⁴ ARAÚJO, op. cit. p. 16.

¹⁹⁵ ARAÚJO, op. cit. 56 - 59.

¹⁹⁶ LOHN; AREND, op. cit. p. 34 - 39.

áreas de risco, enquanto a elite branca ocupava o centro e as áreas de valorização imobiliária. O Morro do 25, nesse contexto, não é apenas um local geográfico, mas um espaço socialmente construído como margem, resultado direto da segregação.

Nesse cenário, o Clube de 25 e a atuação de Seu Silvio funcionam como um mecanismo de mitigação dos efeitos dessa exclusão espacial e racial. Ao lutar pela chegada de luz elétrica, pela linha de ônibus e pela presença de um médico, Seu Silvio estava lutando contra o isolamento, a invisibilidade e a precariedade impostos pela segregação. A luta por recursos e reconhecimento, mediada pelo clientelismo, é, portanto, uma luta por inclusão urbana e por cidadania plena. O Clube, como centro de articulação comunitária, torna-se um ator político que busca reverter, ou ao menos atenuar, a marginalização geográfica.

A política institucional, que falha em prover o básico de forma universal, é forçada a fazê-lo por meio da pressão e da negociação de um líder que representa um território historicamente excluído. A ambiguidade da situação se consolida: o líder e o clube são agentes ativos que negociam os termos de sua inclusão, utilizando o contrateatro para obter benefícios. Contudo, a própria necessidade de recorrer a esses mecanismos clientelistas para conseguir o que é direito básico (luz, transporte) é a prova da profunda desigualdade e segregação espacial que a comunidade enfrenta. O ciclo clientelista, nesse sentido, é a ferramenta de sobrevivência em um cenário de exclusão estrutural, mas também o limite para a plena emancipação política¹⁹⁷.

Para além da experiência singular do Clube de 25, a análise da relação entre os territórios negros e a política institucional em Florianópolis se enriquece e se complexifica com a comparação de outras realidades, notadamente o Brinca Quem Pode e o Morro da Caixa d'Água. Esses exemplos demonstram a diversidade de estratégias de inserção e negociação política adotadas pelas comunidades afro-brasileiras e reforçam o caráter estrutural da dinâmica clientelista e do contrateatro plebeu na cidade.

O Brinca Quem Pode, sociedade recreativa fundada na década de 1930, parece apresentar uma forma de articulação política mais institucionalizada e partidária em comparação com a mediação pessoal e informal de Seu Silvio no Clube de 25. As lideranças dos clubes de negros frequentemente mantinham laços sociais e políticos explícitos com representantes da elite branca no poder, o que era visto como uma estratégia para garantir prestígio e a manutenção dos territórios negros enquanto espaços sociais¹⁹⁸.

¹⁹⁷ ARAÚJO, op. cit. p. 62 - 65.

¹⁹⁸ MARIA, op. cit., 1997. p. 184.

No caso do Brinca Quem Pode, essa ligação era transparente e formalizada. O exemplo mais notório é a relação entre o clube e o governador Nereu Ramos. A presença assídua do governador nos bailes de gala e o fato de o presidente do clube, José Ribeiro dos Santos, pertencer ao mesmo partido (Partido Liberal) reforçam a natureza dessa conexão¹⁹⁹. Enquanto o Clube de 25, na época de Seu Silvio, dependia da informalidade e da amizade para obter favores, o Brinca Quem Pode utilizava a filiação partidária e a proximidade formal com o chefe do executivo para garantir apoio e legitimidade²⁰⁰.

Essa diferença de abordagem, contudo, não anula a lógica de negociação subjacente. Em ambos os casos, a elite política buscava o voto e a legitimidade, e os clubes negros, por sua vez, utilizavam sua força social e eleitoral para obter recursos. O Brinca Quem Pode, ao obter apoio midiático e a presença do governador, negociava seus termos de inclusão em um nível mais elevado e formalizado, mas ainda dentro da lógica clientelista. A diferença reside na natureza do capital político utilizado: no Brinca Quem Pode, era o capital partidário e o prestígio social da diretoria; no Clube de 25, era o capital comunitário e a liderança pessoal de Seu Silvio.

O estudo de Camilo Araújo sobre o Morro da Caixa d'Água nos anos 1950 e 1960 é particularmente relevante, pois detalha a cultura assistencial e a dinâmica do clientelismo urbano em uma comunidade periférica de Florianópolis, oferecendo um paralelo direto com o Morro do 25. Araújo demonstra que o processo eleitoral transformava os pobres em objeto de disputa entre os políticos, que ofereciam o "banquete assistencial" através de cabos eleitorais. O Morro da Caixa d'Água, assim como o Morro do 25, era um campo onde as tensões e os conflitos de classe eram negociados, e não suprimidos, através dos ritos da caridade e da deferência. O ponto central da análise de Araújo, que se conecta diretamente à experiência de Seu Silvio, é a demonstração de que as classes populares não eram passivas. O voto não era uma retribuição automática à caridade, mas sim o resultado de um acordo bem-sucedido, uma troca dialógica onde ambas as partes se sentiam contempladas²⁰¹.

A diferença crucial entre o Morro da Caixa d'Água e o Morro do 25 reside na centralidade do clube social, foco do trabalho com a comunidade. Enquanto no Morro da Caixa d'Água a relação passou por figuras locais do comércio e por uma relação mais próxima com a igreja, no Morro do 25, a figura de Seu Silvio, atrelada à estrutura do Clube de 25, concentrava essa mediação. O Clube funcionava como um capital social

¹⁹⁹ MARIA, op. cit., 1997. p. 154.

²⁰⁰ MARIA, op. cit., 1997. p. 202 - 206.

²⁰¹ ARAÚJO, op. cit. p. 153-156.

institucionalizado, conferindo a Silvio maior poder de barganha e legitimidade para cobrar os políticos.

Por outro lado, a própria necessidade de recorrer a essa lógica clientelista e pessoal expõe a fragilidade e a exclusão estrutural a que essas comunidades estavam submetidas. A política institucional, para o Morro do 25, não se manifestava como o cumprimento universal de um dever estatal, mas sim como um favor mediado, sujeito à temporalidade eleitoral e à boa vontade do político no poder. Aqui se faz importante notar que a compreensão do acesso a serviços básicos como um dever estatal possui uma história complexa no Brasil. O trabalho de Brodwyn Fischer, em “A Poverty of Rights”²⁰², demonstra que a cidadania social, cuja base legal de direitos sociais e econômicos foi definida na Era Vargas, foi estabelecida como uma troca de direitos por apoio popular, e não como um princípio universal. Essa implementação seletiva, que privilegiava trabalhadores formais, resultou em uma “pobreza de direitos” para a maioria dos pobres urbanos, cuja luta por acesso à legalidade e a serviços se dava por meio de um “mosaico de direitos escassos e tolerância duramente conquistada”²⁰³, o que corrobora a lógica de favor mediado observada no Morro do 25.

A seção 2.4, portanto, conclui que a relação do Clube de 25 com a política institucional foi um campo de intensa disputa, onde a exclusão racial e social foi enfrentada não pela via da institucionalidade formal, mas pela política do cotidiano, da negociação e da apropriação tática dos mecanismos clientelistas. A memória de Seu Silvio, ao narrar a luta por luz, ônibus e calçamento, é a memória de uma comunidade que, apesar de marginalizada, se recusou a ser passiva, forçando o poder a reconhecer, ainda que de forma tênue e intermitente, sua existência e seus direitos.

3 2.5. Memória, ruínas e futuro

A visita ao Clube de 25, realizada na entrevista com o Senhor Silvio de Souza, revelou um cenário de ruínas. As estruturas do prédio estavam visivelmente deterioradas, com vidros quebrados, paredes corroídas, teto desmoronando e ausência de mobiliário. Esse estado de abandono contrasta de forma radical com o relato de Silvio, que descreve o clube como um espaço vibrante, cheio de atividades e com forte participação da comunidade. Essa dualidade entre memória e presente físico está no centro de sua narrativa.

²⁰² FISCHER, B. **A Poverty of Rights**: Citizenship and Inequality in Twentieth-Century Rio de Janeiro. Stanford University Press, 2008.

²⁰³ Ibidem. p. 2. Tradução da autora.

Silvio lamenta as perdas com veemência: "quando eu cheguei lá tinham roubado tudo. Telefone, televisão. Levaram os discos, quebraram tudo lá dentro, roubaram telha. Uma porção de coisa"²⁰⁴. O tom de sua fala é de desolação, mas não de resignação. Ele insiste em mostrar os espaços, apontar onde eram realizados os bailes, onde ficava a cozinha, a sala de reuniões. A materialidade em ruína ainda é, para ele, um território de lembranças.

Acompanhado por Dona Néia, que se aproximou ao ver a movimentação, Seu Silvio recuperou, com saudosismo, os sentidos que o clube tinha para a vida comunitária. Néia, ao se juntar espontaneamente à visita, descreveu com detalhes o uso de cada sala e os momentos vividos ali. Sua fala complementa e reforça a de Silvio, demonstrando que a memória do clube está viva não apenas em sua liderança, mas em uma geração que compartilhou aquela experiência.

O estado físico do Clube, com sua estrutura comprometida e sua desativação, não é apenas um sinal de desorganização interna, mas um símbolo material do fechamento do ciclo de clientelismo que marcou sua trajetória. Essa ruína física deve ser lida à luz das mudanças estruturais no cenário político e urbano de Florianópolis. Conforme argumenta Reinaldo Lohn, a ascensão de novas dinâmicas políticas e a priorização de projetos urbanos ligados ao capital (período pós-1964) alteraram as regras do jogo²⁰⁵. Nesse sentido, o autor coloca que:

a partir da década de 1980, a violência passou a ser uma das preocupações mais evocadas nas cidades brasileiras. A deterioração da qualidade de vida urbana e o medo das classes médias com a violência em diferentes cidades, mesmo em Florianópolis, justificaram medidas segregacionistas, a atuação ostensiva das políticas contra os pobres e a repressão²⁰⁶

O capital político do Clube – os votos e a capacidade de mobilização – tornou-se menos relevante para as novas configurações de poder, levando ao abandono por parte dos políticos que antes o frequentavam. A ruína, nesse sentido, é a consequência visível da fragilidade dos "termos de inclusão" que o Clube havia negociado. A inclusão, baseada no favor e na utilidade eleitoral, se mostrou contingente e se desfez quando a utilidade se esgotou. O espaço do clube, antes um território negro de agência, como apontou Maria das Graças Maria para as décadas de 1930 e 1940²⁰⁷, foi relegado à invisibilidade, espelhando a exclusão histórica da população negra no projeto de modernidade da cidade.

Aqui, vale uma reflexão mais ampla sobre a própria dinâmica nacional do Movimento Negro no Brasil e as mudanças que este sofreu a partir das décadas de 1970 e 1980:

²⁰⁴ SOUZA, op. cit.

²⁰⁵ LOHN, op. cit., 2020. p. 23.

²⁰⁶ Ibidem. p. 23-24.

²⁰⁷ MARIA, op. cit., 1997. p. 182 - 185.

Foi na década de 1970, com os ventos da abertura soprando, que o 'movimento negro' - expressão então utilizada para fazer referência ao 'movimento associativo' do negro brasileiro - se recompôs em patamares diferentes. Outra geração de afro-brasileiros, alguns estudantes universitários, entrou em cena, protagonizando uma articulação que culminou na formação do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (nome posteriormente encurtado para Movimento Negro Unificado, o MNU), em São Paulo, em 1978. (...) O MNU inaugurou a fase contemporânea do 'movimento negro'.²⁰⁸

Dessa forma, fica evidente que o fim das atividades do Clube de 25 na década de 1980, por dificuldades financeiras, problemas com a sede e pelo furto relatado por Seu Silvio, não seria um fato isolado, mas sim uma tendência nacional de mudança das dinâmicas do Movimento Negro, buscando a unidade e a ocupação de outros espaços políticos, transformando assim, novamente, a forma como seriam negociados os termos de inclusão. Importa ainda ressaltar que a mudança na dinâmica de organização impactou também os clubes da elite branca, vendo o Clube 12 de Agosto e o Lira Tênis Clube decair também neste período.

Mesmo diante do cenário de destruição, Silvio expressa desejo de reconstrução. "Quero escrever uma carta pro Amin pra levantar fundos pro clube"²⁰⁹, afirma, demonstrando que a memória não é apenas nostalgia, mas motor para ações futuras. Para ele, o clube ainda pode ser reerguido, mesmo que parte significativa de seus antigos frequentadores tenha falecido: "era tudo mais velho do que eu. Até os mais jovem, já morreu tudo. Aqui agora é quase tudo gente diferente"²¹⁰.

A ruína do clube, portanto, é mais do que a perda de uma estrutura física. Ela representa também o fim de um ciclo de organização comunitária e de um modo de fazer política e sociabilidade que marcaram profundamente a história do Morro do 25. Mas Silvio resiste. Sua disposição para mostrar o espaço, para compartilhar fotos antigas, para narrar a história repetidas vezes, revela que, em sua perspectiva, ainda há algo a ser preservado e transmitido. A luta pelo futuro do Clube, mesmo em ruínas, é a continuidade da luta por reconhecimento e direito à cidade, garantindo que a memória de um dos mais importantes "territórios negros" de Florianópolis não seja apagada.

3 2.6. Considerações sobre a entrevista e temas emergentes

²⁰⁸ DOMINGUES, op. cit., 2018, p. 123.

²⁰⁹ SOUZA, op. cit.

²¹⁰ SOUZA, op. cit.

A entrevista com o Seu Silvio permitiu acessar uma memória viva e afetiva da história do Clube de 25. Seus relatos trouxeram à tona questões centrais como a atuação política informal, a centralidade das lideranças locais, a presença feminina, as relações raciais e o papel dos clubes como espaços de resistência e articulação comunitária. A entrevista com Seu Silvio constitui a fonte primária de maior relevância para esta pesquisa, sendo a chave para desvendar a atuação política do Clube de 25. No entanto, sua utilização exige uma reflexão sobre os limites e as potências da história oral. A memória, como bem se sabe, é seletiva e subjetiva, e a narrativa de Seu Silvio é marcada por um forte protagonismo individual e pela ênfase no "eu fiz", o que pode obscurecer a agência coletiva e as contribuições de outros membros e gerações.

No entanto, é importante destacar que a entrevista apresenta também limites importantes. Seu Silvio tem 93 anos e foi diagnosticado com Alzheimer, o que impacta diretamente sua capacidade de localizar eventos no tempo e de oferecer uma narrativa com precisão cronológica. Vários trechos de sua fala são marcados por confusões de datas, repetições e esquecimentos. Ele mesmo reconhece essa dificuldade. Por isso, os relatos não devem ser tomados como testemunhos factuais, mas como expressões de sentido, de importância social e de memória afetiva.

Apesar dessas limitações, a entrevista fornece pistas valiosas sobre as dinâmicas sociais e políticas do Morro do 25, sobretudo no que diz respeito à articulação entre o Clube de 25 e o poder público. Ao abordar o passado com orgulho e ao insistir na possibilidade de reconstrução do clube, Silvio oferece uma visão de continuidade histórica que ultrapassa os limites de sua própria biografia. Sua fala convoca à escuta atenta e ao reconhecimento de formas de atuação política que, embora muitas vezes invisibilizadas, foram centrais para a sobrevivência e resistência de comunidades negras urbanas. A fala de Seu Silvio, ao narrar a negociação com Amin e a luta por conquistas urbanas, é a voz da plebe que ativou o "contrateatro plebeu", transformando o favor em direito e o voto em moeda de troca.

Além disso, a entrevista trouxe à tona temas cruciais que enriqueceram a análise, como as tensões de gênero evidenciadas na exclusão das mulheres da diretoria e a criação do MONJURE, e a complexa questão da presença de brancos no Clube. Esses temas, embora não sejam o foco central do trabalho, demonstram a multiplicidade de experiências e a ambivalência do Clube de 25, que era, ao mesmo tempo, um espaço de resistência racial e um reflexo das estruturas patriarcais e sociais mais amplas. A história oral, neste caso, não apenas

complementa a historiografia, mas a desafia, garantindo que a memória de luta do Clube de 25 seja registrada e reconhecida.

Por fim, reafirmamos a importância da história oral como método e da escuta sensível como estratégia de pesquisa. Através da voz de Sílvio, é possível compreender as transformações de um território, os sentidos atribuídos a uma instituição como o Clube de 25, e os modos pelos quais sujeitos comuns constroem e preservam sua história, mesmo diante do esquecimento institucional e da materialidade em ruínas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou refletir sobre o papel político da União Recreativa Cultural 25 de Dezembro – o Clube de 25 – na cidade de Florianópolis, entre as décadas de 1950 e 1980, a partir do cruzamento entre fontes documentais, bibliográficas e, especialmente, do testemunho oral de uma de suas principais lideranças históricas, o Senhor Silvio de Souza. Ao investigar esse clube negro a partir de sua dimensão política, procurou-se ir além das análises já consolidadas sobre sociabilidade e identidade negra no associativismo, priorizando a compreensão do clube como espaço ativo de articulação comunitária, de mediação com o poder público e de resistência cotidiana.

O centro da pesquisa foi a complexa relação do Clube de 25 com a política institucional, notadamente o clientelismo praticado por figuras como Esperidião Amin, entre as décadas de 1950 e 1980. O ponto de partida foi a hipótese de que essa relação não se deu pela via da submissão passiva, mas sim como uma tática política ativa da comunidade negra do Morro do 25 para negociar seus "termos de inclusão" no projeto urbano e político da capital catarinense.

A análise histórica desenvolvida demonstrou que o Clube de 25, fundado no contexto das reformas urbanas e do processo de segregação racial em Florianópolis, constituiu-se como espaço de protagonismo da população negra diante da exclusão institucional e da invisibilidade social. Sua criação, voltada exclusivamente para pessoas negras, foi, por si só, um gesto político em uma cidade marcada por políticas de embranquecimento e apagamento da presença negra. Com isso, o clube passou a cumprir funções diversas: culturais, recreativas, educativas e, sobretudo, políticas.

Ao longo do desenvolvimento, a análise do material empírico, ancorada no arcabouço teórico composto especialmente por E.P. Thompson²¹¹, Paulina Alberto²¹² e Reinaldo Lohn²¹³, nos trouxe indícios que vão no sentido de confirmar a hipótese central. O Clube de 25, conforme demonstrado no Capítulo 1, emergiu em um contexto de segregação espacial, transformando o Morro do 25 em um "território negro" de afirmação, resistência e sociabilidade. A análise da entrevista de Seu Silvio, no Capítulo 2, revelou a dinâmica do "teatro do poder", onde os políticos encenavam o favor e a benevolência. Contudo, a agência

²¹¹ THOMPSON, op. cit.

²¹² ALBERTO, op. cit.

²¹³ LOHN; AREND, op. cit.

LOHN, op. cit., 2007

LOHN, op. cit., 2002.

LOHN, op. cit., 2020.

do Clube se manifestou no "contrateatro plebeu", que transformava o voto em moeda de troca por conquistas concretas, como infraestrutura e reconhecimento, invertendo a lógica do favor em um direito negociado.

Uma conclusão possível deste trabalho reside na demonstração da fragilidade e contingência dos "termos de inclusão" negociados. Enquanto o capital político do Clube – sua capacidade de mobilização e votos – foi útil para a manutenção do poder das elites tradicionais, a relação se manteve. No entanto, o declínio do clientelismo tradicional e a reconfiguração do poder urbano em Florianópolis, que passou a priorizar o capital imobiliário em detrimento do capital político das periferias, levou ao abandono do Clube. A ruína física do Clube de 25, analisada na seção 2.5, emerge, portanto, como o símbolo material do fechamento do ciclo dessa política do favor, evidenciando que a inclusão conquistada era condicional e efêmera.

Ao longo da pesquisa, destacou-se a atuação do Seu Silvio como liderança comunitária e mediador político. Sua trajetória, marcada pelo engajamento desde a juventude, pela presidência do clube e pela articulação com figuras públicas como Esperidião Amin e Ângela Amin, revela como sujeitos negros, mesmo à margem da política institucional, constroem formas legítimas e eficazes de inserção nos espaços de decisão e poder. O Clube de 25, por meio dessas lideranças, viabilizou conquistas concretas para o Morro do 25, como acesso a serviços básicos, transporte e saúde.

A entrevista com o Sr. Silvio, embora atravessada por limites objetivos – como sua idade avançada e os efeitos do *Alzheimer* –, ofereceu uma fonte preciosa para acessar as dimensões afetivas, simbólicas e práticas da atuação do clube. A memória de Seu Silvio, marcada pelo protagonismo, permitiu o acesso às complexidades da luta, expondo temas cruciais como as tensões de gênero (atuação das mulheres no MONJURE) e a ambivalência da presença de brancos no clube. A história do Clube de 25, assim, não é apenas uma história local, mas um microcosmo que reflete as tensões raciais, sociais e políticas do Brasil pós-abolição, onde a luta por reconhecimento e cidadania se deu através de táticas informais e ambíguas. As falas de Silvio também evidenciam o quanto o clube permanece como símbolo de identidade e pertencimento para a comunidade, mesmo em estado de ruína.

A análise dos estatutos sociais (de 1934²¹⁴ e 1976²¹⁵) possibilitou ampliar o entendimento sobre as formas como o clube organizava sua estrutura interna, suas estratégias

²¹⁴ União Recreativa-Cultural 25 de Dezembro, Fundada em 25 de Dezembro de 1933. **Estatuto**. Livraria Moderna, 1934.

²¹⁵ União Recreativa-Cultural 25 de Dezembro, Fundada em 25 de Dezembro de 1933. **Estatuto Social**, publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina no. 11705, 1976.

de reconhecimento público e os limites impostos – especialmente às mulheres – dentro de suas instâncias de poder. Esses documentos, lidos em articulação com a entrevista, revelam tensões entre continuidade e mudança, entre informalidade e institucionalização.

Reconhecemos que este trabalho não esgota a rica história do Clube de 25. Pelo contrário, ele abre caminhos para futuras investigações, como um aprofundamento na análise da atuação do MONJURE e do papel das mulheres na organização política do Morro do 25 ou na comparação da dinâmica clientelista do Clube de 25 com outras associações negras de Florianópolis, como o Brinca Quem Pode, para traçar um panorama mais amplo das estratégias de sobrevivência e agência no Sul do Brasil. Por fim, aprofundar a análise da transição urbana e política de Florianópolis, sob a perspectiva da população negra, pode contribuir para desnaturalizar a narrativa de uma cidade branca e revelar as múltiplas camadas de resistência que moldaram o seu tecido social.

A partir das discussões empreendidas, sugere-se que a trajetória do Clube de 25 se configura como uma expressão fundamental da agência política negra em Florianópolis. Sua história, analisada sob a lente crítica deste trabalho, evidencia a centralidade dos clubes negros como espaços de articulação em contextos de exclusão e contribui significativamente para repensar a historiografia local à luz das experiências da população negra. Ao recuperar e valorizar essas memórias, esta pesquisa almeja somar-se aos esforços de reconhecimento e preservação do clube como um patrimônio da cidade e como um registro vivo, embora em ruínas, da resistência negra no Sul do Brasil.

REFERÊNCIAS

FONTES:

União Recreativa-Cultural 25 de Dezembro, Fundada em 25 de Dezembro de 1933. **Estatuto Social**, publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina no. 11705, 1976.

União Recreativa-Cultural 25 de Dezembro, Fundada em 25 de Dezembro de 1933. **Estatuto**. Livraria Moderna, 1934.

SOUZA, Sílvia de. **Sílvia de Souza (depoimento, 2025)**. Entrevista concedida à autora. Florianópolis, SC, 9 de maio de 2025.

BIBLIOGRAFIA:

ALBERTO, P.L. **Termos de Inclusão**: Intelectuais negros brasileiros no século XX. Editora Unicamp, Campinas, 2017.

ARAÚJO, C. B. **Os pobres em disputa**: urbanização, política e classes populares no Morro da Caixa d'Água, Florianópolis – Anos 1950 e 1960. 170f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, 2006.

BARTHOLOMAY FILHO, F. **A memória da abolição em Santa Catarina**: imprensa, cultura histórica e comemorações (1889-1930). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

BASTIDE, R.; FERNANDES, F. (orgs). **Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo**. São Paulo: Editora Anhembi, 1955.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Biografia — Deputada Ângela Amin. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/73696/biografia>. Acesso em: 16 nov. 2025.

CARDOSO, F. H.; IANNI, O. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional. São Paulo: Brasileira, 1960.

DOMINGUES, P. Associativismo negro. In: GOMES, Flávio dos Santos; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 117-124.

DOMINGUES, P. Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930). São Paulo: **Revista Brasileira de História**, v. 34, p. 251–281, jun. 2014.

DOMINGUES, P. Clubes negros no Brasil: puzzle de um campo emergente. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 15, p. 1–22, 17 out. 2023.

DOMINGUES, P. “Um desejo infinito de vencer”: o protagonismo negro no pós-abolição. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 118–139, dez. 2011.

FÉLIX, R. C. S. **Damas de Ébano nos Clubes Sociais Negros**: Trancinhas e Batom. Piracicaba: Comunicações, v. 21, n. 1, p. 39–53, 30 jun. 2014.

FISCHER, B. **A Poverty of Rights**: Citizenship and Inequality in Twentieth-Century Rio de Janeiro. Stanford University Press, 2008.

LEUCHTENBERGER, R.. **“O Lábaro protetor da classe operária”**: as associações voluntárias de socorros-mútuos dos trabalhadores em Florianópolis – Santa Catarina (1886-1932). Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Campinas, 2009.

LOHN, R. L.; AREND, S. M. F.. Estado e populações pobres no Brasil: a espacialização da desigualdade social em Florianópolis - SC (décadas de 1930-1950). **Geosul**, v. 28, n. 56, p. 33–64, 2013.

LOHN, R. L.. A utopia dos direitos humanos na cidade. Fronteiras: **Revista Catarinense de História**, n. 36, p. 07–30, 18 dez. 2020.

LOHN, R. L. **Pontes para o futuro**: relações de poder e cultura urbana Florianópolis, 1950 a 1970. Tese de Doutorado (História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2002.

LOHN, R. L. Limites da utopia: cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950). **Revista Brasileira de História**, v. 27, p. 297–322, jun. 2007.

MAIO, M. C. O contraponto paulista: os estudos de Florestan Fernandes e Oracy Nogueira no projeto Unesco de relações raciais. **Antíteses**, v. 7, n. 13, p. 10–39, 2014.

MAMIGONIAN, B.; VIDAL, J. Z. (Org.). **História Diversa**: africanos e afrodescendentes na ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

MAMIGONIAN, B. G. BISSIGO, D. N.. População de Origem Africana. In: **Atlas Geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora UFSC, 2018.

MARIA, M. das G. **Imagens invisíveis de Áfricas presentes**: experiências das populações negras no cotidiano da cidade de Florianópolis (1930-1940). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 1997.

MARIA, M. das G. Memória subterrânea: construção das representações de identidade do negro em Florianópolis. Florianópolis: **Esboços**: histórias em contextos globais, v. 2, n. 2, p. 58-69, 1995.

MENDONÇA, J. M. N.; TEIXEIRA, L.; MAMIGONIAN, B. G. (Orgs.). **Pós-Abolição no Sul do Brasil**: Associativismo e Trajetórias Negras. Salvador: Sagga Editora, 2019.

NOGUEIRA, A. M. R. **Territórios negros em Florianópolis**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2018.

NOGUEIRA, O. Relações raciais no município de Itapetininga. In: BASTIDE, R.; FERNANDES, F. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Ed. Anhembi, 1955.

REBELO, Fernanda. **A Penitenciária de Florianópolis e a Medicalização do Crime (1935 – 1945)**. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

RAMOS, A. O espírito associativo do negro brasileiro. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, São Paulo, n. 47, p. 105-126, 1938.

RASCKE, K. L. **Entre a caneta e o pandeiro: letras e enredos de agremiações afrodescendentes em Florianópolis – SC (1920 a 1950)**. Tese (Doutorado em História - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2018.

ROSA, J. C. da. Clubes Negros em Santa Catarina nas primeiras décadas do século XX: Histórias, Memórias e Trajetórias. **Revista Historiar**, v. 10, n. 18, p. 247–265, 15 out. 2018.

ROSA, J. C. DA. **Sociabilidades e territorialidade: a construção de sociedades de afrodescendentes no sul de Santa Catarina (1903-1950)**. Dissertação (Mestrado em História)—Florianópolis: Universidade Estadual de Santa Catarina, 2011.

SAYÃO, T. J. As heranças do Rosário: associativismo operário e o silêncio da identidade étnico-racial no pós-abolição, Laguna (SC). **Revista Brasileira de História**, v. 35, p. 131–154, jun. 2015.

SENADO FEDERAL. Perfil — Senador Dário Berger. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/5537>. Acesso em: 16 nov. 2025.

SENADO FEDERAL. Perfil — Senador Esperidião Amin. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/22>. Acesso em 16 nov. 2025.

THOMPSON, E.P. Patrícios e Plebeus. IN: **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular e tradicional**. Companhia das Letras, São Paulo, 2005. p. 25 - 82.

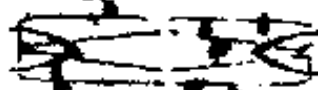
ESTATUTO

DA

UNIAO RECREATIVA

25 DE DEZEMBRO

Fundada em 25 de Dezembro de 1933



TR. LIVRARIA MODERNA

FLORIANOPOLIS

1934

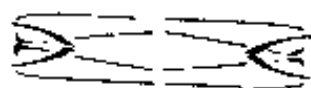
ESTATUTO

— DA —

UNIÃO RECREATIVA

25 DE DEZEMBRO

— ♦ ♦ ♦ —
Fundada em 25 de Dezembro de 1933



TP. LARARA MODERNA
FLORIANOPOLIS
1934

ESTATUTO

— DA —

UNIÃO RECREATIVA 25 DE DEZEMBRO

CAPITULO I

Da associação e seus fins

Art. 1. A União Recreativa 25 de Dezembro, fundada em 25 de dezembro de 1933, por iniciativa dos senhores Ramiro Farias e Ter-
tuliano Fernandes, tem sua sede na cidade de
Florianopolis.

Art. 2. São seus fins:

§ 1. Pugnar pelo desenvolvimento dos
associados;

§ 2. Manter em sua sede diversões de
salão e promover festas para melhor confraterni-
zação de seus associados e famílias.

CAPITULO II

Do quadro social e admissão de socios

Art. 3. As propostas para admissão deverão conter: nome, idade, estado civil e residência.

Art. 4. São requisitos necessários á matricula:

- § 1. Ser maior de 18 anos.
- § 2. Ser de reconhecida moralidade. ✓
- § 3. Provar gozar saúde.
- § 4. Ser proposto por um socio quite.

CAPITULO III

Classificação dos socios

Art. 5. O quadro de socios divide-se em duas categorias:

§ 1. Fundadores, os que assinaram a ata da sessão de instalação.

§ 2. Contribuintes, os que contribuem com suas mensalidades.

CAPITULO IV

Dos deveres e direitos dos socios

Art. 6. São deveres dos associados :

§ 1. Cumprir e fazer cumprir os presentes estatutos.

§ 2. Contribuir mensalmente com a importancia de um mil réis (1\$000), a joia de admissão na importancia de tres mil réis (3\$000).

§ 3. A joia de admissão entrará em vigor seis meses após da fundação.

§ 4. Cooperar na medida do possível para o engandecimento moral e civico da côr.

§ 5. Respeitar e ter disciplina no salão.

§ 6. Acatar as resoluções legais da associação.

§ 7. Exercer com dedicação os cargos para os quais for eleito ou nomeado.

§ 8. Comparecer às sessões.

§ 9. Comunicar á secretaria quando transferir a sua residencia.

§ 10. Informar a diretoria quando tenha conhecimentos dos maus comportamentos dos associados.

Art. 7. São direitos dos associados:

§ 1. Gozar dos serviços organizados de conformidade com o artigo 2º e seus parágrafos

§ 2. Votar e ser votado, excetuando:

- a) os menores de vinte e um anos;
- b) os que se acharem pronunciados;
- c) os que estiverem respondendo inquirido pelas penalidades previstas nos §§ 1, 2, 3 e 7 do art. 9.

§ 3. Tomar parte nas assembleias e assistir as sessões da diretoria.

§ 4. Propor novos socios ou qualquer assunto que interesse a associação.

§ 5. Requerer juntamente com (19) dezenove socios quites, sessões de assembleia geral extraordinaria.

§ 6. No caso do § anterior a petição deverá conter os motivos da convocação e a indicação do relator perante a mesma sessão.

CAPITULO V

Das penalidades e da readmissão

Art. 8. São passíveis da pena de re-

preensão ou suspensão de direitos sociais por tempo determinado, os que infringirem disposições estatutárias ou resoluções legais da associação.

Art. 9. São passíveis da pena de eliminação.

§ 1. Contribuir para o descredito moral da associação.

§ 2. Alienar, ilegalmente, os bens moveis ou imoveis.

§ 3. Implantar a desharmonia entre os associados,

§ 4. Fôr admitido mediante falsas informações.

§ 5. Deixar de satisfazer o pagamento de suas mensalidades pelo espaço de (3) trez meses sem causa justificada,

§ 6. São causas que o socio fica isento do pagamento de sua mensalidade quando feita devida comunicação;

a) falta de trabalho;

b) enfermidade;

c) ausencia.

§ 7. Condenando por qualquer crime.

§ 8. Os que se afastarem dos principios da sã moral.

Art. 10. As penalidades previstas nos §§ 1, 2, 3 e 7 do art. 9º serão impostas pela assembléa geral, na qual o associado, a convite da diretoria, fará ou delegará poderes a um consocio para promover a sua defesa.

Art. 11. As demais penalidades previstas no artigo 9. são Privativas da diretoria, podendo haver recurso da parte prejudicada para a assembléa geral.

Art. 12. Poderá ser readmitido no quadro social o associado eliminado pelas faltas previstas nos §§ 4, 5, 7 e 8 do artigo 9º, ficando a critério da diretoria.

Art. 13. Não será permitido associados embriagados dentro do recinto social, nem com armas de especie alguma.

§ 1 Os que se acharem embrigados ou armados serão chamados atenção pela primeira vez.

§ 2. No caso de resistencia será eliminado do quadro social.

CAPITULO VI

Do patrimonio social e da receita e despesas

Art. 14. Constitui o patrimonio social os bens moveis ou imoveis, os saldos verificados no movimento da receita e despesas da associação.

Art. 15. Das mensalidades será deduzido numerario necessario ás despesas da associação.

Art. 16. Dos saldos verificados mensalmente será feita a transferencia de certa quantia para caixa especial cujo fundo se destinará á aquisição do predio para sede social.

Art. 17. Os haveres da caixa especial não serão retirados para outros fins a não ser o previsto no artigo anterior.

Art. 18. Constitui receita:

1. Mensalidades de associados;
2. Donativos e subvenções;
3. Rendas e festivais;
4. Arrendação do bufet.

Art. 19. Constitui despesa:

1. Expediente da secretaria e tesouraria
 2. Aluguel da sede social;
 3. Representações quando a associação tenha fundo necessário.
- § 4. Festivais no recinto social.

CAPITULO VII

Da administração

Art. 20. A Associação será administrada por uma diretoria composta (1) um Presidente (1) um Vice-Presidente (1) um 1.º Secretario, um (1) dito segundo, um (1) 1.º Tesoureiro e um (1) dito segundo, um (1) Bibliotecario, um (1) Orador e uma (1) comissão de sindicancia composta de três (3) membros.

Art. 22. A diretoria será eleita por escrutínio secreto em sessão ordinária de assembléa geral realizada no primeiro domingo de dezembro e a posse será feita solenemente no dia vinte e cinco (25) de dezembro.

Art. 22. As vagas verificadas serão preenchidas por designação da diretoria até ulterior deliberação da assembléa.

Paragrafo unico. O socio eleito tomará posse logo após a eleição caso seja presente.

Art. 23. Os cargos de membros da comissão de sindicancia, Orador, Bibliotecario e Zelador e outros cargos a serem creados serão nomeados pela diretoria

CAPITULO VIII

Da diretoria

Art. 24. Compete á diretoria.

§ 1. Concorrer para inteira execussão deste estatuto.

§ 2. Promover o desenvolvimento da associação.

§ 3. Manter relações com outras sociedades recreativas.

§ 4. Reunir-se ordinariamente uma vez por semana e extraordinariamente todas as vezes que se tornar necessario.

§ 5. Convocar assemblies e executar fielmente as suas resoluções.

Art. 25. Serão legais as reuniões da diretoria quando forem presente no minimo (4)

membros, sendo o presidente ou vice-presidente um (1) secretario um (1) tesoureiro e um membro da comissão de sindicancia.

Paragrafo unico. O vice-presidente não poderá presidir duas (2) sessões consecutivas salvo quando o presidente estiver ausente da capital.

Art. 26. Aos associados é facultado o direito de assistirem as reuniões da diretoria, podendo apresentar propostas, discutil-as, sem o direito de voto.

Art. 27. São assuntos dependentes da diretoria:

§ 1. Administrar o patrimonio social.

§ 2. Admitir socios e julgar dos pedidos de licença e exoneração.

§ 3. Instituir festas de carater recreativo e educacional.

§ 4. Encaminhar á comissão de sindicancia todos os papeis que dependerem de parecer as informações solicitadas.

§ 5. Manter a ordem na sede social.

§ 6. Aplicar as penalidades previstas nos §§ 4, 5, e 8, do artigo 9º, e mandar abrir

inquerito pela comissão de sindicância para apurar responsabilidades nos casos dos §§ 1, 2, 3 e 7 do mesmo artigo.

§ 7. Resolver sobre as despesas não excedentes a setenta mil mil réis 70\$000 mensais.

§ 8. Organizar de acôrdo com a comissão de sindicância, o regulamento interno do Gremio da bibliotheca.

CAPITULO IX

Das attribuições de cada membro da Diretoria

Art. 28. Ao presidente compete:

§ 1. Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto, regulamento e resoluções da diretoria ou da assembléa.

§ 2. Convocar e presidir as sessões da diretoria e assembléa tendo o voto de desempate.

§ 3. Encaminhar as discussões, manter a ordem e suspender as sessões quando se tornarem tumultuosas.

§ 4. Rubricar todos os livros, assinar as atas e demais documentos que transitarem pela secretaria e tesouraria.

§ 5. Nomear comissões e dar andamento a todos os negócios da associação.

§ 6. Fiscalizar a escrituração da secretaria e tesouraria.

§ 7. Autorizar todas as despesas previstas neste estatuto.

§ 8. Vizar as contas ou impugná-las quando em duvida.

§ 9. Passar ao substituto legal a presidencia quando tenha de tomar a palavra afim de discutir qualquer assunto.

§ 10. Manter harmonia entre os membros da diretoria.

§ 11. Enviar á comissão de sindicancia os papeis para o competente exame ou parecer.

§ 12. Cassar a palavra dos oradores quando se tornarem inconvenientes.

§ 13. Convocar reuniões da diretoria ou assembléa em carater extraordinario conforme disposições deste estatuto.

Art. 29. Ao vice-presidente compete:

Paragrafo unico. Substituir o presidente em todos os seus impedimentos e auxiliá-lo no que fôr possível.

Art. 30. Ao 1. secretario compete:

§ 1. Substituir o presidente na falta do vice.

§ 2. Ter sob sua guarda e inteira responsabilidade os livros, documentos e arquivo a seu cargo.

§ 3. Proceder em sessão a leitura da ata e do expediente.

§ 4. Conferir as contas que lhe forem apresentadas.

§ 5. Fazer convites para reuniões de assemblêa gerais e festivais.

§ 6. Enviar quando impedido ao seu substituto ou ao presidente os papéis e atas constantes da ordem do dia ou dependentes de resoluções.

§ 7. Comparecer as sessões e assinar as atas.

§ 8. Auxiliar o presidente na confecção do relatório anual.

§ 9. Dar conhecimentos aos associados por meio de officio das resoluções que lhes interessar.

§ 10. Apresentar o relatório anual.

§ 11. Redigir a correspondencia e ter em dia a escrita a seu cargo.

§ 12. Das livros e documentos a seu cargo poderá extrair copia ou franquer a qualquer socio quites, mediante autorização da diretoria.

Art. 31. Ao 2. secretario compete.

Paragrafo unico. Substituir o 1. Secretario e auxiliá-lo no que fôr solicitado.

Art. 32. Ao 1. Tesoureiro compete:

§ 1. Mandar proceder a cobrança de joias, quotas e mensalidades.

§ 2. Efetuar os pagamentos autorizados pelo presidente e o confêre do secretario legalizando os documentos com sua assinatura e data.

§ 3. Apresentar trimestralmente o balancete da receita e despesas e o saldo verificado no mesmo.

§ 4. Apresentar, anualmente, um relatório e balanço geral, que serão juntos ao relatório da Secretaria.

§ 5. Depositar as importancias da caixa especial em nome da Associação em casa

bancaia designada pela Assembléa.

§ 6. Ter sob sua guarda e responsabilidade o capital, bens e mais haveres.

§ 7. Comparecer ás sessões e atos administrativos.

§ 8. Prestar os esclarecimentos solicitados pela diretoria, Assembléa ou comissão de sindicancia.

§ 9. Ter em dia a escrita a seu cargo.

§ 10. Avisar por escrito ao socio em atraso de três meses no pagamento de suas mensalidades.

§ 11. Fiscalizar a renda dos festivais em favor da Associação

§ 12. Afixar na séde social copia do balancete aprovado pela comissão de sindicancia.

§ 13. Não retêr em seu poder mais que a importancia de 70\$000.

Art. 33. Ao 2.º Tesoureiro compete:

§ 1. Substituir o 1.º tesoureiro nos seus impedimentos.

§ 2. Encher os talões entregando ao 1.º tesoureiro.

Art. 34. Ao Orador compete:

§ 1. Representar a Associação nos atos oficiais com os demais funcionários designados pela diretoria.

§ 2. Fazer uso da palavra quando representar a Associação em solenidades recreativas.

Art. 35. São livros obrigatórios para o uso da secretaria livro de atas, registro de correspondência, protocolo da correspondência recebida, livro de matrícula, livro de presença e resoluções.

Art. 36. São livros obrigatórios para uso da tesouraria: conta corrente, razão, caixa e registro de mensalidades.

CAPITULO X

Das atribuições da comissão de sindicancia

Art. 37. Compete á comissão de sindicancia:

§ 1. Reunir-se em sessões conjuntas da diretoria

§ 2. Designar um relator dentre seus membros

§ 3. Examinar e dar parecer nos balancetes da tesouraria.

§ 4. Opinar sobre as propostas submetidas ao seu estudo.

§ 5. Proceder ao competente inquerito nos casos previstos nos paragrafos 1, 2, 3, e 7 do art. 9.

§ 6. Examinar os livros da secretaria, tesouraria e bibliotéca, sugerindo opiniões á boa marcha do serviço.

§ 7. Organizar juntamente com a directoria os regulamentos internos.

§ 8. Fazer a fiscalização do salão nos dias de diversões.

CAPITULO XI

Das assembléas e suas attribuições

Art. 38. O supremo poder social é a Assembléa Geral.

Art. 39. Os trabalhos de uma Assembléa Geral só serão legais com a presença de 20 associados quizes na primeira convocação será efectuada com qualquer numero.

Art. 40. A Assembléa se reunirá ordinariamente no primeiro domingo de Dezembro para eleição da diretoria e no dia 25 de De- para pose da diretoria.

Paragrafo unico. Essas reuniões serão efetuadas com qualquer numero

Art. 41. Compete á Assembléa Geral.

§ 1. Julgar as representações dirigidas em recursos das decisões da diretoria.

§ 2. Deliberar sobre as propostas subme- tidas á sua aprovação.

§ 3. Resolver os casos não previstos no estatuto

§ 4. Julgar os pedidos de renuncias do presidente, 1 secretario e 1 tesoureiro.

§ 5. Exonerar a diretoria, comissão de sindicancia ou qualquer de seus membros que não cumprirem os seus deveres.

§ 6. Elegar e empossar os membros d- retores

Art. 42. As Assembléas convocadas pe- lo presidente obedecerão aos fins exclusivos da convocação.

Art. 43. As Assembléas convocadas a

requerimento dos associados só serão legais quando da petição de convocação constar a assinatura de 20 socios quites, designação do relator e forem presentes a sessão 20 associados signatarios.

Art. 44. Qualquer projeto ou proposta estando plenamente aprovado não poderá ser revogado salvo quando contrario ao presente estatuto ou a bem dos interesses sociais.

Art. 45. Qualquer proposta rejeitada só poderá voltar ao plenário noventa dias após a sua rejeição.

Art. 46. Uma vez encetados os trabalhos a Assembléa prosseguirá com qualquer numero que se conserve presente á mesma.

Art. 47. E' obrigatorio assinatura no livro de presença aos associados presentes ás Assembléas.

CAPITULO XII

Das eleições

Art. 48. Aberta a sessão e anunciada o fim da mesma será suspensa por vinte minu-

tos affirm de que os associados se munam das respectivas cédulas.

Art. 49. Reaberta a sessão o presidente nomeará quatro escrutadores procedendo-se em seguida a chamada sendo as cédulas depositadas em uma urna.

Art. 50. Verificado o numero de cédulas com o numero de votantes será feita a apuração; caso contrário será feita nova chamada.

Art. 51. Não serão apuradas as cédulas que contem nomes riscados, trocados ou incompletos.

Art. 52. Feita a apuração será pelo presidente proclamado o resultado.

Art. 53. Os eleitos que antes da posse fizerem declaração de não aceitarem os cargos para os quais forem eleitos será procedida nova eleição.

Art. 54. No caso de protesto pelo resultado ilegal da eleição só será tomada por termo, uma vez firmado o protesto por um terço dos votantes e discutido na mesma sessão.

Art. 55. Todo o eleito que não comparecer no dia da posse ou não se justificar

na primeira sessão que se seguir será considerado exonerado.

Art. 56. O primeiro secretario fará os convites, marcando o dia e hora para a posse.

Art. 57. Os trabalhos da eleição principiarão ás tres (3) horas da tarde do dia marcado.

CAPITULO XIII

Da parte recreativa

Art. 58. Para melhor confraternização dos associados e suas familias será creado um palco para desenvolvimento da arte dramática.

Art. 59. Serão permitidos jogos de salões.

§ 1. Não serão permitidos jogos de azar;

§ 2. Não serão permitidos menores de 18 anos nas mesas de jogos.

Art. 60. Esta associação eletuará dois (2) bailes de partida por ano, sendo o primeiro na noite de doze (12) para treze (13) de Maio e o segundo na noite de 24 para 25 de Dezembro.

§ 1. Terão ingressos a estes bailes os socios e suas familias;

§ 2. Considera-se familias esposas e filhos e irmãs;

§ 3. Dará ingresso a estes bailes o talão do último mez.

Art. 61. A diretoria efetuará bailes de quotas todas as vezes que achar necessario, e não acarretar os prejuizos á sociedade.

§ 1. Os preços de quotas para estes bailes ficarão a criterio da diretoria.

§ 2. As esposas de socios ficarão isentos de quotas.

Art. 62. O produto destes bailes reverterá em favor da caixa social.

Art. 63. A diretoria escolherá dentre os seus associados uma comissão para fiscalização do salão, nos dias de festivais;

§ 1. Esta comissão será composta de tres membros;

§ 2. Esta terá que trazer o accorrido dos festivais ao conhecimento da diretoria.

CAPITULO XIV

Disposições gerais

Art. 64. A associação não poderá ser dissolvida enquanto a isso se opuzer vinte (20) associados quites.

Art. 65. Resolvida a dissolução da associação os haveres reverterão em favor dos associados quites.

Art. 66. Os casos não previstos neste estatuto serão resolvidos pe a assembléia geral.

Art. 67. O presente estatuto só poderá ser reformado tres anos depois da fundação desta associação.

Art. 68. A séde desta associação não poderá ser instalada fóra da rua Chapecó.

Art. 69. O dispositivo do art. anterior não poderá ser reformado enquanto não fór satisfeita a disposição do art. 16 do mesmo estatuto.

Art. 70. Não será permitido no salão nos dias de diversões associados sem colarinho.

Art. 71. O salão só será cedido aos associados nos dias de seus aniversários;

§ 1. Ficando estes responsáveis pelos prejuízos e danos causados no mesmo festival;

§ 2. Não será permitido cobrar quotas nestas diversões.

Art. 72. As despesas dos festivais não ficam incluídas na despesa que trata o parágrafo 7. do art. 27.

Art. 73. Ficam revogadas todas as disposições em contrario.

Sala das sessões da União Recreativa 25

de Dezembro, em 6 de janeiro de 1934.

A DIRETORIA

O Presidente — Epaminondas V. de Carvalho

O Vice-presidente — José Carlos Capistano

O 1.º Secretario — Tertuliano Fernandes

O 2.º Secretario — Antonio João da Cunha

O 1.º Tesoureiro — Manoel dos Santos Magano

O 2.º Tesoureiro — Ramiro Farias

O Orador — José Luiz Alves

A Comissão de Sindicancia

Boaventura de Barros — Rodolfo Caetano —
Arquímimo Gonçalves Ribeiro.

A Comissão Elaboradora

Teruliano Fernandes — (Relator) — José Carlos
Capistano — Demetrio Costa — Manoel dos
Santos Magano — Ramiro Farias

Os presentes Estatutos estão, registrados,
no cartorio de Titulos e Documentos, no livro
Nº. 6 Fls. 130 136, sob o Nº. 55.

UNIÃO RECREATIVA CULTURAL 25 DE DEZEMBRO

Fundada em 25 de dezembro de 1933

ESTATUTO

Publicado em Diário Oficial nº 10558
de 30/08/1976

Sede própria à Rua Chapecó nº 72

Florianópolis

— Santa Catarina

UNIÃO RECREATIVA CULTURAL 25 DE DEZEMBRO FUNDADA EM 25 DE DEZEMBRO DE 1933.

Considerada de Utilidade Pública pela Lei No. 1.771 de 09 de abril de 1981 — publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina No. 11.705, de 15.04.1981.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede, Duração e Fins

Art. 1o. — Sob a denominação "UNIÃO RECREATIVA CULTURAL 25 DE DEZEMBRO", doravante aqui mencionada como "URC 25 de Dezembro", fundou-se em 25 de dezembro de 1933 a presente associação, por iniciativa dos senhores Ramiro Farias e Tertuliano Fernandes, a qual, se regerá por estes Estatutos e disposições legais pertinentes (Código Civil, Arts. 20 e seguintes);

Art. 2o. — A "URC 25 de Dezembro" constitui pessoa jurídica de direito privado, de duração ilimitada e fins não econômicos, tendo sua sede e foro nesta cidade de Florianópolis, à Rua Padre Schroeder, número 72, com personalidade jurídica distinta de seus associados, os quais respondem subsidiariamente pelas obrigações por ela contraídas, através de sua direção administrativa;

Art. 3o. — São seus fins:

- a) prestar assistência cultural e recreativa aos associados que a integram;
- b) promover e estreitar as relações de solidariedade e mútua compreensão quer entre os associados como entre estes e dirigentes;
- c) trabalhar pela elevação do nível cultural de seus membros;
- d) cooperar pelo bem-estar de associados e seus familiares; e
- e) manter uma biblioteca de recreio e instrução.

CAPÍTULO II

Do Quadro Social e Admissão de Sócios

Art. 4º. — São requisitos necessários para admissão de sócios:

- a) ser maior de 18 e menor de 60 anos;
- b) ser de reconhecida moralidade;
- c) provar mediante atestado médico que goza de boa saúde;
- d) ser proposto por um sócio quite.

Art. 5º. — As propostas para admissão de sócios deverão ser instruídas com o nome, idade, estado civil, profissão e residência do interessado.

§ 1º. — As propostas uma vez apresentadas em sessão da Diretoria, serão encaminhadas ao Conselho Fiscal para a devida sindicância.

§ 2º. — Uma vez aprovadas as propostas pela Diretoria, tendo em vista o Parecer do Conselho Fiscal, serão os propostos notificados por escrito, devendo os mesmos satisfazerem, no prazo de 30 dias, o pagamento da jóia de admissão e da mensalidade do mês em que forem admitidos.

CAPÍTULO III

Da Classificação dos Sócios

Art. 6º. — O Quadro Social compõe-se em três categorias, assim previstas:

- a) sócios-fundadores: os que assinaram a ata de instalação da entidade;
- b) sócios-beneméritos: os que prestarem serviços relevantes à associação; e
- c) sócios-contribuintes: os que contribuem com mensalidade na forma prevista.

CAPÍTULO IV

Dos Direitos e Deveres dos Sócios

Art. 7º. — São deveres dos associados:

- a) cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- b) acatar as determinações e deliberações da Diretoria e Assembleia Geral;
- c) contribuir mensalmente com a mensalidade aprovada pela forma legal;
- d) cooperar na medida do possível para o engrandecimento da associação;
- e) respeitar e ter disciplina no recinto Social;
- f) exercer com dedicação os cargos para os quais forem eleitos ou nomeados;
- g) comparecer às sessões de Assembleia Geral e outras reuniões de caráter obrigatório que forem designadas;
- h) comunicar à Secretaria quando transferir sua residência;
- i) comunicar à Diretoria, quando tenha conhecimento, de comportamento irregular e prejudicial à entidade, por parte de associado;
- j) cooperar para o desenvolvimento da entidade;
- k) informar à Diretoria da má situação de saúde do associado;
- l) zelar e fazer zelar pelo patrimônio da "URC 25 de Dezembro".

Art. 8º. — O reajuste do "quantum" da mensalidade ficará a critério da Diretoria em exercício, respeitadas as resoluções tomadas em Assembleia Geral;

Art. 9º. — São direitos dos Associados:

- a) usufruir dos serviços organizados de conformidade com o art. 3º, e alíneas;
- b) participar das Assembleias Gerais, tomar parte em suas decisões e deliberações e votar e ser votados para cargos eletivos, observadas as restrições aplicáveis aos membros;
- c) propor a admissão de novos sócios ou qualquer assunto que interesse à associação, preenchidas sempre as formalidades legais;
- d) requerer, juntamente com 19 (dezenove) sócios quites, sessões de Assembleia Geral Extraordinária;
- e) participar das promoções efetuadas pela entidade, desde que em dia com a mensalidade;

§ 1o. — Na hipótese prevista na alínea "d" acima, a petição deverá conter os motivos da convocação e a indicação do Relator que exporá, durante a sessão requerida, os fatos e motivos determinativos da convocação;

§ 2o. — Fica estabelecida a realização anual de 4 (quatro) Bailes, com entrada franca aos associados quites, cujas datas estarão a critério da Diretoria Executiva.

CAPÍTULO V

Das Penalidades e Consequências

Art. 10 — O associado que faltar aos deveres sociais, desrespeitar por qualquer forma a Administração ou deixar de cumprir este Estatuto, regulamentos ou determinações da Direção, estará sujeito às seguintes penalidades:

- a) REPREENSÃO — quando o fato imputável ao associado for de pequena gravidade;
- b) SUSPENSÃO — dos direitos Sociais, quando desrespeitar norma estatutária;
- c) ELIMINAÇÃO — do quadro Social, quando o associado incidir nas alíneas:
 - a) contribuir para o descrédito moral da "URC 25 de Dezembro";
 - b) alienar, ilegalmente bens móveis e imóveis da entidade;
 - c) implantar a desarmonia entre os associados;
 - d) for admitido mediante falsa informação;
 - e) deixar de efetuar o pagamento de mensalidades pelo prazo de 3 (três) meses, sem causa de justificação;
 - f) por conduta incompatível com o decoro e a moral, tornar-se prejudicial à entidade e associados.

Parágrafo único — As penalidades previstas no artigo anterior, serão aplicadas por competência da Diretoria Executiva e a readmissão do associado eliminado somente se fará mediante apresentação de nova proposta que será apreciada pelo Conselho Deliberativo, observado sempre, o prazo de 2 (dois) meses entre a eliminação e o novo pedido.

CAPÍTULO VI

Do Patrimônio Social, da Receita e Despesa

Art. 11 — Constitue o Patrimônio Social da "URC 25 de Dezembro", os bens móveis e imóveis que possui e venha a possuir, o saldo verificado no movimento da Receita e Despesa.

Art. 12 — Constitue RECEITA:

- a) mensalidades dos associados;
- b) donativos e subvenções;
- c) produto obtido com festivais e outras promoções;
- d) readmissão de novos sócios.

Art. 13 — Constitue DESPESA:

- a) expediente da Secretaria e Tesouraria;
- b) representação, quando aprovada;
- c) manutenção da sede e biblioteca;
- d) gastos com festivais no recinto social;
- e) aquisições, depois de aprovadas.

CAPÍTULO VII

Da Administração Social

Art. 14 — A "URC 25 de Dezembro" será administrada por um Conselho Deliberativo e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo único — O Conselho Deliberativo, será eleito pela Assembléia Geral, com mandato de 2 (dois) anos, cabendo-lhe as atribuições previstas no art. 17 do presente Capítulo.

Art. 15 — O Conselho Deliberativo será constituído da seguinte forma:

- a) Membros-Natos
- b) Membros-Eleitos
- c) Membros-Temporários

§ 1o. — São membros-natos:

- a) os sócios-beneméritos;
- b) Os ex-presidentes da "URC 25 de Dezembro", que tenham exercido o mandato por 2 (dois) anos, no mínimo, após a aprovação deste Estatuto;

§ 2o. — Os membros-eleitos, escolhidos entre os sócios

contribuintes, serão em número de 5 (cinco) efetivos e 2 (dois) suplentes.

§ 3o. — Os membros temporários são os integrantes da Diretoria Executiva juntamente com os membros do Conselho Fiscal.

§ 4o. — Os membros do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva não poderão fazer parte da Mesa do Conselho Deliberativo.

Art. 16. — O Conselho Deliberativo não poderá deliberar com menos de 5 (cinco) dos membros-eleitos, quando o número de suplentes foi insuficiente para preencher as vagas, hipótese em que convocar-se-á uma Assembleia Geral para ser determinado o preenchimento das vagas.

§ 1o. — A mesa Diretora do Conselho Deliberativo será constituída de 1 (um) Presidente, 1 (um) Vice-Presidente, 1 (um) Secretário, 1 (um) 2o. Secretário, 1 (um) Supervisor Financeiro e 2 (dois) Suplentes eleitos pela Assembleia Geral.

§ 2o. — Os membros do Conselho Deliberativo que forem apresentados para fazer parte da Diretoria Executiva, serão substituídos pelos Suplentes, enquanto estiverem no exercício de suas funções.

§ 3o. — No que se refere ao disposto no parágrafo anterior, somente em casos especiais e que venham ao encontro do bom andamento administrativo processar-se-á a alteração, após o Conselho Deliberativo assim decidir.

Art. 17. — Compete ao Conselho Deliberativo:

a) resolver os assuntos relacionados diretamente com a existência da "URC 25 de Dezembro", e qualquer outro assunto não atribuído a outro órgão administrativo;

b) eleger, em escrutínio secreto, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal, apreciar os nomes das candidatas à Diretoria do "MOJURE";

c) apreciar o relatório do Presidente e Tesoureiro, trimestralmente, cabendo ao último apresentar balancete referente aos 3 (três) meses; julgar as contas anuais da Diretoria Executiva e o "Parecer" do Conselho Fiscal;

d) conferir títulos de benemerência e honoríficos;

e) decidir sobre responsabilidade financeira que venha atingir o patrimônio social;

f) processar, julgar e aplicar sanções aos membros da Diretoria Executiva, quando assim decidir a maioria absoluta 2/3 de seus membros;

g) reformar o Estatuto, quando convocado para esse fim, porém, somente após a aprovação desta e decurso interstício de 15 anos;

h) deliberar e resolver sobre os casos omissos neste Estatuto;

i) em grau de recurso, reexaminar suas próprias decisões, conhecer e julgar atos emanados da Diretoria Executiva, nos casos previstos neste Estatuto;

j) conhecer e decidir pedidos de cancelamento da pena de eliminação.

Art. 18. — O Conselho Deliberativo reunir-se-á, convocado pelo seu Presidente:

I — Ordinariamente:

a) bianualmente, no 1o. domingo de novembro, para eleger o Conselho Deliberativo;

b) bianualmente, nos anos alternados com a eleição dos seus membros e a apreciação dos nomes das candidatas à Diretoria do "MOJURE";

c) trimestralmente, para julgar as contas trimestrais da Diretoria Executiva e o Parecer do Conselho Fiscal e resolver problemas concernentes à administração da "URC 25 de Dezembro";

d) bianualmente, em 25/12, para dar posse à Diretoria Executiva e Diretoria do "MOJURE".

II — Extraordinariamente:

a) sempre que for necessário ou requerida pela Diretoria Executiva;

b) a requerimento de 3 (três) membros do Conselho Fiscal;

c) a requerimento de 20 (vinte) associados quites.

§ 1o. — Os requerimentos a que se referem as alíneas "b" e "c" acima, deverão conter os motivos ou motivo determinativos da convocação;

§ 2o. — Nas reuniões ordinárias finda a matéria da convocação (discutida e votada), poder-se-á tratar de outros assuntos

pertinentes à entidade.

Art. 19 — Nas reuniões ordinárias ou extraordinárias, caso não haja número legal, 20 (vinte) minutos após a hora marcada, encerrará-se o Livro de Presença, fazendo-se nova convocação para 1 (uma) hora após.

§ 1º. — Em 1ª convocação, a sessão só poderá funcionar com maioria absoluta de seus membros (2/3);

§ 2º. — Em 2ª, e última convocação, a sessão será efetuada com qualquer número de presentes;

§ 3º. — A ordem dos trabalhos do Conselho Deliberativo obedecerá as instruções do Regimento Interno.

Art. 20 — Ao Presidente do Conselho Deliberativo é facultado, seja qual for o objetivo da convocação, submeter matéria nova à deliberação do Conselho, quando entender que simultaneamente:

- a) a matéria é de importância aos objetivos sociais;
- b) o adiamento da discussão e deliberação sobre a matéria acarretará prejuízos à associação; e
- c) o assunto requerer prévio conhecimento por parte dos conselheiros para posterior providências dos outros órgãos.

Parágrafo único — O Conselho Deliberativo terá um Regimento Interno para o melhor desempenho de suas atribuições, o qual deverá ser elaborado após a eleição de seus membros.

Art. 21 — A Diretoria Executiva será constituída por 1 (um) Presidente, 1 (um) Vice-Presidente, 1 (um) 1º Secretário e 1 (um) 2º Secretário, 1 (um) 1º Tesoureiro e 1 (um) 2º Tesoureiro e o Conselho Fiscal que será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) Suplentes;

§ 1º. — O Presidente e Vice-Presidente, com mandato de 2 (dois) anos, serão eleitos pelo Conselho Deliberativo, em escrutínio secreto, ou por aclamação;

§ 2º. — O Conselho Fiscal da mesma forma, será escolhido pelo Conselho Deliberativo;

§ 3º. — Os Secretários e Tesoureiros serão indicados pelo Presidente da Diretoria Executiva ao Conselho Deliberativo que apreciará os nomes apresentados, podendo aprová-los ou não.

Art. 22 — Perde o mandato a que foi eleito, o membro da

diretoria:

- a) por renúncia voluntária, homologada pela diretoria;
- b) por não ter comparecido às reuniões da diretoria, durante três sessões, sem causa justificada;
- c) extraviar bens da associação e concorrer para o descrédito moral da mesma.

Parágrafo único — A justificativa de que trata a alínea "b" deste artigo só será levada em consideração quando feita até o encerramento da terceira sessão.

Art. 23 — Compete à Diretoria:

- a) concorrer para inteira execução das disposições deste Estatuto;
- b) promover o desenvolvimento da "URC 25 de Dezembro";
- c) manter-se em estreito relacionamento com as demais associações congêneres, autoridades, etc.;
- d) reunir-se ordinariamente uma vez por semana e extraordinariamente, sempre que se fizer necessário;
- e) convocar as assembleias gerais e executar fielmente suas deliberações;
- f) aplicar, quando cabíveis, as penalidades previstas no art. 10 do presente Estatuto;
- g) administrar o patrimônio da associação no melhor sentido;
- h) admitir associados e julgar os pedidos de licença e exoneração de membro-diretor;
- i) manter a ordem e o decoro na sede social;
- j) mandar instaurar inquérito pelo Conselho Deliberativo para apurar responsabilidades nos casos previstos neste Estatuto;
- k) encaminhar ao Conselho Fiscal todos os papéis e documentos que dependerem de parecer daquele órgão e fornecer-lhe as informações solicitadas;
- l) resolver sobre as despesas não excedentes da Receita em Caixa;
- m) organizar, em conjunto com o Conselho Fiscal, o regulamento do "MOJURE" e da Biblioteca, e do Departamento Recreativo Cultural.

CAPÍTULO VIII

Das Atribuições dos Membros da Diretoria Executiva

Art. 24 — Compete ao Presidente:

- a) cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- b) promover o desenvolvimento da "URC 25 de Dezembro";
- c) presidir e prorrogar as sessões da Diretoria, mantendo a ordem no decurso das mesmas;
- d) conceder a palavra, suspendê-la ou cassá-la quando quem dela fizer uso e se tornar prejudicial ao bom andamento dos trabalhos;
- e) passar ao substituto legal a presidência, quando tenha que fazer viagem ou tratar de assunto, cuja situação preveja impedimento aos trabalhos da direção;
- f) esclarecer todo assunto em discussão, procurando sempre o perfeito entendimento do tema em debate;
- g) rubricar todos os livros, assinar atas e demais documentos que transitarem pela Secretaria;
- h) nomear comissões e dar andamento a todos os negócios da associação;
- i) autorizar com "pague-se", devidamente rubricado pelo 1o. Secretário ou seu substituto, todas as contas que assim exigirem, depois do "Visto" do Conselho Fiscal;
- j) fiscalizar as escriturações da tesouraria, secretaria, biblioteca, departamento recreativo, etc.;
- k) fazer visitas sociais, quando julgar convenientes;
- l) manter a harmonia entre os membros;
- m) impugnar as contas, quando irregulares;
- n) ter voto de desempate nas sessões de Diretoria;
- o) providenciar e dar andamento aos casos extraordinários ou de urgência e dar ciência após do ocorrido ao Conselho Deliberativo;
- p) prestar esclarecimentos solicitados referentes à administração da associação;
- q) assinar com o 1o. Secretário e 1o. Tesoureiro, ofício ao estabelecimento bancário, onde a sociedade tenha conta corrente, para autorizar o 1o. tesoureiro a movimentar com depósitos e reti-

radas a referida conta, estas últimas, com ciência prévia da Direção.

Art. 25 — Compete ao Vice-Presidente:

- a) substituir o Presidente em suas viagens e impedimentos, competindo-lhe todos os atos do artigo anterior enquanto durar a substituição;

b) auxiliar o Presidente nos casos em que se fizer necessário.

Art. 26 — Compete ao 1o. Secretário:

- a) substituir o Vice-Presidente e Presidente, na ausência destes, dando conhecimento desse fato aos associados por meio de declaração afixada na sede social, firmada pelo Presidente ou Vice;
- b) ter sob guarda e inteira responsabilidade os livros, documentos, arquivos e demais papéis da Secretaria;

c) proceder nas sessões, a leitura da ata e expedientes;

d) conferir as contas que lhe forem apresentadas, apondo sua assinatura;

e) comparecer às sessões e assinar as atas;

f) enviar, quando impedido, ao seu substituto ou ao Presidente, os papéis constantes da ordem do dia ou pendentes de solução;

g) auxiliar o Presidente na confecção do Relatório Trimestral, enviando ao Conselho Deliberativo para apreciação;

h) dar conhecimento aos associados por meio de ofício, das resoluções que lhes interessar;

i) apresentar mensalmente relatório das atividades da Secretaria;

j) redigir e assinar a correspondência que lhe for afeta e ter em dia a escrita a seu cargo;

k) franquear aos sócios quites, livros, documentos, mediante autorização da diretoria.

Art. 27 — Compete ao 2o. Secretário:

- a) substituir o 1o. Secretário e auxiliá-lo no que for solicitado;

b) tomar apontamentos do ocorrido nas reuniões de diretoria entregando-os ao 1o. Secretário para lavratura da ata.

Art. 28 — Compete ao 1o. Tesoureiro:

- a) mandar proceder a cobrança de jóias e mensalidades;
- b) comparecer às reuniões de diretoria e de assembléia geral;

c) efetuar os pagamentos autorizados pelo Presidente c/o confere do Secretário, legalizando os documentos com sua assinatura e data;

d) apresentar de 3 em 3 meses, balancete demonstrativo do movimento da tesouraria, fazendo-o acompanhar de todos os documentos comprobatórios, da caderneta de depósito bancário, onde a sociedade tenha depósito e do saldo existente em espécie;

e) apresentar anualmente um relatório discriminativo do movimento da tesouraria;

f) ter sob sua guarda a responsabilidade do capital, bens e demais haveres da sociedade;

g) prestar os esclarecimentos solicitados pela diretoria e pelo Conselho Fiscal;

h) ter em dia a escrita a seu cargo;

i) depositar as importâncias dos saldos verificados, em casa bancária, designada pela diretoria, em nome da Sociedade;

j) fiscalizar as rendas dos festivais em favor da sociedade;

k) organizar trimestralmente uma lista de sócios atrasados em sua mensalidade, expedindo em seguida, por determinação da diretoria, circular aos mesmos convidando-os a saldarem seus débitos;

l) afixar, na sede social, cópia do balancete devidamente visto pelo Presidente e conferido pelo 1º. Secretário ou seus substitutos;

Parágrafo Único — O 1º. Tesoureiro não poderá ter sob sua guarda, importância superior a Cr\$ 2.000,00, no fim de cada mês, devendo ser depositado em estabelecimento bancário, onde esta sociedade tenha depósito, o excedente, do que dará ciência ao Presidente.

Art. 25 — Compete ao 2º. Tesoureiro:

a) auxiliar o 1º. Tesoureiro no que for possível e substituir nos seus impedimentos;

b) enviar os boletins de mensalidades dos sócios entregando-os ao 1º. Tesoureiro;

c) assessorar a parte recreativa, encarregando-se do movimento financeiro da Sociedade.

Art. 26 — Compete ao Gralor:

a) assessorar a Diretoria;

b) representar a Sociedade nos atos oficiais, com os demais membros da Diretoria, designados pelo Presidente;

c) fazer uso da palavra, em nome da diretoria, quando representante da Sociedade, em solenidades e por ocasião de assembleias gerais.

Art. 31 — Compete ao Zelador:

a) assessorar a Diretoria;

b) ser o responsável pela conservação dos bens móveis e imóveis que se encontram na Sociedade, inclusive o prédio social.

Art. 32 — Compete ao Bibliotecário:

a) assessorar a Diretoria;

b) ter sob sua guarda a responsabilidade dos livros da biblioteca, que deverão estar devidamente catalogados;

c) cumprir e fazer cumprir o Regulamento da Biblioteca;

d) apresentar trimestralmente um relatório do movimento da biblioteca;

e) conceder por empréstimo, livros da biblioteca aos associados, mediante cautela.

Art. 33 — Compete ao Diretor da Parte Recreativa:

a) instituir festas de caráter recreativo e cultural;

b) organizar comissões para criação de palco cultural, para o desenvolvimento da Sociedade;

c) organizar comissões para a Diretoria do "MOJURE".

Art. 34 — São livros obrigatórios:

a) todos os que forem necessários, assim considerados tendo em vista o movimento e registro das despesas e receitas da Associação.

CAPÍTULO IX

Das Atribuições do Conselho Fiscal

Art. 35 — Compete ao Conselho Fiscal:

a) designar um relator dentre seus membros;

b) examinar e dar parecer aos balancetes da tesouraria;

c) reunir-se em sessões conjuntas da diretoria;

d) indicar os novos sócios propostos, dando o seu parecer;

- e) opinar sobre as propostas submetidas ao seu estudo;
- f) proceder ao competente inquérito nos casos previstos neste Estatuto;
- g) examinar os livros da secretaria, tesouraria, biblioteca e departamento recreativo, sugerindo medidas para o bom andamento dos serviços;
- h) organizar com a diretoria os regulamentos internos;
- i) fiscalizar os salões nos dias de festivais.

CAPÍTULO X Da Assembleia Geral

Art. 36 — A Assembleia Geral é o supremo poder deliberativo da Associação a ela tendo acesso todo o associado que estiver em gozo de seus direitos sociais.

§ 1o. — Os associados reunir-se-ão em Assembleia Geral Ordinária no primeiro domingo de novembro, às 15 horas, para a eleição do Conselho Deliberativo e no dia 25 de dezembro, em horário predeterminado, para a posse das diretorias com as festividades alusivas ao aniversário da "URC 25 de Dezembro".

§ 2o. — As assembleias gerais ordinárias serão realizadas com qualquer número de associados presentes.

Art. 37 — Será realizada Assembleia Geral Extraordinária quando requerida por 20 (vinte) associados quites, cujo requerimento deverá se fazer acompanhar de exposição de motivos que determinam a convocação;

§ 1o. — Será convocada Assembleia Geral Extraordinária pelo Conselho Deliberativo, quando este julgar necessária para deliberar sobre propostas e projetos que forem submetidos à sua apreciação ou para julgar as denúncias que lhe forem dirigidas e ainda para resolver os casos omissos neste Estatuto;

§ 2o. — As Assembleias Gerais Extraordinárias funcionarão com caráter deliberativo com um terço dos associados na primeira convocação e com qualquer número, na segunda convocação, marcada para 1 (uma) hora após a primeira convocação;

§ 3o. — Nas Assembleias Gerais Extraordinárias, discutir-se-á unicamente o assunto ou assuntos que determinaram a sua realização.

ção.

Art. 38 — A proposição discutida, votada e aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, não poderá ser revogada via administrativa, salvo quando comprovada a ilegalidade da medida segundo os dispositivos do presente Estatuto e através de nova assembleia geral.

Parágrafo único — Qualquer proposta rejeitada em assembleia geral só poderá voltar a plenário decorridos 60 (sessenta) dias após sua rejeição.

Art. 39 — Na Assembleia Geral do primeiro domingo de novembro, o presidente anunciará o objetivo da mesma e designará ao 1o. Secretário ou seu substituto que distribua as cédulas aos associados para a respectiva votação;

§ 1o. — distribuídas as cédulas e fornecidos os esclarecimentos solicitados, o presidente declarará aberta a votação, que se fará acompanhar com a assinatura do livro de presença a medida que os associados forem votando;

§ 2o. — encerrada a votação após o último votante ter assinado o livro presença, o presidente nomeará 4 (quatro) apuradores entre eles o 1o. secretário, presidente do Conselho Deliberativo e vice-presidente, quando então se procederá a apuração, após ter-se verificado a coincidência entre o número de cédulas e o número de presentes;

§ 3o. — não terão validade de voto, as cédulas que contiverem rasuras, nomes riscados, trocados ou incompletos.

Art. 40 — Terminada a apuração, será anunciado pelo presidente o resultado e proclamada eleita a nova diretoria.

Parágrafo único — No caso de protesto por resultado ilegal ou fraude na eleição, ou por outro motivo qualquer, este só será levado em consideração quando firmado por um terço dos sócios votantes, ocasião em que será discutido na mesma sessão da assembleia geral.

Art. 42 — O 1o. Secretário comunicará aos eleitos marcando a hora em que, no dia 25 de dezembro serão empossados.

Parágrafo único — O não comparecimento à posse do candidato eleito sem motivo justificado, resultará na vacância do cargo.

que será preenchido por suplente até nova assembléia geral para o preenchimento da vaga.

CAPÍTULO XI

Da Criação do Movimento da Juventude Renovadora

Art. 43 — Para a promoção e desenvolvimento do congrassamento e espírito de participação do que deve nortear aos jovens, fica instituído pela atual Diretoria o MOVIMENTO DA JUVENTUDE RENOVADORA, iniciado em 21 de abril de 1974, de caráter indissolúvel, enquanto vigorar o presente Estatuto, tendo como sigla "MOJURE".

Art. 44 — O "MOJURE" terá uma diretoria composta por 9 (nove) associados do sexo feminino, subordinada ao Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva assim distribuída:

- uma Presidente
- uma Vice-Presidente
- uma primeira-Secretária
- uma segunda-Secretária
- uma primeira-Tesoureira
- uma segunda-Tesoureira
- três membros compondo o Conselho Fiscal.

Art. 45 — Aplicam-se ao "MOJURE" as seguintes disposições:

- a) o Mandato de sua Diretoria será de 2 (dois) anos, a contar de 25 de dezembro/74;
- b) a eleição da Diretoria do "MOJURE" realizar-se-á no mês de outubro do último ano do mandato da Diretoria a ser substituída e sua posse será conjunta com o da Diretoria Executiva, em 25 de dezembro;
- c) a posse da Diretoria do "MOJURE" dependerá de apreciação e consentimento por parte da Diretoria Executiva da "URC 25 de Dezembro";
- d) as atribuições da Diretoria do "MOJURE" bem como as normas atinentes às suas atribuições serão determinadas por Regulamento Interno elaborado e aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da "URC 25 de Dezembro";

e) Aplicam-se subsidiariamente ao regime interno, as normas deste Estatuto, extensiva à Diretoria e componentes do "MOJURE";

f) todos os associados do sexo masculino do "MOJURE", ao completar 18 anos de idade, passarão a fazer parte do Quadro Social da "URC 25 de Dezembro", com os direitos e deveres pertinentes aos associados em geral.

Art. 46 — Ao "MOJURE", através de sua Diretoria estarão afetas as promoções sociais da associação, quando deverá atuar conjuntamente com a Diretoria Executiva no desempenho das atribuições festivas, bem como:

- a) a decoração e ornamentação da sede por ocasião de festividades e solenidades;
- b) a elaboração do cadastro sócio-econômico dos associados para que a administração da "URC 25 de Dezembro" tenha conhecimento das necessidades dos seus membros;
- c) a confecção do Quadro de Aniversariantes para congratulações com os mesmos, a cargo de sua Diretoria;
- d) atuar em harmonia com o departamento recreativo cultural, nas promoções de arte dramática ou esportivas.

CAPÍTULO XII

Do Departamento Recreativo Cultural

Art. 47 — Institui-se a partir da aprovação do presente Estatuto o Departamento Recreativo Cultural, composto por um Diretor e um Secretário, subordinado diretamente à Diretoria Executiva, a quem prestará contas seus atos;

§ 1º. — O DRC, atuará com o "MOJURE" na elaboração das promoções sociais da associação, porém independentemente, quando almejará a confraternização dos associados e seus familiares bem como a administração da Biblioteca;

§ 2º. — o controle das despesas com as promoções levadas a efeito pelo DRC e "MOJURE", bem como o movimento financeiro resultado dos festivais, estarão sob a responsabilidade e fiscalização do 2º. Tesoureiro, o qual prestará contas 48 horas após o evento festivo ao 1º. Tesoureiro;

§ 3º. — O DRC será encarregado de instituir, fiscalizar e

administrar os jogos de salão tais como: bingo, dominó, snooker e outros, uma vez admitidos pela Diretoria Executiva, como também os bailes de cotas que forem efetuados;

§ 4o. — Será determinada pela Diretoria Executiva o preço da cota nos bailes em que se objetivar lucro por parte da URC, cabendo-lhe também permitir ou não o ingresso de pessoas não associadas e o preço da cota que deverão pagar, devendo esta ser superior ao exigido aos associados;

§ 5o. — em todas as promoções, as esposas dos associados estarão isentas do pagamento de cotas, porém, poderão ser solicitadas a colaborar nos trabalhos que antecederem as festividades.

Art. 48 — A Diretoria Executiva escolherá entre os associados, uma comissão composta por 3 (três) membros, além dos participantes da Diretoria já designados para aquele fim pelo Presidente.

Parágrafo único — Compete a referida comissão levar ao conhecimento da presidência as ocorrências registradas e as providências tomadas.

CAPÍTULO XIII

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 49 — A dissolução da União Recreativa Cultural 25 de Dezembro somente se efetuará quando resolvida em Assembléia Geral Extraordinária mediante os votos de 2/3 (dois terços) dos membros, quando então os seus haveres e bens móveis e imóveis reverterão em prol de associações beneficentes.

Parágrafo único — Em caso de dissolução da "URC 25 de Dezembro" deverá ser efetuada por comissão designada na Assembléia Geral que a extinguiu o levantamento total do seu patrimônio, o qual acompanhará a ata de dissolução, com o respectivo destino dado aos bens móveis e imóveis e saldos que tenha a entidade.

Art. 50 — A Sede Social poderá ser cedida aos associados e seus familiares por ocasião de seus aniversários, devendo porém, arcarem com a limpeza da parte utilizada, bem como, responsáveis

por prejuízos ou danos que a associação venha a ter em razão da referida concessão.

Art. 51 — Serão legais as reuniões de diretoria quando a ela estejam presentes no mínimo 4 (quatro) membros, sendo o Presidente ou o Vice-Presidente, um secretário, um tesoureiro e um membro do Conselho Fiscal.

Art. 52 — É facultado aos associados o direito de assistirem às reuniões da Diretoria Executiva, podendo apresentar propostas e discuti-las sem direito de voto.

Art. 53 — O Vice-Presidente não poderá presidir duas sessões consecutivas salvo quando o Presidente estiver ausente da Capital, ou se encontre hospitalizado ou ainda nos casos de força maior.

Art. 54 — Os salões da "URC 25 de Dezembro" só poderão ser cedidos a elementos estranhos a mesma quando, tal concessão compensar financeiramente à Associação e for autorizado pelo Conselho Deliberativo.

Art. 55 — Na readmissão de sócios, estes serão considerados como novos, ficando sujeitos aos requisitos do presente Estatuto.

Art. 56 — A escrituração dos diversos órgãos da "URC 25 de Dezembro" obedecerá a modelos e formas que serão regulamentadas pelo Conselho Deliberativo.

Art. 57 — Os casos omissos e interpretativos serão resolvidos pelo Conselho Deliberativo em primeira instância através de Assembléia Geral.

Art. 58 — O presente Estatuto constitui a lei orgânica da associação e entrará em vigor na data de sua aprovação, revogando desde então os estatutos anteriores, bem como, os regimentos internos existentes até a referida data.

Art. 59 — Foram fundadores da Sociedade, os seguintes elementos: Epaminondas Vicente de Carvalho, Ramiro Farias, Tertuliano Fernandes, José Carlos Capistrano, Antônio J. da Cunha, Manoel dos Santos Magane, Rodolfo Luiz Caetano, Boaventura de Barros, Leovegildo Luiz Silva, Arquimino Gonçalves Ribeiro, João Batista, Euclides de Souza, Otávio do Vale, Nicomedes Ferreira, José Leonardo, Dino Hortêncio Rocha, Isaura Rosa, Nicolau F. Nunes, Tolentino Cruz, Marcelino Barcelos, Ave-

lino Roberto da Cruz, Celso Silva, Paulo Alexandre, João Pedro de Souza, Aristeu F. de Souza, Estanislau Cunha, Alexandre Silvestre de Souza, Vilezio da Silva, Hermínio Vitória, José Luiz Alves e Demétrio Costa.

Art. 60 — Diretorias Atuais:

Conselho Deliberativo:

Presidente: Oscar Silva, casado, brasileiro, militar.

Vice-Presidente: Romélio Farias, brasileiro, casado, militar.

Secretário: Valter Costa, brasileiro, casado, militar.

Membro: Argentino de Brito, brasileiro, casado, militar.

Membro: Avilson Santos, brasileiro, casado, funcionário.

Diretoria Executiva:

Presidente: Sílvio de Souza, brasileiro, casado, funcionário.

Secretário: Epsom Rosa, brasileiro, solteiro, Estudante.

Tesoureiro: Rogério S. Farias, brasileiro, casado, militar.

2o. Secretário: Lourival S. de Souza, brasileiro, casado, funcionário.

Conselho Fiscal:

Membro: Alci Silveira, brasileiro, casado, operário.

Membro: Anízio Raul de Brito, brasileiro, casado, operário.

Membro: Vilmar Ferreira, brasileiro, casado, operário.

Florianópolis, 23 de fevereiro de 1976.